

◆ POLÍTICA PÁG. 06

**Tribunal de Contas dos Municípios emite parecer pela rejeição das contas do ex-prefeito de Barra do Choça, Adiodato José de Araújo.**

◆ POLÍTICA PÁG. 03

**Ex-prefeito de Carinhanha tem contas de convênio rejeitada e terá que devolver R\$ 334,6 mil ao erário estadual e pagar multa de R\$ 4 mil.**

◆ POLÍTICA PÁG. 04 E 05

**Juízo Eleitoral da 93ª Zona Eleitoral de Brumado condena ex-vereador por Corrupção Eleitoral e transporte ilegal de eleitores.**

## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O SILÊNCIO MATA!

“Violentemente espancada”, “ferida com golpes de facão”, “amarrada dentro da própria casa”, “incendiada pelo marido”, “ameaçada, ridicularizada, humilhada, constrangida e manipulada pelo companheiro”, “vigiada, perseguida e chantageada pelo ex-marido”. A violência contra a mulher está presente em todos os Estados, em todas as cidades – nas sedes e zonas rurais – em todos os estratos sociais. Nos 17 anos da Lei Maria da Penha, uma das três melhores Leis de combate à violência contra mulher do mundo, os dados oficiais são alarmantes, apesar de ser também expressiva a subnotificação. Para fomentar as discussões e propor uma reflexão sobre a importância de toda a sociedade estar efetivamente envolvida na prevenção e no combate à violência contra mulher, o JS traz nesta edição uma série de entrevistas, opinião de Especialistas, depoimentos de mulheres que romperam o ciclo de violência e começaram ou estão se reconstruindo, artigos e ações que estão sendo desenvolvidas em nossa região.

◆ CIDADES – GESTÃO PÚBLICA

**Governador entrega intervenções de Infraestrutura, Educação e Desenvolvimento Rural em Bom Jesus da Lapa**

PÁG. 06 a 07

◆ CIDADE – PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL

**Ministério Público ajuíza Ação para obrigar Poderes Públicos a preservar a Capela Nossa Senhora do Carmo em Érico Cardoso**

PÁG. 48 a 49



◆ CIDADES – SEGURANÇA PÚBLICA PÁG. 34 a 39

**“A Segurança Pública é apenas um dos aspectos da Defesa Social. Juntamente com a garantia dos Direitos Individuais e Coletivos, das ações de Defesa Civil, é apenas um elemento”, pontua o Comandante do 24º Batalhão da Polícia Militar de Brumado, Ten-Cel. PM Élson Pereira**

## TOFFOLI E A MULHER DE CÉSAR

POR: ANTONIO LUIZ

editor@jornaldosudoeste.com

Relata a história, que em 1º de maio do ano 62 a. C., numa festa realizada na casa de Júlio César, Pubius Clodius tentou entrar sem ter sido convidado, para assim, tentar aproximar-se da mulher de César, Pompeia Sula, pela qual estava apaixonado. Apanhado pela sogra de César, esta rapidamente fez constar o sucedido pelos mais próximos. Nesse mesmo dia, César fez o pedido para divorciar-se de sua mulher. Interrogado no Senado, declarou que nada tinha contra a mulher. Quando lhe perguntaram qual seria então a razão para o pedido de divórcio, explicou que: "non est satis honestam uxorem Caesaris habere" (A mulher de César não basta ser honesta, tem também que o parecer").

O significado do gesto e do entendimento do Imperador Romano nos remete, sobretudo, para a ideia de que, quando a imagem, a liturgia do cargo e o discurso não estão dizendo a mesma coisa, a desconfiança é instalada com sucesso. Em síntese, que devemos todos, particularmente os homens públicos e principalmente os magistrados, sempre agir de uma forma que nos apresente acima de todas as suspeitas, mesmo que, nada de errado tenhamos feito.

Assim como na Roma antiga, nos ensinou o Imperador Júlio César, o que chamamos de opinião pública, sempre deve ter mais peso do que a essência honesta de nossos atos.

Não parece ser esse o entendimento do jurista (sic) Antônio Carlos Dias Toffoli Goma, que chegou ao Supremo Tribunal Federal, não por seu "notável saber jurídico" - até porque, foi por duas vezes reprovado nos concursos públicos que enfrentou para a magistratura - mas, como "premio" pelos serviços prestados ao Partido dos Trabalhadores, mais especificamente a seu principal líder, o hoje novamente presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que para se redimir de decisões que assentou durante o período em que o combate à corrupção encabeçado pela Operação Lava Jato, ainda não tinha ousado chegar aos quintais de gente poderosa dos Tribunais Superiores, o dele inclusive, contrariando interesses de seu padrinho.

Foram de autoria de Dias Toffoli, entre outras decisões contrárias ao atual presidente, no período em que cumpria pena pelos crimes a ele atribuídos, nas investigações da Lava Jato, que o impediu de acessar ao velório do irmão e uma polêmica, que validou a censura ao proibir que o petista, preso em Curitiba, pudesse conceder entrevista ao Jornal Folha de S. Paulo, às vésperas das eleições gerais de 2018. Assim como, declarações dadas a imprensa, em 2016 e 2019, nas quais reforçou seu entendimento que as investigações da Operação Lava Jato seguiam "dentro do Estado Democrático de Direito" e colocando o Brasil "numa outra dimensão do ponto de vista do combate à corrupção".

As sentenças e declarações, além da proximidade, demonstrou como ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), com quem apareceu publicamente em diversas oportunidades como se fosse amigo íntimo de infância, com direito, inclusive, a uma declaração relativizando o Golpe Militar de 1964, que chamou, afagando o ex-presidente e os militares que gravitaram em seu entorno nos quatro anos em que ocupou interinamente o Palácio da Alvorada, de "movimento", numa clara afronta aos mais elementares princípios do Estado Democrático de Direito e negação da história recente do país.

Naturalmente, as sentenças, gestos e declarações fizeram com que o ministro cultivasse rancores. E Toffoli, sabendo que pessoas rancorosas são incapazes de perdoar e esquecer situações desagradáveis que outras pessoas tenham causado e conhecendo bem - como conhece - Luiz Inácio Lula da Silva e o grupo que gravita em torno dele, tratou, agora que o ex-amigo, que inclusive justificou sua identificação em um e-mail do empresário Marcelo Odebrecht, a dois executivos do Grupo Empresarial que presidia, tratando de propinas na obra da Hidrelétrica da Usina de Santo Antônio - onde segundo delatores, foram pagos mais de R\$ 100 milhões em suborno - interceptado por investigadores na Lava Jato, como "amigo do amigo do meu pai", de se retratar. E para isso, não hesitou, em 2.085 anos depois, mais uma vez, repudiar Pompeia Silla, sinalizando, além do seu desprezo pelo juramento que fez ao ser empossado na Suprema Corte, de cumprir e defender a Constituição Federal, o entendimento da parcela da sociedade que não está contaminada pela polarização ideológica, ao proferir uma decisão maculada pela afronta, aos mais elementares princípios defendidos pela Carta Magna.

É importante abrir um parágrafo, para pontuar, que um ministro da Suprema Corte, assim com o todo e qualquer cidadão, tem o direito de ter uma opinião pessoal sobre todos ou determinados fatos. E que há indícios que evidenciam ter os Procuradores da Força Tarefa e o Juiz da Lava Jato extrapolado em suas funções, ainda que, por mais criativos que sejam, não fabularam os fatos descritos nas conclusões das investigações. Houveram corruptos e corruptores. Eles próprios, os que tentaram minimizar suas penas, pelo menos reconheceram. Milhares de milhões de reais desviados foram restituídos aos cofres públicos. Contra esses fatos não há argumentos. Ninguém, por mais insano que seja, apresenta provas que possam levá-lo à prisão. Ninguém diz que desviou dinheiro público apenas para satisfazer investigadores. Ninguém devolve dinheiro que ganhou honestamente.

Apesar dos desvios de conduta, que possivelmente devam e teriam existido, não há justificativa plausível para o que pretendeu o ministro Dias Toffoli, uma vez que, não pode um magistrado, seja qual for a instância, fazer uso, para embasar sua sentença, de provas obtidas em flagrante violação de princípios constitucionais, como o expresso no Inciso LVI do Artigo 5º da Constituição Federal. E, ainda que o fizesse, que se limitasse a apontar os desvios de conduta dos investigadores/julgador, e determinar medidas que na sua interpretação da Lei caberiam para reparar ou minimizar os equívocos que produziram. Não pode um magistrado, não poderia um ministro da Suprema Corte, como fez Toffoli, na ânsia de abrandar o sentimento que, Luiz Inácio Lula da Silva nunca fez questão de esconder tem sobre ele, era adentrar no personalíssimo campo do juízo de valor ou das ilações, sob pena, em tese, de ter sua despropositada decisão anulada.

Ao promover mais um, talvez o mais letal de todos, ataques à Operação Lava Jato, o ministro Dias Toffoli não apenas abriu espaço para que novas narrativas do descondenado Luiz Inácio Lula da Silva, seus secretários e outros personagens das pilhagens ao erário, que ganharam argumentos para tentarem reescrever a história e apagar provas, mas mostrar que vivemos em um país que não tem espaço para amadores. De quebra, mandou um recado para o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, outro canalha que está tendo suas traficâncias evidenciadas pelas investigações da Polícia Federal, que pode continuar dormindo tranquilo, se quiser, inclusive, evitar ficar querendo envolver Jesus em suas tratantadas, pois terá na Suprema Corte, até para que seja coerente, um fiel defensor.

A decisão do ministro Toffoli, pelo linguajar utilizado e o simbolismo da data de sua publicação, às vésperas do Dia da Independência do Brasil, não feriu de morte a reputação ou maculou a biografia dos Procuradores da República e do Juiz Federal da Força Tarefa da Lava Jato, mas antes, a esperança das pessoas de bem, que labutam diuturnamente para financiar a máquina pública, de que o combate à corrupção possa prosperar no Brasil.

Toffoli, na sentença proferida no dia 6, mais que anular todos os atos ligados a Acordos de Leniência firmados pela empreiteira Odebrecht, inutilizando provas fornecidas pela empresa e beneficiando potencialmente inúmeros réus que podem ter seus processos revistos ou anulados - se é que já não o foram em algum outro momento - que é uma prerrogativa do cargo de ministro da Suprema Corte que ocupa, fez uma série de juízos de valor sobre a Lava Jato e sobre a prisão do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva - avizada pela Suprema Corte, que de alguma forma foi também incriminada - embora a sentença cumprida referia-se a outro Processo, que não tinha relação com o que julgou.

Ao recheiar sua argumentação de expressões como "constatação de que houve conluio entre a acusação e o magistrado" (em referência aos Procuradores e o Juiz da Força Tarefa); "situações estarrecedoras postas nestes Autos", que tornariam "possível, simplesmente, concluir que a prisão do reclamante, Luiz Inácio Lula da Silva, até poder-se-ia chamar de um dos maiores erros Judiciários da história do país"; e que teria havido uma "armação, fruto de um projeto de poder de determinados agentes públicos em seu objetivo de conquista do Estado por meios aparentemente legais, mas, com métodos e ações contra legem", mostrou ao ex-amigo, que continua o mesmo ser desprezível que o serviu como advogado da legenda que lidera. E mais, que todos os advogados que direta ou indiretamente participaram da defesa do então ex-presidente nos Processos da Lava Jato, não foram corajosos o suficiente para desmontar - o que, na verdade é impossível - o conjunto de provas que justificou a condenação.

Duas coisas restaram evidentes. O que pode ser chamado de "maiores erros judiciários da história do país" ou, como enfatizou Toffoli na sentença, "o verdadeiro ovo da serpente dos ataques à democracia e às Instituições", certamente não são os desdobramentos da Lava Jato e a prisão, entre outros, do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas os critérios previstos e a forma como são feitas as indicações de membros da Corte Suprema e, seguramente, a sinalização dada para os corruptos e corruptores, que não será permitido a nenhum agente do Estado a ousadia de investigá-los, incriminá-los e condená-los.

Tomamos emprestado uma expressão usada pelo ministro na sentença, "sem medo de errar", para pontuar que nenhuma sentença anulando procedimentos investigatórios da Operação Lava Jato ou qualquer outra que tenha sido deflagrada para investigar corruptos e corruptores de alto coturno, terá o poder de mudar ou reescrever a história. E que, por mais que insistam alguns dos seus membros, o Supremo Tribunal Federal vai conseguir resgatar sua credibilidade, hoje arranhada, não como foi a da mulher de César, injustamente subjugada pela "opinião pública", mas, por decisões como a do ministro Toffoli, que menosprezam o que disse o Imperador Romano César.

**Agência Sudoeste - Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda**  
**Cnpj: 36.607.622/0001-20**  
**LM Sudoeste Comunicação Ltda**  
**Cnpj: 11.535.761/0001-64**  
**Publicado desde 1998**

**Conselho Editorial**

Antônio Luiz da Silva  
 Antônio Novais Torres  
 Leonardo Santos

**Editor-Chefe/Coordenador de Redação**

Antônio Luiz da Silva  
 (77) 99838-6283  
 editor@jornaldosudoeste.com

**Redatora-Chefe Adjunta**

Gabriela Oliveira de Jesus  
 (77) 98816-6680  
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

**Gabriela Costa Matias**

(77) 99997-5679  
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

**Secretaria de Redação**

Raley Porto Moraes - (77) 999318098  
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

**Reportagem**

Cássio da Silva Bastos - (77) 99919-1997  
 Cassiobastos\_45@gmail.com

**Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496**

esbraz@hotmail.com

**Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858**

lucimaralmeidajs@gmail.com

**Social Media**

Mariana Almeida da Costa Silva  
 (77) 99857-7493  
 socialmedia@jornaldosudoeste.com

**Diagramação/Fotografia/Edição de Imagens/arte final**

Evandro Maciel Miranda Miguel  
 (77) 99805-3982  
 diagramacao@jornaldosudoeste.com

**Vinicius Caires Martins Silva**

(77) 99827-6604  
 diagramacao@jornaldosudoeste.com

**Corrija o JS**

erramos@jornaldosudoeste.com

**Departamento Financeiro**

Maria Augusta dos Santos e Silva  
 (77) 99838-6265  
 augusta.bdo@jornaldosudoeste.com

**Administração - Atendimento ao Cliente**

Maira Bernardes Pinto  
 (77) 3441-7081  
 (77) 99804-5635  
 secretaria@jornaldosudoeste.com

**Departamento Comercial**

Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661  
 Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255  
 Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

**Endereço**

Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661  
 Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255  
 Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

**Redação Telefone**

(77) 3441-7081  
 (77) 99872-5389

**E-mail:**

redacao@jornaldosudoeste.com  
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

**Redação Telefone**

(77) 3441-7081  
 (77) 99872-5389

**E-mail:**

redacao@jornaldosudoeste.com  
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

**Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais**

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com  
 Telefone: (77) 3441-7081 - 99804-5635

WhatsAap: (77) 99804-5635

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

◆ POLÍTICA

## Ex-prefeito de Carinhanha que tem contas de convênio rejeitada, terá de devolver R\$ 334,6 mil ao erário estadual e pagar multa de R\$ 4 mil.

Na decisão, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia apontou irregularidades na execução financeira do Convênio celebrado pelo então prefeito de Carinhanha, Geraldo – Piau – Pereira da Costa, com o Governo do Estado para revitalização do Cais na Orla Fluvial do município.

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS.

### DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

A 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Bahia condenou o ex-prefeito de Carinhanha, Geraldo – Piau – Pereira da Costa (PDT) a devolver ao erário estadual a quantia de R\$ 334.650,00, acrescido de correção monetária e juros de mora, além do pagamento de multa de R\$ 4 mil, decorrentes de irregularidades apontadas na prestação das contas de Convênio celebrado com o Governo do Estado, consideradas lesivas aos cofres públicos do Estado pelo Colegiado.

Na decisão do último dia 30 de agosto, a 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, relatada pelo Conselheiro Pedro Henrique Lino de Souza, reprovou as contas do Convênio, celebrado em 2012 entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder), para execução da terceira etapa das obras do Cais na Orla Fluvial da cidade.

O voto do Relator, seguido pelos demais membros da 2ª Câmara do Colegiado de Contas, apontou irregularidades na utilização dos recursos que impactaram o cronograma de obras ajustado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano da Bahia.

Os conselheiros deliberaram ainda pela imputação de débito à Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 8.074,41, corrigido monetariamente até a data do efetivo ressarcimento aos cofres do Estado, em razão da não devolução do saldo do Convênio na conta corrente e de aplicação.



Irregularidades na execução financeira do Projeto do Cais da Orla Fluvial, em 2012, justificaram a condenação pelo Tribunal de Contas do Estado do ex-prefeito de Carinhanha Geraldo – Piau – Pereira da Costa (PDT), que terá de ressarcir os cofres do Estado.

## OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu localizar o ex-prefeito Geraldo – Piau – Pereira da Costa (PDT), para oportunizar que ele pudesse contraditar as alegações do Tribunal de Contas do Estado, que justificaram a condenação e apontar as medidas que estaria ou pretende adotar para reverter a sentença.

(\*) COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

## ◆ POLÍTICA

## Juízo Eleitoral da 93ª Zona Eleitoral de Brumado condena ex-vereador por Corrupção Eleitoral e transporte ilegal de eleitores

Crimes atribuídos ao ex-vereador Márcio Moreira da Silva (Patriotas) teriam sido cometidos nas eleições municipais de 2012 e resultaram também, na cassação dos direitos políticos por oito anos.



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

O ex-vereador e empresário Márcio Moreira da Silva foi condenado pela Justiça Eleitoral.

## ◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Ex-Chefe do Gabinete Civil, um dos principais interlocutores do prefeito e articuladores políticos do grupo, liderado por Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido) e ex-vereador, o empresário Márcio Moreira da Silva (Patriotas) foi condenado pelo juiz titular da 90ª Zona Eleitoral, Genivaldo Alves Guimarães, a pena de reclusão, a princípio em regime fechado, de onze anos, três meses e vinte e cinco dias; 280 dias/multa, fixada cada unidade em dois salários mínimos vigentes à época dos fatos (R\$ 622,00) e a perda dos direitos políticos por oito anos.

Segundo a denúncia, protocolizada na 90ª Zona Eleitoral pelo Ministério Público Eleitoral, na campanha e durante o Processo Eleitoral de 2012, quando disputou e conquistou (foi o segundo mais votado) uma cadeira na Câmara Municipal, Márcio Moreira da Silva, então filiado ao PSB, teria praticado os crimes previstos

Em razão das provas juntadas aos autos, o juiz titular da 90ª Zona Eleitoral, Genivaldo Alves Guimarães, condenou o ex-vereador e empresário Márcio Moreira da Silva a 11 anos, 3 meses e 25 dias de reclusão, em regime inicial fechado e a 280 dias/multa, fixada cada unidade em dois salários mínimos vigente à época dos fatos (R\$ 622,00).

Por não encontrar, como destacou na sentença, os requisitos para a decretação da Prisão Preventiva, prevista no Artigo 312 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/41), o magistrado determinou que Márcio Moreira da Silva poderá recorrer em liberdade, não podendo, no entanto, "mudar de residência, nem dela se ausentar por mais de dez dias, sem autorização judicial".

O juiz da 90ª Zona Eleitoral, Genivaldo Alves Guimarães, também decretou a perda dos direitos políticos do empresário Márcio Moreira da Silva por oito anos.

no Artigo 299, da Lei 4.737/65 (corrupção eleitoral), em continuidade delitiva; e Artigo 5º, em continuidade delitiva, Artigo 11, Inciso III, da Lei 6.091/74 (transporte irregular de eleitores no dia das eleições), em continuidade delitiva, com Artigo 69 do Código Penal.

Na sentença, o magistrado apontou ter restado, comprovado pelas investigações realizadas pelo Ministério Público Eleitoral, que o transporte de eleitores no dia das eleições não teria ocorrido ocasional ou desinteressadamente, "a exemplo de quando alguém dá carona a um vizinho até a Seção Eleitoral. As provas mostraram que o então candidato Márcio Moreira da Silva, tinha equipe previamente organizada, com divisão de tarefas, tendo ele distribuído os comparsas por localidades e de acordo com a espécie de veículos". Aparentemente, o magistrado na sentença, ter sido

provado pelo Ministério Público Eleitoral, que o então candidato a uma cadeira no Legislativo Municipal Márcio Moreira da Silva, teria telefonado "a diversos empresários, pretendendo trocar R\$ 40.000,00 em cédulas de R\$ 5,00, R\$ 10,00 e R\$ 20,00. Enfim, está provada a prática do crime, e há dados concretos demonstrativos de que o transporte dos eleitores teve por finalidade conquistar votos, como ocorreu com os serviços da retroescavadeira, o fornecimento de gasolina e a promessa de conserto de motocicleta, condutas que comprometeram, além da lisura e legitimidade das eleições, o Princípio da Liberdade e do Sigilo do Voto. À gravidade dos ilícitos penais eleitorais requerem pronta repressão penal; o direito de punir é uma necessidade imposta ao organismo social por força do seu próprio desenvolvimento".

FOTO: WILKER PORTO/BLOG AGORA SUDOESTE



Titular da 90ª Zona Eleitoral de Brumado, o juiz Genivaldo Alves Guimarães, sentenciou o ex-vereador Márcio Moreira da Silva a mais de onze anos de prisão, multa e perda de direitos políticos, em Processo referente a eleição municipal de 2012.

◆ POLÍTICA

## OUTRO LADO

Ouvido pela reportagem do JS, o empresário Márcio Moreira da Silva, foi incisivo ao apontar ter sido vítima de “uma condenação injusta e cheia de erros processuais, através de uma sentença proferida por um juiz parcial, e que ainda será corrigida pela Justiça”, acrescentando constar do Processo, o que classificou como “uma das maiores injustiças já praticadas na Bahia nos últimos tempos, pois a testemunha de acusação do Ministério Público Eleitoral foi presa após dizer a verdade, se retratar da denúncia e me inocentar, por isso foi perseguida e presa, não sendo aceito o seu depoimento como prova”.

Márcio Moreira prosseguiu ressaltando que a testemunha, que apontou ter sido perseguida e presa por dizer a verdade, teria sido denunciada por falso testemunho (Artigo 342 do Código de Processo Penal) e absolvida pela Justiça Federal,

Destacou que, essa mesma testemunha inclusive, foi denunciada por falso testemunho e foi absolvida pela Justiça Federal, “motivo inclusive que me dá o direito a pedir a revisão do Processo e a um novo julgamento, dessa vez justo e com um juiz justo e imparcial”.

Márcio Moreira fez questão de contradizer o que teria sido divulgado, sublinhando que cabe recurso da decisão proferida pelo juízo da 90ª Zona Eleitoral de Brumado e que, com base no Direito Eleitoral, seus advogados já estariam atuando para “reparar a injustiça” da qual foi vítima.

Em relação à sentença posteriormente proferida pelo juiz titular da 90ª Zona Eleitoral, Genivaldo Alves Guimarães, cassando seus direitos políticos por doze anos,

Márcio Moreira disse que lutará incansavelmente para reverter a decisão, aproveitando para indicar sua disposição de participar das eleições municipais de 2024 disputando a sucessão municipal. “Independentemente de lançar minha pré-candidatura a prefeito, mas sim, com o objetivo de reparar uma injustiça e provar a minha inocência, que repito, com a confiança que deposito na Justiça, não tenho dúvidas de que conseguirei, vou lutar obstinadamente para ter meus direitos políticos restabelecidos”.

Pontuou, ainda, concluindo, que se não for possível, em razão do tempo de tramitação e julgamento dos Recursos, estar apto a participar das eleições de 2024 como candidato, que colocará à disposição da população brumadense, o nome de sua esposa, a empresária e ex-secretária municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, Tatiana Souza Moreira da Silva, que ressaltou ser “um nome forte, uma ótima pré-candidata para governar os destinos de Brumado, jovem, carismática, preparada e querida por todos, que preenche todos os requisitos legais, além de ser a única mulher até o momento a disponibilizar seu nome para um cargo no Executivo no pleito vindouro”.



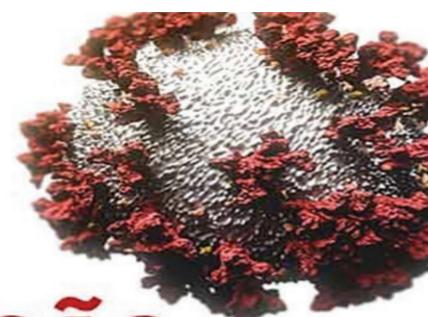
FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS.

Destacando que vai lutar para recuperar os direitos políticos, e empresário Márcio Moreira afirmou que se estiver impedido de disputar a sucessão municipal de 2024, vai apresentar como pré-candidata à Prefeitura de Brumado a esposa Tatiana Souza Moreira da Silva.

**APURAR. CHECAR.  
RECHECAR. INFORMAR.  
COMBATER A DESINFORMAÇÃO,  
PARA COMBATER O CORONAVÍRUS.**

Duvide do que circula pelas redes sociais. Jornalismo profissional é o melhor antídoto contra a desinformação.

**ANJ** ASSOCIAÇÃO  
NACIONAL  
DE JORNALIS  
**40 ANOS**



## ◆ POLÍTICA

# Tribunal de Contas dos Municípios emite Parecer pela rejeição das contas do ex-prefeito de Barra do Choça, Adiodato José de Araújo.

## ◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, na Sessão de Julgamentos do último dia 29 de agosto, emitiu Parecer Prévio, recomendando a rejeição das contas prestadas pelo ex-prefeito de Barra do Choça, Adiodato – Dió - José de Araújo (PSD), relativas ao exercício financeiro de 2020, confirmando o voto do relator do Processo, Conselheiro Fernando Vita, que apontou como grave irregularidade, a abertura de Crédito Suplementar sem autorização legislativa.

Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios também apontaram, para justificar a recomendação de rejeição das contas, a ausência do recolhimento de multa imputado ao próprio gestor.

Foi imputado ao ex-gestor multa no valor de R\$ 12 mil, que deverá ser paga com recursos próprios.

Pela abertura de crédito Suplementar Orçamentário sem a autorização da Câmara Municipal, que justificou a decisão do Colegiado de Contas, foi encaminhada a representação ao Ministério Público Estadual para apuração de possível Crime de Responsabilidade cometido pelo ex-prefeito Adiodato – Dió - José de Araújo (PSD), por afrontar os dispositivos da Lei Federal 4.320/64 e da Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O ex-prefeito poderá recorrer da decisão.

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Por afrontar a legislação que trata de

## OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu contato com o ex-prefeito para que ele pudesse contraditar as alegações do Tribunal de Contas dos Municípios, que opinou pela rejeição das contas de 2020 e apontar as providências que estaria ou pretende adotar em sua defesa.

(\*) COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA



**Casa do Agricultor**  
**PRODUTOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS**  
 Org.: Aloísio Miguel Rebonato  
 Edmilson Bastos Batista  
**Fone: (77) 3473-1347**  
*Vendas de Bombas, motores e máquinas agrícolas e toda linha completa de sistema de irrigação.*  
 amrebonato@yahoo.com.br casaagricultora@bol.com.br  
 End.: Pça. Inácio Alves, 182 - Centro - Macaúbas - BA

◆ OPINIÃO



## Percival Puggina

(76), MEMBRO DA ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS E CIDADÃO DE PORTO ALEGRE, É ARQUITETO, EMPRESÁRIO, ESCRITOR E TITULAR DO SITE CONSERVADORES E LIBERAIS (PUGGINA.ORG); COLUNISTA DE DEZENAS DE JORNAIS E SITES NO PAÍS. AUTOR DE CRÔNICAS CONTRA O TOTALITARISMO; CUBA, A TRAGÉDIA DA UTOPIA; POMBAS E GAVIÕES; A TOMADA DO BRASIL PELOS MAUS BRASILEIROS. MEMBRO DA ADCE. INTEGRANTE DO GRUPO PENSAR+.

# Uma democracia sem pé nem cabeça

O sistema político brasileiro é uma panela de pressão. Como não há poder legítimo para resolver impasses, vive-se uma inquietude a gerar permanente instabilidade e insegurança. Os caminhos assinalados para o processo eleitoral, que seriam a saída por via democrática para uma trajetória de normalidade, só agravam o quadro pois, de modo sistemático, beneficiam a representação e não os representados. E esse é o problema principal do Brasil hoje. Uma democracia que lembra frango congelado, sem pé nem cabeça, onde o povo é visto como um mal perigoso e dispensável.

Friedrich Hayek, em Direito Legislação e Liberdade, adverte que o poder ilimitado dos organismos estatais representativos, leva a uma democracia de negociações que se afasta das concepções comuns do eleitorado. Nessa trilogia escrita há cinquenta anos, o autor austríaco mostra que a necessidade de compor maiorias rompe o cordão umbilical que liga representantes e representados (no caso ele foca os parlamentos) e cria o novo absolutismo das conveniências comuns e

seu corolário: arbitrariedade, discricionariedade, corrupção, ineficiência, parasitismo, irresponsabilidade e limitação da liberdade individual.

O problema apontado é antigo, bem antigo. Contudo, eu nunca vi nas instituições esse mesmo ânimo antipovo em períodos supostamente democráticos. Respeitava-se até o “povo” das invasões a propriedades públicas e privadas, o “povo” dos arrastões e o “povo” dos showmícios e grupelhos, comprados por lote ou cabeça, a dez reais, sanduíche e tumbaína.

Que o Estado sempre faz o que bem lhe convém, a gente sabe. Nestes tempos taciturnos, sem cores nem sons, há uma alarmante novidade: dezenas de milhões de brasileiros estão conscientes de que sua posição política é malvista pelo Estado e seu chicote de sanções que vão da censura à prisão ou o exílio, passando pela tornozeleira, apreensão de bens e bloqueio de contas.

Apenas 25 países do mundo têm uma população superior a esse contingente de 58 milhões de cidadãos brasileiros, cuja cidadania está con-

tida e sob permanente inspeção. Suas convicções e opiniões, individualizadas ou compartilhadas, estão submetidas a uma campanha difamatória que já conta seis anos, comandada pelo jornalismo companheiro ou camarada.

Divergir tornou-se pecado. O que se observa no jornalismo, nas manifestações de ministros do combo STF/TSE ou do ministro da Justiça, não é diferente do que acontece em ambiente de berreiro quando, nas universidades, se apresenta algum audacioso professor ou palestrante conservador ou liberal. Quem pensa fora da caixinha da esquerda, ali não é admitido. Foi o que se observou durante a campanha eleitoral no tratamento dispensado aos grandes veículos de comunicação, em escancarada campanha contra Bolsonaro e citados como referência de credibilidade; ao mesmo tempo, via-se o cancelamento de canais digitais sob a acusação de uso de empresa privada em desfavor de Lula ou a favor de Bolsonaro.

Ou será que nesta democracia sem pé nem cabeça, sem povo nem ovo, só eu vi isto?

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem o opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

 **Marlito Lacerda**  
CONTABILIDADE LTDA.

Rua Cel. Tibério Meira, 188 - 1º Andar - Sala 101  
Edf. João A. Lacerda - Centro - CEP: 46100-000  
E-mail: marlito@marlitocontabilidade.com.br

www.marlitocontabilidade.com.br  
Brumado - Bahia  
Telefax: (77) 3441-3033

## ◆ EDUCAÇÃO

# Estudantes de Guanambi criam chocadeira com comando à distância para produtores rurais

Produto, que tem baixo custo, oferece ao usuário a capacidade de monitorar em tempo real os ovos.

FOTO: DIVULGAÇÃO

## ◆ ASCOM – SECTI/GOVBA

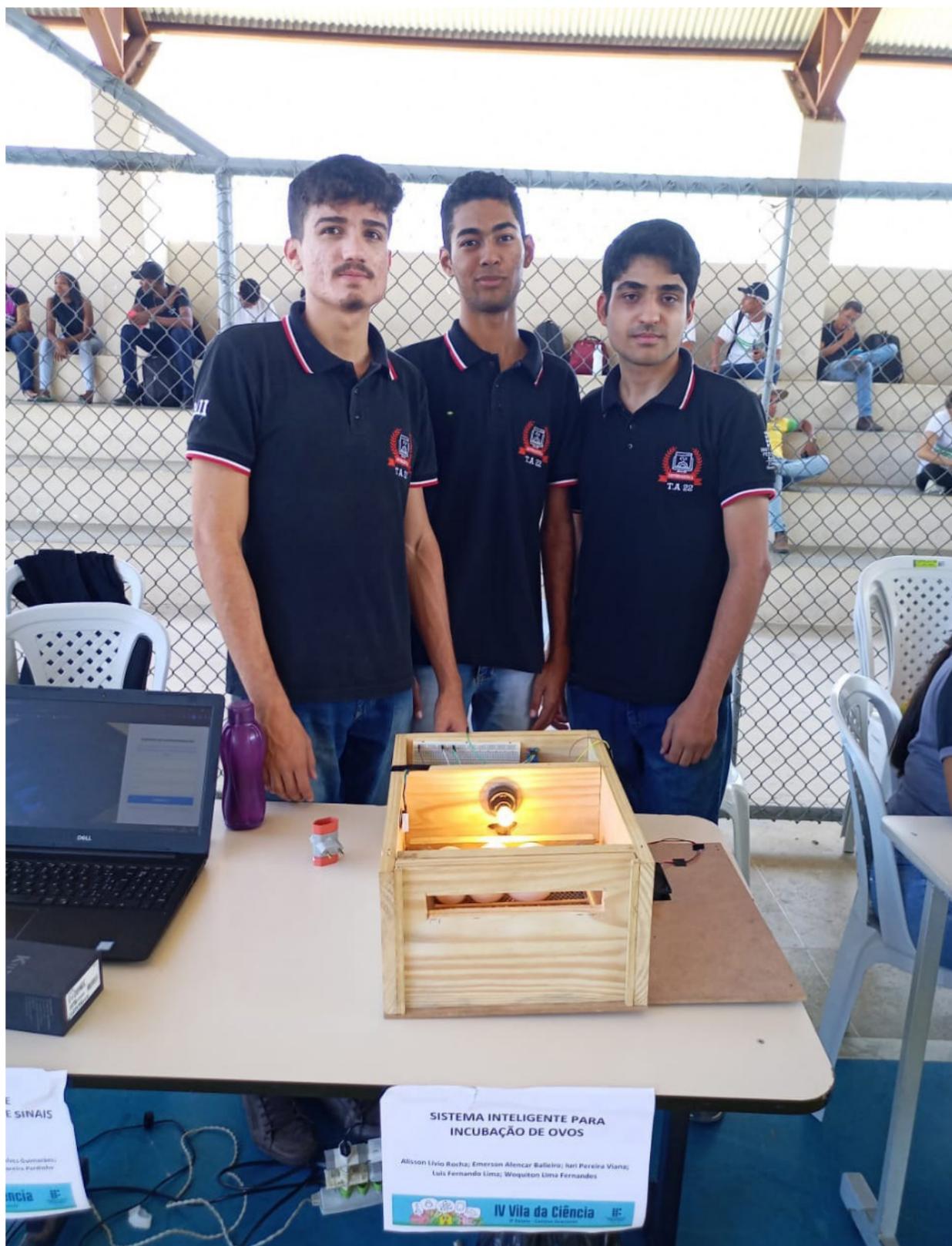
ascom@secti.ba.gov.br

A carne de frango é a mais consumida no Brasil, presente em 94% das casas, segundo pesquisa do Centro de Assessoria e Pesquisa de Mercado (CEAP). O processo de criação está ligado à chocagem, pois é dela que surgem os pintinhos que, posteriormente, se transformam em frangos adultos prontos para o abate. O chocar dos ovos é influenciado por vários fatores, como luz e temperatura. Pensando em elaborar um mecanismo que faça esse processo de forma automática, remota e de baixo custo, os alunos do Instituto Federal Baiano (IFBaiano), Campus Guanambi, Alisson Livio, Emerson Alencar, Iuri Pereira e Luís Fernando, orientados por Woquilon Lima, criaram uma chocadeira automática.

De acordo com Emerson, para elaborar a chocadeira foi usado madeira, para criar a caixa, grade de ferro, para dar sustentação aos ovos, um motor de microondas, um controlador ESP8266, dois relês e dois sensores, um de temperatura e outro de movimento. "Além do controle da temperatura, o produto oferece a capacidade de controlar a umidade, acionando a ventoinha quando necessário. O mecanismo também permite a rolagem dos ovos, evitando que o embrião grude na casca. Todas essas ferramentas funcionam de forma automática e independente".

A chocadeira é composta pela camada física, representada pela própria estrutura da máquina; a camada de aplicação, que consiste no software ou aplicativo utilizado para operá-la e a camada de comunicação, que se refere à rede Wi-Fi. "O aplicativo da chocadeira oferece ao usuário a capacidade de monitorar em tempo real o ambiente dentro da chocadeira e realizar o controle completo. Isso inclui ligar ou desligar a lâmpada e a ventoinha, bem como programar a rolagem dos ovos no horário desejado. O app também fornece gráficos que exibem o histórico de temperatura e umidade, permitindo ao usuário acompanhar o progresso da incubação".

O estudante explica que o foco da ideia é auxiliar, de forma mais barata, os produ-



Estudantes de Guanambi criam chocadeira com comando à distância para produtores rurais.

tores da sua região. "Nosso objetivo é criar uma chocadeira acessível para pequenos produtores, incorporando tecnologia para melhorar sua eficiência na produção. Já temos um protótipo testado e em funciona-

mento. O próximo passo será desenvolver isso em grande escala, em um viveiro de galinhas, por exemplo". O projeto contou também com o apoio dos professores, Lucas Landim e Maria do Socorro.

◆ OPINIÃO



Jorge de Piatã

JORGE SOARES OLIVEIRA, NATURAL DE PIATÃ (BA) É ADVOGADO - JORGESOARES.ADVOGADO@GMAIL.COM

## Supremas Esteiranças e o Notável Saber Jurídico

**P**ara começar, como acordei hoje com uma coragem digna de quem matou o finado Bufo, quero informar a quem se interessar, que o presente não é um mero texto, mas sim uma delituosa minuta de texto inspirada, na linguagem, por ELE, o Excelso Ministro do Supremo Tribunal do Santo Ofício, seu Excelentíssimo Personagem Principal, como segue:

No rompante verbal de sempre o Excelso Ministro proclama com toda a pompa cerimonial inerente à SUA unção e entronização no Supremo Cargo: “O afastamento da letra da Constituição pode muito bem promover objetivos constitucionais de elevado peso normativo, e assim esteirar-se em princípios de centralidade incontestes para o ordenamento jurídico...” (Ministro Gil Mendaz). Neste breve preâmbulo, o Excelso Ministro deixa implícito que Sua proclamação transcende o entendimento comum dos mortais, máxime a consolidar em melhor esforço hermenêutico, entendimentos que visem harmonizar, a centralidade também incontestes do partilhamento das emendas parlamentares. Ao sustentar a magnificatose, ELE, em consonância com outros seus Supremos Pares, estava proclamando o voto que lhes fora gentilmente encomendado pelos ilustres postulantes à recondução presidencial do Senado e da Câmara Federal. O esforço histórico de prestação desse elevado múnus, por ELE avocado, teria a serventia de favorecer o espichamento, por mais uma legislatura, da sinecura presidencial sempre merecida por Suas Excelências, os Supremos Parlamentares. Nada demais! No entanto, estúpidos manés logo se apressaram em atacar a escorreita proclamação, dando sequência às manifestações de esperneamento contra a tendência jurisprudencial capitaneada pelo Excelso Voto, malgrado sua predominância vitoriosa na formação em curso do Instituto das Supremas Esteiranças. Não menos que fascistóides, portanto, se afiguram essas manifestações

de contrariedade ao Excelso Ministro, em especial nesse caso, quando iconoclastas de plantão, em afronta ao SEU perolino entendimento, disseminam cinicamente, “ser a recondução presidencial de Suas Excelências empreitada terminantemente proibida pela Carta Magna”. Da mesma sorte quando cometem a heresia de insistir que a expressão “vedada”, no texto constitucional, ao contrário do que pontifica o Excelso Ministro, não tem o significado incontestes de “permitida”. Blasfêmia! Idem, quando arrematam o rol de ofensas cometendo a agravante de dizer que “ao proferir o permissivo voto, brilhantemente inspirado na filosofia rolandoleriana”, o Supremo Ministro teria se esquecido de combinar a compreensão do seu monumental esforço hermenêutico com os mortais minimamente alfabetizados!” Ah! Faço uma parada para confidenciar aos meus 12 leitores que a narrativa dessas sucessivas agressões, bate com o teor de uma criminosa minuta de piada flagrada na casa de um advogado, o Dr. Mané Perdeu, mas, da qual trataremos, oportunamente, em outra possivelmente delituosa minuta de artigo que se acha em fase de premeditação. No momento, reproduzo apenas um trecho da tal minuta em que o insidioso causídico, após insinuar ser o Excelso Ministro a atual - e mais velhaca - encarnação do jurisconsulto Caius Mendacious Bocodus, se investe contra o Seu Excelso Voto, criticando-O de forma vil, inclusive indagando: “Comequié Divino Ministro? O afastamento da letra da Constituição? Só da letra? Ou da porra da Constituição toda, conforme Vossas Supremas Divindades a têm afastado, aos repelões, mandando-a frequentemente para a lixeira da história?” E arremata o Dr. Perdeu Mané: “Se preciosidades interpretativas desse porte fossem cometidas por um reles mortal - um advogado por exemplo - (claro, não se incluindo entre os reles, o advogado que de repente vira supremo ministro por gratidão do seu cliente mais famoso), o coitado receberia a pecha de profissional inepto. E como tal poderia até

responder a um processo no Tribunal de Ética e Disciplina da OAB, perigando até ser apenado com a cassação da sua inscrição. Sorte nossa - a dos reles advogados - foi não ter sido vitorioso o voto do trêfego jurisconsulto. Porque, se por máxima desventura triunfasse o infame voto, estaria sumulada a licenciosa jurisprudência, arquetetada sob encomenda (mais uma) e as pedradas do ministro passariam a ser cultuadas por seus pares similares e por seus adoradores, como algo equivalente a uma licença poética. Claro, sem querer ofender a nenhum poeta que se preze! E mais claro ainda: tal licença jamais se estenderia aos reles advogados!”

Feita a digressão, e deixando um pouco à margem a criminosa minuta de piada, retornemos ao pioneiro Voto das Supremas Esteiranças, para concluir que o Excelso Ministro, em SUA esplendorosa linha de raciocínio, de suprema sabedoria, pontifica deixando implícito que o que é antônimo entre os mortais pode, sim, ser sinônimo entre os Supremos Imortais. Justo por isso, é forçoso concluir que tal sabença, por incontestes, é que nem a segurança das urnas: se contestar, dá cana. Ou no mínimo dá a pena do silêncio, que pode ser eterna. E que não é mole. Galileu que o diga. Quando ele foi agraciado com a dita, por ter postado na rede social a feique de que a terra não era plana nem quadrada e girava em torno do sol, o coitado de fato penou em silêncio por mais de quatrocentos anos, até que Sua Santidade, já velhinho e cansado, resolveu acolher a preliminar de prescrição e ordenou a suspensão da execução da pena. Mas aí, mesmo tendo o famoso terra-redondista, também por efeito da prescrição, virado ex-condenado, e já estando também velhinho, não teve mais condições de se tornar presidente, e muito menos de virar São Galileu. Coisas da vida: Sua Santidade agora, em tempo recorde, absolveu outro famoso ex-condenado, a quem periga até canonizar bem ligeirinho, ainda em vida, com o nome de São Luís Inácio dos Garanhuns, o Mais Honesto dos Santos. Amém.

## ◆ SAÚDE – ENTREVISTA: ESCLEROSE MÚLTIPLA

# “Esclerose Múltipla não tem cura, mas existem opções de tratamento que podem levar à diminuição dos sintomas da doença”, diz Neurologista conquistense Érico de Araújo Santos.

◆ GABRIELA OLIVEIRA  
jornalismo@jornaldosudoeste.com

A Esclerose Múltipla é uma das Doenças Neurológicas mais comuns em todo o mundo. Crônica e autoimune – ou seja, as células de defesa do organismo atacam o próprio Sistema Nervoso Central, provocando lesões no Cérebro e na Medula – provocando danos à Mielina que é o material gorduroso que isola os Nervos. A doença afeta cerca de 2,8 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, cerca de 40 mil pessoas são portadoras da doença.

Diagnosticada na idade adulta precoce, geralmente entre os 20 e 40 anos, sendo duas vezes mais comuns entre as mulheres do que entre os homens, a Esclerose Múltipla não tem cura e pode se manifestar por diversos sintomas - cansaço, depressão, fraqueza nos músculos, alteração do equilíbrio e da

coordenação motora, dores nas juntas e alteração no controle das fezes e/ou da urina (pode haver perda de fezes ou de urina, de forma involuntária). Enquanto algumas pessoas diagnosticadas com Esclerose Múltipla convivem com pouca incapacidade durante a vida, a maioria, cerca de 60% delas podem tornar-se impossibilitados de andar sem assistência, cerca de 20 anos após o início da doença.

Embora existam muitos estudos a respeito da doença, ainda não se sabe aos motivos que causam a Esclerose Múltipla. Mas existem fatores de risco tais como a predisposição genética, com a alteração de alguns genes que fazem parte do processo regulatório do Sistema Imunológico. E fatores ambientais como ter tido Infecções Virais Severas, como as que são causadas pelo vírus Epstein-Barr; ter sofrido

exposição excessiva ao sol ou, no espectro oposto, ter ficado com níveis baixos de Vitamina D por longo período; ser tabagista ou obeso; ter sofrido exposição excessiva a alguns solventes orgânicos.

No início pode ser uma condição silenciosa, com sintomas que surgem e desaparecem naturalmente, e muitas vezes passa despercebido pelo paciente. Mas, dentre esses sinais mais comuns, podem ser observados a visão turva; dificuldade em controlar a urina; fadiga; perda de força muscular; formigamento nas extremidades do corpo; fraqueza; sensação constante de “perna que dorme”; falta de equilíbrio; perda visual; visão dupla; espasmos musculares e dificuldades cognitivas, são alguns dos sintomas que os portadores da Esclerose Múltipla podem apresentar.

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA.



Neurologista Érico de Araújo Santos.

E para falar um pouco mais sobre o assunto, dirimir dúvidas, desmistificar inverdades e destacar os tratamentos disponíveis e recomendados para pacientes diagnosticados com a Esclerose Múltipla, a reportagem do JS entrevistou com exclusividade o Neurologista conquistense Érico de Araújo Santos.

Confira os principais trechos da entrevista:

**JORNAL DO SUDOESTE:** O que é a Esclerose Múltipla?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** A Esclerose Múltipla é uma doença Neurológica Autoimune, onde o próprio corpo produz anticorpos que atacam o que a gente chama de Substância Branca. Então, se você imaginar o Neurônio, ele vai ter tipo uma cordinha que liga um ao outro e a doença vai justamente agredir aquela região da “cordinha”, que tem trechos onde tem pequenas gorduras em volta, que a gente chama de Mielina. Então o corpo produz anticorpos, principalmente contra gordura chama-

da Bainha de Mielina, que é uma capa de tecido adiposo que protege as Células Nervosas.

**JS:** Quais são as principais causas da Esclerose Múltipla?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** A gente tem, na verdade, teorias. Assim, uma das principais teorias é que é uma infecção onde ocorreu infecção cruzada e o corpo produziu um anticorpo que era para aquele agente agressor e esse anticorpo na ver-

## ◆ SAÚDE – ENTREVISTA: ESCLEROSE MÚLTIPLA

dade está agredindo o próprio corpo. Nós temos também outra teoria, que é algum tipo de Inflamação Crônica. Nós temos também algumas teorias de Infecção, por exemplo, uma Infecção Cerebral e Medular que pode causar a Esclerose Múltipla. E também nós temos outras teorias, que envolvem as regiões que abrangem, por exemplo, digamos assim, lugares mais longe do Equador, países mais próximos principalmente lá dos trópicos, onde a incidência solar é menor. Então, associa-se que a incidência menor do sol, tomar menos sol é um dos fatores que podem provocar menor Vitamina D, e essa Vitamina D é importante para ativar alguns genes, em algumas pessoas podem funcionar como protetor contra essa doença.

**JS:** É possível prever a progressão da Esclerose Múltipla?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** Sim. É possível prever porque nós temos escalas. Mas a escala principal é a EDSS [Expanded Disability Status Scale, ou Escala Expandida do Estado de Incapacidade], que é a escala que o Governo utiliza. Que é uma escala onde você avalia vários segmentos, queixas, digamos assim, de órgãos próprios do Cérebro como do Cerebelo, como da Medula. Vai avaliar a função motora, temos várias perguntas específicas da Neurologia e dentro dessa escala nós temos também a escala de funcionalidade. E aí, a cada consulta, ou de tempos em tempos, ou seis meses, ou a cada ano, você pode aplicar essa escala que é mais utilizada, a EDSS. Nós temos também outras escalas, que é uma escala, por exemplo, que determina a funcionalidade do paciente, ou seja, você vai avaliar, vai acompanhar e também vai perguntar. Porque é

um paciente que a depender das lesões, porque na Esclerose Múltipla você tem três tipos, você pode ter uma lesão única e não ter mais nenhuma outra lesão, você pode ter uma lesão, que acontece uma lesão, depois de um tempo acontece um outro tipo de lesão ou tem uma lesão que ocorre e que vai progredindo de forma constante. E nessa progressão, nesse acompanhamento, a gente vai verificando com o paciente e vai conversando sobre a perda funcional, se é um paciente que anda normalmente, se depois vai usar muleta, um andador ou uma cadeira de rodas. Nós temos também outra escala que vai justamente verificar esse grau de independência do paciente, ou seja, nós temos uma independência, tanto de higiene quanto de resolver problemas ou sair de casa. Vamos avaliando essa perda de forma que pode ocorrer progressivamente. Então, todas essas escalas juntas podem prever uma piora do paciente.

**JS:** Quais são os sintomas? Como a doença se apresenta no paciente?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** Os sintomas são os mais variados possíveis, como a doença é uma lesão, na verdade daquela perninha, daquele braço do Neurônio que a gente chama de Axônio, nós temos esse prolongamento por todo o Sistema Neurológico no Cérebro e na Medula. Então, qualquer parte de lesão, são como as lesões de um AVC, onde ocorre que o paciente pode apresentar os sintomas. Então, o paciente pode apresentar mil possibilidades de sintomas, porém, os principais seriam: um paciente que tem uma alteração sensitiva, ou seja, perdeu a sensibilidade de um braço, um paciente, por exemplo, que teve uma perda aguda de um

olho e essa perda aguda de olho veio acompanhada de dor e visão dupla. Um paciente, por exemplo, que aconteceu de forma aguda a perda de uma força de um membro ou de dois. Um paciente pode ter uma perda do controle do Esfíncter Urinário, que vai promover uma Incontinência da Urina ou com a perda do controle do Esfíncter Anal, onde o paciente não vai conseguir conter as fezes. Então, essas são as principais queixas, mas, lembrando que podemos ter várias outras queixas. Então, o importante é valorizarmos essas queixas Neurológicas, porque isso vai ajudar na suspeita da doença.

**JS:** É verdade que a Esclerose Múltipla é uma doença difícil de ser identificada em sua fase inicial?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** Eu não diria difícil, eu diria que talvez até então, muitas doenças não são tão faladas na mídia e para a pessoa leiga acaba não sabendo a doença que tem e não dando importância à queixa. Então, a população bem orientada é uma população que vai procurar um Especialista diante de alguns sintomas. Agora nós temos perfis diferentes. Por exemplo, a mulher costuma se cuidar mais, ela costuma ir ao médico de forma regular, se ela sentir alguma coisa ela vai. Mas, o homem é mais difícil de ir ao médico, principalmente o idoso e o lavrador, porque eles preferem não ir ao médico, ficando com aquela seqüela. Mas, hoje em dia, nós temos cada vez mais pessoas que procuram os médicos diante de sintomas, porque são sintomas importantes. Por exemplo, perda aguda de uma visão é o sintoma importante, então, vai fazer com que procure um médico imediatamente.



... sem um diagnóstico precoce, vamos ter um paciente que pode ter algumas lesões, mas essas lesões podem ser trabalhadas.



Nesse caso, dentro dessa percepção de falta de acesso ao conhecimento da doença, sem a possibilidade do diagnóstico precoce, quais as chances da sobrevivência desse paciente?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** Então, sem um diagnóstico precoce, vamos ter um paciente que pode ter algumas lesões, mas essas lesões podem ser trabalhadas. Por exemplo, se o paciente teve uma perda de força motora, ela pode ser trabalhada com Fisioterapia e é um paciente que vai procurar um médico em algum momento. Então, hoje em dia, nós temos tratamentos para que possamos modificar o curso dessa doença e esse paciente não ficar sem tratamento.

**JS:** Qual o exame que auxilia no diagnóstico?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** Nós temos primeiro o Exame de Imagem, uma Ressonância Magnética que fazemos com contraste. E existem critérios que o Radiologista utiliza, que são bem estudados, são os critérios de McDonald, onde ele vai analisar as imagens e se preencher esses critérios, já dá uma confirmação por imagem da Esclerose Múltipla. E também nós temos exames como a Pulsão Lombar, onde retiramos o líquido da coluna e pedimos exames específicos para isso.

**JS:** Com relação ao Brasil, em específico aqui na

nossa região, quais são os grupos de risco para a Esclerose Múltipla?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** Os grupos específicos de risco, na verdade, ao longo da história, digamos assim, quando eu estudei, eram de pessoas brancas que moravam em Regiões Nórdicas, em regiões longe do Trópico. Porque em nosso país, principalmente na região do Nordeste, recebemos a incidência direta do sol. Só que nós temos uma quantidade muito grande de pessoas pretas com Esclerose Múltipla, e isso contradiz totalmente essa tese. Então, hoje em dia, não temos um grupo de risco, mas temos que avaliar alguns fatores segundo as teorias que temos para a Esclerose Múltipla.

**JS:** Em qual idade os sintomas costumam aparecer com mais frequência?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** Nós temos uma faixa etária que varia dos 15 aos 50 anos. O grupo que você consegue iniciar, prever sintomas das doenças, são em pessoas adultas, jovens de 20 a 35 anos. Porém, quando surge mais tarde, perto dos 50 anos, o paciente apresenta uma gravidade maior da doença. É uma doença principalmente de adulto jovem, na idade produtiva e funcional.

**JS:** A Esclerose Múltipla pode ser uma doença incapacitante?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** Pode sim, a depender do grau de lesões. Por isso que acompanhamos, não fazemos só o Exame de Imagem para o diagnóstico. fazemos exames de Imagem anualmente, para verificar se houve lesões novas, porque o paciente pode ter lesões novas e não apresentar sintomas.

**JS:** Existe cura para a Esclerose Múltipla? E quais são os tratamentos?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** Cura para a Esclerose Múltipla não tem. É uma doença autoimune, então, Temos tratamentos para isso. Vamos dividir em dois tratamentos, o paciente teve um surto, ou seja, o paciente apresentou algum Sintoma Neurológico, nós utilizamos os Corticoides naquele momento agudo. Mas nós temos remédios que chamamos de Modificadores da Doença, muitos deles têm (disponíveis) no SUS, que são remédios de alto custo. Aqui na Bahia usamos a Sesab (Secretaria de Estado da Saúde da Bahia), onde existem vários grupos de medicamentos com ação diferente dos Corticoides. Nós temos também novos medicamentos, por exemplo, já nos últimos anos utilizamos Medicamentos Biológicos, que são remédios que precisam ser usados em Hospital, onde vai ser administrado na veia o próprio anti-corpo.

## ◆ SAÚDE – ENTREVISTA: ESCLEROSE MÚLTIPLA

“

... existe uma teoria de que o Vírus Epstein-Barr, que é um vírus que está predominantemente na garganta, que promove a Faringite, que é uma Infecção de Garganta, possa estar relacionado com a Esclerose Múltipla.

”

**JS:** É possível afirmar que existe um agente infeccioso por trás da doença?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** Existe uma teoria, não é necessariamente um consenso. Mas existe uma teoria de que o Vírus Epstein-Barr, que é um vírus que está predominantemente na garganta, que promove a Faringite, que é uma Infecção de Garganta, possa estar relacionado com a Esclerose Múltipla. Devido a questão de o corpo produzir anticorpos para o agressor, que no caso é o Vírus Epstein-Barr, que é o que está mais correlacionado. Mas eu reforço que é uma teoria ainda e ao produzir anticorpos para esse vírus, os anticorpos vão agredir o próprio organismo.

**JS:** É possível ter uma vida normal após o diagnóstico de Esclerose Múltipla?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** Sim. Se desde o início do tratamento o paciente já iniciar com a medicação e conseguirmos impedir esses surtos, impe-

diremos que tenham novas lesões e novos comprometimentos.

**JS:** Qual o papel da família no tratamento do paciente com Esclerose Múltipla?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** O papel da família é fundamental. Primeiro para dar apoio para esse paciente, porque acho que qualquer doença que não tem cura é impactante para o emocional do paciente. Então, a família vai ajudar esse paciente com suporte emocional, também pode ajudar com suporte físico, no caso, se é um paciente que já está em cadeira de rodas, a família pode auxiliá-lo nesse suporte, e ajudar a estimulá-lo em casa, além da Fisioterapia. Eu digo que o principal, quando se tem essa doença, que pode promover a alteração de uma funcionalidade, é oferecer amor e paciência, porque ele vai precisar de ajuda. E em toda doença autoimune, o paciente tem que ter uma Saúde Emocional muito boa e a família também

deve servir como suporte para a Saúde Mental dessa pessoa. Porque o paciente com uma Saúde Mental afetada, acaba interferindo diretamente no agravamento da doença.

**JS:** Além do que foi dito até aqui, o senhor gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS:** Eu gostaria de acrescentar que a informação é a melhor forma possível para que possamos suspeitar das doenças. Na verdade, a orientação é: sentiu alguma coisa diferente? Procure um médico. Porque tem gente que sente uma coisa e às vezes é um sintoma muito importante e espera uma semana, um mês, para procurar atendimento. Eu tenho paciente que veio seis meses depois. E quanto mais tempo demora, mais tempo pode ter agressão e mais sequelas. Então, o meu reforço é ir ao médico sempre que sentir um sintoma diferente do habitual e cuidar da Saúde Mental.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

**ÉRICO DE ARAÚJO SANTOS****Neurologista****Atendimento em Vitória da Conquista****Clínica Life Neuro****Centro Médico Odontológico - Rua. Guilhermino Novais, 4.202, Sala 02 - Recreio - Telefone: (77) 992145433****@dr.ericoaraujo**

**Graduado em Medicina pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Especialização em Neurologista pelo Hospital Universitário de Sergipe.**

**Assistência Técnica Especializada na Área Contábil para Prefeituras, Câmaras e Autarquias.**  
Rua Oscar Silva, 15 - Candeias - Vitória da Conquista - BA  
**Fone: (77) 3422-9161**  
kmcontabilidade.assessoria@gmail.com / www.kmcontabilidadepublica.com.br

**ZÉ ALVINO TRANSPORTES**  
PASSAGEIROS E ENCOMENDAS  
Carinhanha - Guanambi  
*Viagens e Fretes*  
CELULAR: (77) 9984-0709 | (77) 9986-3066

◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

## IMPORTANTE

**N**as próximas páginas o JS aborda a violência doméstica e a violência contra mulher, com objetivo de somar esforços para que a sociedade possa refletir sobre a importância de sua efetiva participação na prevenção e no combate a esse crime que, apesar dos avanços na legislação, mesmo subnotificação, os números são alarmantes e mostram a face perversa de um problema que não reconhece diferenças de classe social, raça, etnia, religião, orientação sexual, idade e grau de escolaridade, que poderá ser gatilho para que as vítimas e as pessoas em seu entorno (parentes, amigos, vizinhos ou conhecidos), denuncie através dos diversos canais disponíveis e posteriormente, incentivar a vítima a fazer um Boletim de Ocorrências na Delegacia Especializada ou Núcleo Especializado em Atendimento da Mulher ou onde não houver, com apoio de Instituições Públicas (Ministério Público, Centro de Referência em Assistência Social – Creas – ou Centro de Referência em Assistência Social – Cras), Entidades representativas da sociedade civil (OAB), Igrejas e/ou Organizações Não Governamentais, nas Delegacias Territoriais de Polícia Civil.

**O importante é que nem a vítima, nem a sociedade se calem!**

**Denunciar os casos de violência contra mulher é dever de todos que presenciem ou tenham conhecimento, porque só assim será possível cessar os abusos e evitar que outras mulheres passem pelas mesmas situações e reduzir a impunidade.**

**Você pode ajudar a combater a violência contra mulher.**

**Seu silêncio é a arma do agressor!**

**Compartilhe as reportagens a seguir.**

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

# Mulheres Vítimas de Violência ganham Unidade de Acolhimento em Vitória da Conquista.

◆ DA REDAÇÃO \*

redacao@jornaldosudoeste.com

No último dia 4, durante o encerramento do Curso de Formação de servidores lotados em órgãos da estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para atuar na Rede de Proteção e Atenção às Mulheres, a prefeita de Vitória da Conquista, Ana Sheila Lemos Andrade (UB), sancionou a Lei Municipal que criou a Unidade de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência com Risco de Morte ou Risco Iminente de Morte – Casa Rosa.

A Unidade de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência com Risco de Morte ou Risco Iminente de Morte – Casa Rosa – foi pensada para ser um equipamento socioas-

A prefeita finalizou apontando que a Unidade de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência com Risco de Morte ou Risco Iminente de Morte – Casa Rosa – faz parte de uma “Política Pública de Estado e não de Governo”, voltada ao atendimento às mulheres e seus filhos vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade, que simboliza o recomeço, a confiança, o acolhimento e a resiliência.

A reportagem do JS fez alguns questionamentos à Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista em relação à recepção e ao prazo de acolhimento e se mulheres que se encontrem em situação de extrema vulnerabilidade e/ou em situação de violência baseada em gênero, mas que não estejam sob risco iminente de morte, serão atendidas na Unidade de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência com Risco de Morte ou Risco Iminente de Morte – Casa Rosa

Por meio da Secretaria Municipal de Comunicação Social, o Governo Municipal respondeu, que segue as Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social/Violência Doméstica, portanto, o prazo de acolhimento varia entre 90 e 180 dias, observando criteriosamente cada caso e suas especificidades. Apontou também que geralmente as mulheres (recepcionadas na Unidade) são encaminhadas após procurar algum serviço da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência, entre os quais citou a Delegacia Especializada em Atendimento da Mulher (Deam) e o Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos (Crav), vinculado à Secretaria Mu-

sistencial no atendimento 24 horas por dia a mulheres vítimas de violência. O equipamento receberá mulheres vítimas de violência em situação de risco de morte ou iminente de morte, com pedido de Medidas Protetivas proferidas pela Justiça.

Unidade de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência com Risco de Morte ou Risco Iminente de Morte – Casa Rosa – que foi idealizada e teve a autorização para construção da estrutura física formalizada no final de janeiro de 2020, pelo ex-prefeito Herzem Gusmão Pereira (MDB), tem por objetivo assegurar às mulheres abrigadas a garantia da preservação de sua integridade física e emocional

e o auxílio no processo de reorganização de sua vida e resgate de sua autoestima.

No ato de assinatura da Lei Municipal, a prefeita Ana Sheila Lemos Andrade (UB) reforçou que a Administração Municipal tem buscado implementar ações voltadas para atendimento e acolhimento de pessoas com perfis diferentes, mas que muitas vezes são considerados um só, que são as mulheres vítimas de violência e que correm risco de morte e as em estado de vulnerabilidade social. De acordo com a prefeita, são situações diferentes que requerem atendimentos diferentes, mas que recebem a mesma atenção do Governo Municipal.

FOTO: SECOM/PMVC



**Prefeita Ana Sheila Lemos Andrade (UB) sanciona a Lei Municipal que criou a Unidade de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência com Risco de Morte ou Risco Iminente de Morte – Casa Rosa.**

nicipal de Desenvolvimento Social.

A Secretaria Municipal de Comunicação Social reforçou que a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, está criando o planejamento para atendimento e o protocolo para facilitar a assistência ao público alvo.

E, concluindo, pontuou que a Unidade não

atenderá às mulheres em situação de vulnerabilidade, mas que não se encontram em situação de risco iminente de morte. Nesses casos, (as mulheres) serão encaminhadas e atendidas pelo Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos (Crav) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social vai atuar com a Rede de Apoio, que é a Família Extensa.

COLABOROU – GABRILEA OLIVEIRA DE JESUS  
jornalismo@jornaldosudoeste.com

(\*) COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

# 17 anos da Lei Maria da Penha: Advogada explica por que mulheres ainda temem denunciar violência na Bahia

Dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania apontam quase 13 mil registros de violência contra a mulher na BA, no primeiro semestre de 2023.

FOTO: DIVULGAÇÃO



◆ **CAMILA CREPALDI – ASCOM  
(COGNA EDUCAÇÃO)**

redacao@jornaldosudoeste.com

Nos últimos anos temos acompanhado a explosão do número de casos de violência doméstica contra mulheres no Brasil, principalmente durante o período de pandemia. Atualmente, de acordo com dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Estado da Bahia registrou 80.564 mil casos de violência contra a mulher, mas somente 12.686 mil denúncias foram feitas. Neste cenário, estão entre as principais violências a física, doméstica, sexual, psicológicas, patrimonial e moral.

A Advogada e Professora do curso de Direito da Faculdade Pitágoras, Silvia Santana, aponta que o medo de denunciar ainda é um grande obstáculo para muitas mulheres, devido a fato-

res como histórico de violência, dependência financeira e afetiva, falta de conhecimento sobre seus direitos e vergonha de se afastar do agressor. Ela enfatiza que as Leis, como a Lei Maria da Penha, desempenham um papel crucial para combater a violência e empoderar as vítimas.

“O combate à violência doméstica e familiar ganhou força com a Lei Maria da Penha que assegura às vítimas, a distância do agressor e atendimento especializado para denúncias. Não se trata de uma medida protetiva para mulheres apenas, estamos falando de uma passo rumo à transformação de uma mentalidade da sociedade que vive resquícios de uma geração ainda mais machista do que a que vemos nos dias atuais”, destaca a Advogada.

A Especialista ressalta que, por meio da Lei Maria da Penha, vidas que seriam perdidas pas-

saram a ser preservadas, e mulheres em situação de violência doméstica e familiar ganharam direito a proteção, fortalecendo a autonomia das vítimas. Além da aplicação das Leis vigentes no Brasil, em especial a Lei Maria da Penha, a melhor resposta para mudar o cenário de violência doméstica e familiar contra a mulher, é a prevenção e educação.

Por fim, a principal orientação da Advogada para a mulher vítima de violência doméstica e familiar, é superar o medo de denunciar o seu agressor (a), independentemente de o temor do processo. A vítima deve procurar por profissionais para buscar ajuda psicológica, fundamental para que as vítimas consigam sair do estado de dependência emocional. Além disso, os telefones 180 (Central de Atendimento à Mulher) e 190 (Polícia Militar) são meios seguros para denunciar.

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

# “Em briga de marido e mulher, se mete a colher sim!”, pontua Promotora de Justiça Solange Anatólio do Espírito Santo.

◆ **GABRIELA COSTA MATIAS**  
jornalismo@jornaldosudoeste.com

A Lei Maria da Penha foi promulgada e entrou em vigor no dia 7 de agosto de 2006 a fim de punir os atos de violência praticados contra as mulheres. Maria da Penha (Maia Fernandes) é uma mulher real, hoje com 78 anos, cearense, Farmacêutica e Bioquímica, que deu nome à Lei nº 11.340/2006 por ter sido vítima de violência doméstica praticada por seu ex-marido (Marco Antônio Heredia Viveros) durante 23 anos. Em 1983 sofreu duas tentativas de assassinato, a primeira através de um tiro com arma de fogo que deixou Maria da Penha paraplégica. Na segunda tentativa, o marido de Maria

tentou eletrocutá-la e afogá-la. Em decorrência disto Maria da Penha decide denunciá-lo, no entanto a punição para tais atos de violência contra a mulher só ocorreu após 19 anos. Este ano a Lei Maria da Penha completou 17 anos, mas histórias como a de Maria de Penha continuam se reproduzindo e ainda é possível acompanhar diariamente, uma realidade de não redução em casos de violência doméstica, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial, moral ou virtual, contra mulheres, em todas as fases de suas vidas, desde a infância, quanto na adolescência e na fase adulta.

A violência afeta mulheres de to-

zeleira eletrônica, e se ainda descumprirem esta medida, vai para a prisão preventiva.

**JS:** Por que é importante nomear as violências de gênero?

**DRA. SOLANGE ANATÓLIO:** Dentro da sociedade machista em que vivemos, fomos preparadas para nos culpar. Há mulheres que falam que caíram por cima de uma garrafa, mas durante o julgamento, por exemplo, temos ali descritos no Processo Judicial as provas que vão comprovar a violência sofrida pela mulher.

**JS:** Quais são, na opinião da senhora, os principais efeitos da Lei Maria da Penha, dezessete anos depois de sua promulgação?

**DRA. SOLANGE ANATÓLIO:** Quanto a avanços sobre a redução dos crimes, ainda há subnotificação, devido a situações em que mulheres são dependentes emocional e financeiramente dos seus companheiros ou por terem filhos. Diversos fatores podem levar as mulheres a não notificarem. Nós temos grandes aliados que são as denúncias anônimas, através do Disque 180, temos vários grupos de apoio e incentivo às mulheres e vários canais para que chegue ao conhecimento das autoridades, a prática da violência doméstica.

das as classes sociais, etnia, sexualidade e já não é mais tratada como um problema de ordem privada. Podemos falar em um consenso mínimo na esfera pública brasileira, de que se trata de um problema estrutural com o qual devemos lidar e “meter a colher”. Entre os avanços na legislação temos a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, a Lei do Feminicídio em 2015 (Lei nº 13.104, de 2015)<sup>210</sup> que inclui o homicídio qualificado de mulheres no rol dos crimes hediondos, em razão da condição de ser mulher.

Para falar sobre o contexto de violência contra mulher, especificamente em nossa região, o JS

entrevistou, com exclusividade, a Promotora de Justiça Solange Anatólio do Espírito Santo, que há 25 anos atua no Ministério Público Estadual, atualmente Titular da 1ª Promotoria Regional de Itapetinga, nos últimos cinco anos, acumulando a titularidade da Promotoria da Vara de Violência Doméstica e Familiar em Vitória da Conquista e paralelamente, a pouco mais de um ano exercendo o cargo de Promotora Auxiliar na Promotoria Regional de Justiça de Vitória da Conquista, destacando-se na defesa dos direitos da mulher e questões de gênero nas Comarcas onde atuou e atua.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Promotora de Justiça Solange Anatólio do Espírito Santo.

Para a Promotora de Justiça Solange Anatólio do Espírito Santo, é preciso conscientizar as mulheres para que, cada vez mais, denunciem os agressores. E a sociedade para que não se omita. “Em briga de marido e mulher, se mete a colher sim!”, pontua a Promotora de Justiça, reforçando que através da denúncia, da vítima ou anônima de parentes, amigos ou vizinhos, o agressor poderá sentir o peso da Lei e serão abertas as portas da Justiça para que possamos romper com a cultura machista em que vivemos, na qual as mulheres foram “preparadas” para se sentir culpada.

Confira os principais trechos da entrevista:

**JORNAL DO SUDOESTE:** Qual a importância da Lei Maria da Penha para proteção das mulheres brasileiras?

**DRA. SOLANGE ANATÓLIO:** Em Itapetinga e Vitória da Conquista, as mulheres que são de interiores menores, eu vejo que elas denunciam mais, e aqui elas podem contar com o apoio de diversos canais como a Ronda Maria da Penha da Polícia Militar. Nos casos das mulheres que recebem Medidas Protetivas, quando há o descumprimento por parte do agressor, a Lei aplica à ação punitiva que pode incluir a implantação da torno-

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER



**Não vejo contradições (na Lei Maria da Penha), de acordo com as sentenças judiciais que acompanho, são aplicadas na medida certa, inclusive, acredito que deveria haver desencorajamento maior (quanto ao agressor).**

**JS:** Na opinião da senhora, haveria e quais seriam as maiores contradições da Lei Maria da Penha?

**DRA. SOLANGE ANATÓLIO:** Não vejo contradições, de acordo com as sentenças judiciais que acompanho, são aplicadas na medida certa, inclusive, acredito que deveria haver desencorajamento maior (quanto ao agressor). A Justiça é concretizada, especialmente em cima das Medidas Protetivas que são aplicadas com urgência, em menos de 24 horas já está com a sua protetiva.

**JS:** Qual deve ser a postura das mulheres diante da Lei Maria da Penha?

**DRA. SOLANGE ANATÓLIO:** A Lei foi feita para as mulheres. A Lei é dela. Então, assim, a palavra da vítima tem validade como prova de 100%. Principalmente nas ameaças, injúrias, em casos de lesões corporais. Então, qual passo no caso de violência contra a mulher? Ela pode fazer a denúncia pelos canais como o Disque 180 ou o 190 da Polícia Militar, assim como alguém pode fazer a denúncia por ela, procure a Delegacia, já vai conseguir a

protetiva dela e pode ter o auxílio de um local para acolhimento do município.

**JS:** A Lei Maria da Penha é considerada pela Organização das Nações Unidas – ONU – a terceira melhor legislação do mundo no enfrentamento à violência contra a mulher. Entretanto, a violência contra a mulher é uma triste realidade em nosso país, em nossa região especificamente. O que justifica, na opinião da senhora, apesar de uma legislação tão abrangente, essa escalada de violência contra mulher?

**DRA. SOLANGE ANATÓLIO:** A sociedade machista. As mulheres devem saber que contam com o apoio da Defensoria Pública da Bahia, com o Ministério Público da Bahia, com o Poder Judiciário, com o Centro de Referência à Mulher e podem procurar a própria Polícia Militar. Se passar em frente a algum local que possa chamar a atenção de um vizinho ou comerciante, porque dificilmente em uma denúncia anônima, nós vamos saber de onde ela veio. Em briga de marido e mulher deve se meter a colher sim, qualquer um pode

denunciar.

**JS:** Apesar de estar previsto na legislação vigente, são visíveis a insuficiência de equipamentos públicos adequados para receber e acolher as mulheres vítimas de violência. É muito pequeno o número de Delegacias, Núcleos e Centros de Referência Especializados no Atendimento à Mulher Vítima de Violência. Porque, na opinião da senhora, os gestores públicos – das três esferas do Poder – são tão insensíveis em relação ao enfrentamento da violência contra mulher?

**DRA. SOLANGE ANATÓLIO:** É o Estado que realmente tem que vir estruturar através de seus Órgãos. As verbas que são destinadas à Assistência Social, são justamente para isso. Para pagar um aluguel para aquela mulher, tirar ela dali. Porque, se ela não tem como se manter vai voltar para aquele lugar.

**JS:** Alguns pesquisadores dizem que as estatísticas de violência contra as mulheres soam como um alerta de que a Lei não está sendo aplicada como deveria. Que avaliação a senhora, como Promotora de Justiça, faz da aplicabilidade da

Lei?

**DRA. SOLANGE ANATÓLIO:** A Lei é aplicada efetivamente. Em muitos casos, como acontece aqui em Vitória da Conquista, há uma sobrecarga para a Vara da Maria da Penha (Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), pela falta de profissionais. Então, às vezes é tanta demanda que chega a ser sobre humano. Agora, por exemplo, contamos com outros Promotores Auxiliares e realizamos audiências todos os dias.

**JS:** As críticas recorrentes em relação à morosidade do Judiciário, é que demora para julgar os casos de violência contra mulher. Há uma explicação para essa “ineficiência”?

**DRA. SOLANGE ANATÓLIO:** Há casos em que municípios do interior de alguns Estados, não contam com um Juiz ou um Promotor ou talvez o Juiz é aquele que não deveria estar ocupando aquela posição, por que ele tem uma cultura tão machista. Mas também existem muitas subnotificações, que não chegam ao conhecimento das autoridades públicas.



**Não vejo tantas mulheres negras sentadas à minha frente em Salas de Audiência. Aqui em Vitória da Conquista é diversificado, há tantas mulheres brancas quanto mulheres negras.**

**JS:** As mulheres negras são as que mais sofrem violência de gênero, conforme estudos realizados por diferentes Entidades públicas e da sociedade civil, a exemplo da pesquisa "Visível e Invisível: Há Vitimização de Mulheres no Brasil", realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Isso, na opinião da senhora, é resultado do racismo estrutural existente no país?

**DRA. SOLANGE ANATÓLIO:** Não vejo tantas mulheres negras sentadas à minha frente em Salas de Audiência. Aqui em Vitória da Conquista é diversificado, há tantas

mulheres brancas quanto mulheres negras. Para mim, até o momento, não posso mensurar nesse sentido.

**JS:** Quais os principais caminhos que devemos avançar para combater a violência de gênero?

**DRA. SOLANGE ANATÓLIO:** A nossa mudança da mentalidade machista. Porque, todos nós somos machistas. Tanto a mudança desse pensamento machista, quanto o acolhimento, ter mais acolhimento antes de julgar uma mulher, neste momento nós vamos gerar empatia.

grama Fantástico da TV Globo, ela teria deixado nas mãos dos pais cerca de R\$ 18 milhões, valores adquiridos nos 18 anos de “trabalho árduo”. O caso da atriz pode ser enquadrado na Lei Maria da Penha? Por que?

**DRA. SOLANGE ANATÓLIO:** Eu vejo que sim. Como ela sofreu a violência psicológica também. O próprio tipo de violência patrimonial, levaria à Medida Protetiva, conseguindo o afastamento dos pais. Mas como ela mesma decidiu abrir mão dos bens, não é mais o caso de aplicar a protetiva.

Informações:

Instituto Maria da Penha  
(<https://www.institutomariadapenha.org.br/>)

Senado federal  
(<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-maria-da-penha>)

Governo Federal  
(<http://www.planalto.gov.br/>)

◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

# Instituto Tear: Ong atua no auxílio e proteção de mulheres em situação de violência em Vitória da Conquista e microrregião

◆ GABRIELA OLIVEIRA  
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Um dos grandes problemas verificados em situação de violência doméstica é a dificuldade das mulheres vítimas da situação enfrentam para romper com o ciclo, que muitas vezes se repete, e também com o silêncio que protege os agressores e é a senha para o feminicídio. E, lamentavelmente, à medida em que o ciclo se torna mais violento, mais se reduzem as chances da mulher encontrar meios de reagir à violência sofrida, denunciar o agressor e ser acolhida para poder recomeçar.

Geralmente, por falta de estrutura e, omissão

dos poderes públicos que pouco investem em Delegacias Especializadas e na Rede de Apoio, além da capacitação dos profissionais da Segurança Pública e da Assistência Social, as mulheres que sofrem violência doméstica, seja ela psicológica, material, sexual ou física, precisam enfrentar questões emocionais ou de caráter prático, o que torna mais difícil o rompimento das relações e o fim das agressões e abusos.

A situação não é mais dramática porque mulheres que romperam o ciclo de violência, resgataram a autoestima e decidiram ir a luta para

ajudar outras mulheres a se libertarem de relacionamentos abusivos e violentos, além de ativistas, mulheres bem sucedidas em diferentes segmentos profissionais, têm se unido e viabilizado, mesmo sem apoio oficial, Entidades que se dedicam a promover ações de acolhimento e atendimento multidisciplinar às vítimas de violência doméstica, contribuindo, dessa forma, para a promoção de vidas mais dignas ao combater não apenas a violência a que eram submetidas, mas a violação de todos os seus direitos.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Foi com esse propósito, de amparar mulheres e seus filhos - crianças e adolescentes - de Vitória da Conquista e sua microrregião, que

se encontram em situação de vulnerabilidade, violência ou risco, que foi criado o Instituto Tear - Trabalhar, Esperançar, Acolher e Realizar.

A iniciativa da Bacharela em Direito e Delegada de Polícia Civil Gabriela de Diego Garrido, que reúne ativistas em diversas frentes, como

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

ela mesmo reflete, atua na “promoção de ações sociais, levados principalmente as comunidades vulneráveis que possuem dificuldade de acesso a estes serviços, além de orientações jurídicas e ações educacionais relacionados”, buscando parcerias e convênios com instituições públicas e privadas para execução dos projetos.

“O Instituto realiza vários projetos voltados à defesa dos direitos das mulheres, no combate, prevenção e conscientização da sociedade contra a violência doméstica, trazendo luz sobre

estes assuntos que ainda são tabus”, pontua Gabriela Garirido, acrescentando que uma das frentes de atuação do Instituto Tear é o trabalho de conscientização da sociedade, principalmente de crianças e adolescentes, através de palestras em Escolas, de campanhas para chamar a atenção e sensibilizar a população e as autoridades para a prática do crime de feminicídio, cujos números alarmantes, exigem uma ação coletiva, além da oferta do apoio psicológico para as vítimas, da realização de rodas de

conversa com a participação de representantes da Rede de Enfrentamento e Apoio, como o Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos (Crav), e de Projetos Sociais, como o Projeto CORJunto - Arte na Cidade, do qual também é idealizadora, que tem como propósito “levar cor e vida para ambientes públicos, por meio do muralismo (arte que tem como suporte paredes e painéis permanentes, como o muro da sede do Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos - Crav)”, observa.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Projeto CORJunto - Arte na Cidade.

Mulheres - parentes, amigos ou vizinhos - vítimas de violência doméstica que estejam em situação de risco podem (e devem) entrar em contato com o Instituto Tear pelo Instagram @

tearinstituto.

O Instituto Tear - - Trabalhar, Esperançar, Acolher e Realizar, como Entidade Sem Fins Lucrativos, é mantido por patrocínios, participa-

ção em Editais e doações. Pelo Instagram (@tearinstituto), quem tiver interesse em participar, poderá se tornar um voluntário e colaborar com o Projeto.

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

# “Fui chamada pelo Espírito Santo para ajudar outras mulheres”, diz Bárbara Cristina, que sobreviveu à violência doméstica e hoje ajuda outras vítimas

Vítima de violência doméstica, Coach Emocional e Empresarial, Designer em Modas e Consultora de Imagens, brumadense Bárbara Cristina Ramos, transformou sua dor em inspiração para lutar e tem dedicado parte de seu tempo para ajudar mulheres vítimas de violência doméstica a resgatar sua autoestima

FOTO: RALEY MORAES.

## ◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

**T**ransformar a dor em um instrumento de luta para se reerguer e recomeçar. Essa poderia ser, em síntese, a definição da história da brumadense Bárbara Cristina Rodrigues Ramos, 35 anos, quatro filhos, que superou os fantasmas dos traumas do abuso sofrido na infância e de uma relação abusiva no casamento, desfeito quando enfrentava um quadro de depressão provocado pela violência psicológica a que estava submetida, porque o agressor, como ela mesma relata, ao se dar conta que já destruiu a vítima, parte em busca de outra. Apesar de não ter recebido apoio da família e estar emocionalmente desestabilizada, Bárbara Cristina buscou forças na fé e como uma fênix, ressurgiu poderosa e pronta para enfrentar o desafio de criar os filhos sem permitir que fossem contaminados pelo “vírus da violência doméstica”.

Não satisfeita, transformou sua experiência de vida em ferramenta para ajudar outras mulheres que não conseguiam sair do ciclo de violência. Especializando-se em Coach Emocional e Empresarial, Designer em Modas e Consultora de Imagens, Bárbara Cristina tem dedicado parte de seu tempo para ajudar mulheres vítimas de violência doméstica a resgatar sua autoestima, através da Organização Não Governamental (Associações de Mulheres Empreendedoras e de Apoio à Economia Solidária do Estado da Bahia – Ames) que fundou e mantém com ajuda de voluntários, na tarefa de fazê-las recomeçar e a ter uma atividade para conquistar a independência financeira.

**A brumadense Bárbara Cristina Rodrigues Ramos superou o ciclo de violência e abusos domésticos e hoje ajuda mulheres vítimas de violência doméstica a resgatar a autoestima e recomeçar.**



Na última semana, Bárbara Cristina, que acaba de lançar um livro que mistura ficção com autobiografia (“Feridas Incuráveis: Talentos Emergentes”), com apoio do Projeto Explorando Novas Vozes Literárias: Descobrimos Talentos Emergentes, do Instituto federal

de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Brumado, abriu espaço em sua concorrida agenda para uma entrevista exclusiva ao JS, quando fez um relato de sua história de vida e revelou que sua “reconstrução” como mulher se deve a uma “força que veio do Alto”,

fazendo-a enxergar que sua dor deveria ser transformada em uma ferramenta de luta e de solidariedade, para conquistar seu espaço e ajudar outras mulheres não só a romper com o ciclo de violência e abusos, mas recomeçar e viver.

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

### Confira os principais trechos da entrevista.

**JORNAL DO SUDOESTE:** A violência doméstica é um processo que se instala aos poucos, de forma sutil e quando a mulher se dá conta está envolvida em um ciclo perverso de anulação de sua autoestima e agressões de toda ordem. Como foi esse processo com a senhora?

**BÁRBARA CRISTINA:** Ele diminuía minha autoestima com palavras de desvalorização, me chamava de burra, etc, onde eu perdi a minha identidade e entrei em depressão, pela rejeição, o silêncio que ele fazia. Os abusos psicológicos

eram constantes e, embora eu estivesse certa, me sentia obrigada a pedir perdão pelo erros dele. Fiquei presa emocionante e tinha a esperança dele mudar. Ainda com depressão ele me descartou e eu cheguei ao fundo do poço, pois pensava como iria viver sem ele e até mesmo o que as pessoas iria falar.

**JS:** Quando a senhora se deu conta de que vivia uma relação abusiva e o que ou quem a inspirou a romper esse ciclo e buscar ajuda?

**BÁRBARA CRISTINA:** Após superar a depressão ele já havia seguido, porque o narcisita quando acha outra vítima, ele descarta, pois já

destruiu todo emocional da vítima. O rompimento foi ele que me descartou, pois nem eu sabia que estava em um relacionamento sofrendo abuso psicológico.

**JS:** Foi uma decisão fácil? Por quê?

**BÁRBARA CRISTINA:** Foi difícil, porque eu ficava me vitimizando. Queria dar um basta naquela dor que estava passando, mas não sabia como sairia. Eu só acreditei que estava em relacionamento abusivo porque eu assisti uma Psicóloga falando sobre Relacionamento Abusivo, então entendi que era o mesmo que tinha passado, pois tinha as mesmas características.



O abuso psicológico é pior que que agressão física, porque o agressor age em suas emoções. Quando chega ao ponto de uma agressão, ele já destruiu todo o emocional da vítima.

**JS:** Em algum momento a senhora temeu não estar fazendo a coisa certa e pensou em recuar?

**BÁRBARA CRISTINA:** O abuso psicológico é pior que que agressão física, porque o agressor age em suas emoções. Quando chega ao ponto de uma agressão, ele já destruiu todo o emocional da vítima.

**JS:** Como sua família e amigos reagiram à decisão de romper o ciclo de violência, resgatar a autoestima e refazer a vida?

**BÁRBARA CRISTINA:** Não tive apoio dos meus familiares, pois o agressor tinha uma

profissão e condições estável, então ninguém acredita (nos abusos e agressões). E como foi ele que tomou a iniciativa de me abandonar, minha família fez foi questionamentos. "Cadê seu esposo? Ele não tem condições de estar com a outra, você é besta?". Essas palavras e o que aconteceu quando ele me deixou, me deixaram no fundo do poço, com luz cortada, água cortada, contas atrasadas. Apenas um tio emprestado me levou uma cesta básica e não me condenou. Porque a vítima não tem culpa, mas para a sociedade ela é culpada. Nessa época, foi na pandemia, minha barraca de lanche

estava fechada, fui trabalhar fazendo faxinas e fiquei na dependência de Deus.

**JS:** Recomeçar foi uma tarefa fácil?

**BÁRBARA CRISTINA:** (O recomeço) Foi quando o Espírito Santo me chamou para ajudar outras mulheres e então fui estudar para Coach Emocional e tive um pouco de estudo sobre Terapia Emocional, mas não cheguei concluir por falta de condições, mas fui me aprimorando para então levar o alimento da Palavra para as mulheres sobre a violência contra a mulher, sobre o abuso psicológico.



Muitas vezes as mulheres se calam porque o agressor passa para a vítima a esperança que estão enfrentando uma crise no casamento, que as agressões vão passar, que ele vai buscar ajuda.

**JS:** A senhora concorda que o silêncio seja a arma do agressor e que justifique os alarmantes índices de feminicídios registrados no país?

**BÁRBARA CRISTINA:** Muitas vezes as mulheres se calam porque o agressor passa para a vítima a esperança que estão enfrentando uma crise no casamento, que as agressões vão passar, que ele vai buscar ajuda. E ele, de início, começa a mudar para passar para vítima uma validação que ele está tentando melhorar, depois ele faz pior, onde a vítima fica como se estivesse em uma teia de aranha e sem saber que decisão tomar.

**JS:** Apesar do Brasil ter uma das três mais avançadas legislações de prevenção e combate à violência doméstica, os dados oficiais revelam que são preocupantes os casos de violência contra mulher. Porque, na opinião da senhora, isso acontece?

**BÁRBARA CRISTINA:** hoje temos em defesa da mulher, a Lei Maria da Penha, que vem realizando muitos avanços, mas a maioria das vítimas tem medo, outras estão presas emocionalmente. Elas (as vítimas) têm a expectativa, um certo alívio (que o agressor vai mudar), que não será preciso denunciar e, muitas vezes, quando denunciam e acontece do agressor ser preso, elas pedem para soltá-lo e retiram a queixa, o que acaba resultando no feminicídio.

**JS:** O que, na opinião da senhora, desmotiva a

mulher vítima de violência a busca ajuda?

**BÁRBARA CRISTINA:** A mulher vítima de violência fica presa por achar que o agressor vai mudar, por ele passar essa segurança, por questão financeira e emocional, por ter medo do que as pessoas vão falar por achar que eles têm um casamento lindo, na verdade casamento de status e fachada, por terem filhos e não saber como recomeçar sendo que o recomeço é grande avanço.

**JS:** O que motivou a senhora a se envolver na ajuda às mulheres vítimas de violência doméstica?

**BÁRBARA CRISTINA:** O que me motivou foi eu vencer a depressão, pois com depressão ou você vence ela ou ela te vence. Quando Deus me restaurou, sai como uma águia. Hoje, o que eu passo para as mulheres é o poder delas se amar, se valorizar e não aceitar migalhas. A conhecer sua própria identidade, o direito dela ir e voltar, trazendo quem elas querem ser e se tornam.

**JS:** Como funciona o trabalho que a senhora desenvolve para acolher e apoiar mulheres que romperam o ciclo da violência doméstica e precisam resgatar a autoestima e recomeçar?

**BÁRBARA CRISTINA:** Com Dinâmicas de Autoconhecimento, Arteterapia e Palestras, nas quais utilizo vídeos com histórias e depoimentos de pessoas que romperam e superam o ciclo de violências e abusos, que servem como incentivo. E também com o resgate da autoestima e do auto-

conhecimento, mostrando a importância dela se cuidar e zelar dela mesma. Na Associação Ames – Associações de Mulheres Empreendedoras e de Apoio à Economia Solidária do Estado da Bahia - oferecemos cursos de Corte e Costura para mulheres que estão em relacionamento tóxico e também para outros públicos de mulheres para que conquistem sua independência financeira.

**JS:** A senhora recebe algum tipo de apoio do poder público para manter esse trabalho?

**BÁRBARA CRISTINA:** Não. Não recebemos nenhum tipo de apoio do poder público.

**JS:** Quem são seus apoiadores e incentivadores?

**BÁRBARA CRISTINA:** O Projeto Levante-te, no Bairro Urbis 2, do amigo Gileno Leite; Padaria União; Padaria Máxima; Supermercado Silva; Dina (Edinar Dias dos Santos Pires), Representante da Mary Kay, que faz doação de cosméticos; do Curso de Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBa) – Campus Brumado; Universidade do Estado da Bahia – Campus Brumado, que já realizou alguns eventos sobre a autoestima das mulheres; Brenda Luz Fotografia; Associação Divina Providência de Amparo Social e Cristão. Todas essas empresas, pessoas e entidade nos estendeu as mãos e tem nos ajudado.



◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

# Sobreviventes: Relatos de mulheres que sobreviveram à violência e abusos domésticos

FOTO: REPRODUÇÃO



## ◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

**D**urante mais de duas décadas, Maria da Penha Maia Fernandes foi alvo de agressões e tentativas de assassinato cometidas pelo próprio marido – entre elas afogamento, eletrocussão e disparo de arma de fogo, que a deixou paraplégica. Ela se tornou vítima emblemática de uma violência que mata e deixa sequelas em milhares de mulheres no Brasil, todos os dias. Em busca de justiça, Maria da Penha se tornou ativista da causa e, em 7 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha, em sua homenagem.

Durante o mês de agosto foi desenvolvida a campanha Agosto Lilás com o objetivo de divulgar e disseminar a Lei Maria da Penha, além de conscientizar a população sobre a violência doméstica e os direitos das mulheres.

Embora a Lei tenha completado 17 anos, grande parte das vítimas ainda não consegue identificar o ciclo da violência doméstica, que começa de maneira sutil.

Nesta reportagem, o JS põe luz nos estágios desse ciclo – também chamado de ‘espiral da violência doméstica’ –, a partir de depoimen-

tos de sobreviventes, mulheres que romperam com o ciclo de violência e, apesar de terem sido vítimas, reconstruíram ou estão reconstruindo suas vidas e, que decidiram expor seus dramas com a intenção de ajudar outras mulheres. Algumas pediram para que suas identidades não fossem reveladas e o nome dos agressores fosse preservado, por segurança. Por isso, em alguns depoimentos as mulheres são identificadas apenas pelo primeiro nome – em alguns casos fictício – e o nome dos agressores não são citados, até porque, como revelou uma das mulheres, para serem esquecidos.

“

Quando eu resolvi sair desse relacionamento eu apanhei, eu fiquei deformada, eu tenho marcas até hoje, eu tenho traumas até hoje, eu tenho cicatrizes até hoje. Eu tenho lutado contra isso todos os dias da minha vida - Natália, 36 anos

”

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

“Há uns dez anos atrás, eu estava num relacionamento com o pai dos meus filhos. Era um relacionamento abusivo, onde tinha muita violência, e ele contava com o apoio da genitora dele. E isso me fez sofrer por longos 8 anos. Até eu acordar e ver que eu estava me perdendo de mim mesma.

Hoje eu conto com uma alegria as minhas vitórias, mas foi muito difícil no começo. Eu apanhei, eu vivi em um ambiente de bebida alcoólica, onde eu não bebia, não consumida nenhum tipo de droga. E isso fez com que eu acordasse onde eu estava vivendo e onde meus filhos estavam vivendo.

E quando eu resolvi sair desse relacionamento eu apanhei, eu fiquei deformada, eu tenho marcas até hoje, eu tenho traumas até hoje, eu tenho cicatrizes até hoje. Eu tenho lutado contra isso todos os dias da minha vida tentando entender por que que aconteceu, mas sabendo que eu não fui a culpada. A gente não é culpada por um agressor ter agredido, a gente não é culpada por ser mulher, a gente não é culpada por querer trabalhar, por querer vencer na vida, ter uma vida profissional, por querer se amar, por querer se cuidar não é culpada por isso.

Quando eu tentei sair desse relacionamento, eu não tinha o apoio de absolutamente ninguém. Eu apanhei, apanhei muito. E ele me aplicou tantos golpes que eu achei que eu não sobreviveria nesse momento. Com o apoio da mãe dele. Eu era sozinha na Bahia. Eu não tinha família, mas eu consegui sair dessa, eu consegui me reerguer.

Eu vim embora pra São Paulo com meus filhos. E em um fim de semana que a tia pediu, eu já estava há três meses aqui, já estava recuperada, num fim de semana que a tia pediu para passar com eles, era madrinha e tia, e eu não vi nada de mal em permitir ter o convívio com a parte da família dele, que até então eu achava que era gente que estava do meu lado. No começo, quando eu vim para cá, eu os deixei passarem o fim de semana com ela. Eles foram, e me ligaram da Bahia para avisar que eles estavam lá. Já estavam em Vitória da Conquista.

Eu não vi motivos para ela ter feito isso. Permitir que ele chegasse aqui e pegasse os meus filhos e levasse de volta. A gente estava tentando entrar na Justiça, pedindo a guarda para que os meninos continuassem comigo aqui. Nesse tempo eu não podia mais voltar pra Bahia. Eu não podia. Eu não sabia do que ele era capaz se eu chegasse lá. Se ele conseguiu me deformar uma primeira vez, ele podia me matar uma segunda vez que eu me aproximasse.

Eu fiquei o tempo inteiro lutando, tentando reaver meus filhos, onde ele me ligava. Não me deixava ter contato. Ele me torturava, mandava foto dos meninos perguntando se eles iam acordar, se eles não iam, se eles estavam respirando, se eles não estavam e isso me deixava desesperada. Textos horríveis ele mandava para mim. Como forma de me agredir, dizendo que eu era uma péssima mãe, que mamãe totalmente irresponsável. Que eu não ligava para eles, que eu não estava indo atrás deles. E isso eles estavam plantando na cabeça dos meninos também, ele e a mãe dele.

Eu passei um bom tempo sem ver meus filhos enquanto ele estava vivo, porque de-

pois disso, ele veio a sofrer um acidente e faleceu. Aí a minha guerra foi travada contra a mãe dele. Eu consegui chegar na Bahia depois de dois dias que ele tinha falecido, ela já tinha ido na Justiça, já tinha pedido guarda, já tinha falado que eu tinha abandonado. Eu tentei no começo provar isso para o juiz, eu tentei no começo mostrar para o juiz o quão eu era boa, como eu estava disposta a conquistar meus filhos de volta, mas nessa fase, eu achei que eu tinha perdido. Eu achei que eu nunca mais ia ver meus filhos, porque foi aí que o juiz cedeu a guarda provisória para a mãe dele.

Depois disso, eu não tinha um advogado, eu não tinha absolutamente nada a meu favor ali naquele momento. Eu saí do Fórum, eu não tinha nem dinheiro para ir viajar, peguei emprestado com a minha amiga. Foi aí que eu conheci a Doutora Suilane Novais que me deu a luz ali no fim do túnel e me mostrou que eu não estava sozinha, que ela era uma mulher que queria me ajudar. E nisso, eu fui fazer uma pergunta para ela, estava totalmente desorientada, eu só fui fazer uma pergunta, se eu tinha perdido, se tinha acabado, se eu não tinha mais chance nenhuma de recuperar meus filhos.

Isso era uma luta contra a avó, não era nem contra o pai, porque o pai já havia falecido. E a avó inventou horrores sobre mim, ela criou uma mulher que eu nunca fui na minha vida. Por eu ter escolhido casar com uma mulher, com quem eu vivo há nove anos hoje. Eu pedi ajuda para Doutora, fui fazer uma pergunta, ela se propôs a me ajudar. Ela foi comigo, começou a me acompanhar, só que ali a batalha estava apenas começando.

Foram dois longos anos. Eu com muita dificuldade de conseguir, muita dificuldade de conseguir provar tudo que a mãe do pai dos meus filhos falava contra mim. Eu ia lá e provava o contrário com força que nem eu sabia que eu tinha. Eu nem sabia que eu estava apta a viver toda aquela luta que eu vivi ali. Durante dois anos eu me reergui. Eu com a ajuda da Doutora, a gente conseguiu tirar todas as mentiras que ela colocou ali no Fórum contra mim. Mas nisso, antes de tudo isso, ela vinha me torturando, me torturando, ela trazia meus filhos para São Paulo, não me chamava, batizou meu filho mais novo sem o meu consentimento, sem eu saber quem eram os padrinhos, sem eu saber que eles estavam por aqui para eu poder pelo menos ir dar uma olhada.

E nisso, ela fez meu filho mais velho ligar, eles nunca conseguiam falar comigo pelo telefone, e nisso ela fez o meu filho mais velho me ligar e falar “oi, mãe. A gente acabou de chegar de São Paulo, a gente estava batizando o Gustavo”, que é o meu filho mais novo. Isso não era culpa dele, ela queria fazer eu odiar meus filhos, ela queria fazer com que eles me odiassem, por eu ter escolhido uma vida diferente aqui em São Paulo, por eu ter escolhido viver com uma pessoa diferente.

Hoje eu sou casada com uma mulher. Mas já tem nove anos que a gente está junto. Ela enfrentou a vida junto comigo. Ela enfrentou toda essa batalha junto comigo. E hoje eu estou contando tudo que eu posso para dar força para outras mulheres. Eu

voltei para Bahia em 2015 para buscar meus filhos, mas antes disso foram muitas, muitas audiências, muitas dificuldades. Eu cheguei passar por momentos horríveis aqui, eu cheguei a viajar com bolacha, com pacote de bolacha de água e sal, para poder estar perto deles. Eu chegava lá com o dinheiro contado, e eles não podiam sair comigo. Eles não podiam tomar um sorvete porque ela não permitia.

Eu estava chegando para reconquistar os filhos que eu tinha tido. Porque nesses dois anos além de tudo, todas as maldades que ela fez, a pior, a pior de todas foi colocar os meninos contra mim. Colocar os meninos contra a mãe deles por ter casado com uma outra mulher. E não ter escolhido uma vida de violência com o pai deles. Eles eram crianças, eles são crianças. Hoje eles são maiores, já estão comigo. Só que eu consegui trazer eles para mim depois de dois anos. Ainda assim eu tive que viver outra luta. Que era a de eles me aceitarem de volta. Eles entenderem que eu nunca quis distância deles, porque dois anos dá para você mexer na cabeça de uma criança. Dois anos para você fazer com que a criança odeie ou poupar todas as lembranças boas. Quando eu vi meu filho a primeira vez, o meu filho mais velho.

A primeira vez, assim que o pai dele tinha falecido, ele veio me abraçar correndo, correndo. Ele falou assim “Mãe, eu senti a sua falta”. E ele pensou que ia embora junto comigo naquele dia. Mas ela não permitiu nem que eu entrasse dentro de casa. Ela não permitiu que eu entrasse para dar um beijo neles. Ele simplesmente me abraçou. Ela o puxou para perto dela e falou “não, você não vai com essa mulher, você não tem que abraçar essa mulher. Eu sou sua mãe, seu pai e sua avó. Eu sou os três para você”.

E aquilo, por mais que ela tivesse dolorida por perder um filho, ela não tinha direito de fazer comigo. Hoje, eu estou com os meus filhos, e eu estou feliz, muito feliz. Essa história machuca ainda, machuca, mas foi um momento em que eu precisei ser forte e eu achei que não iria conseguir, foram momentos dolorosos na minha vida, que eu não sei de onde veio tanta força. Foi Deus quem colocou no meu coração e colocou a Doutora Sirlane no meu caminho. Porque eu achei que não conseguiria estar nesse momento que eu vivo hoje do lado deles, podendo sentir o cheirinho deles, um tem 15 o outro tem 12, mas ainda assim eu consigo ser mãe. Eu consegui reverter toda essa história, eu consegui participar o máximo que eu consegui da vida deles, eu consigo até hoje estar sempre presente e sempre mostrando para eles que eu nunca, nunca vou abandonar eles em momento nenhum. Porque pode vir qualquer pessoa nesse mundo, mas ninguém vai conseguir tirar o amor que eu sinto por eles aqui de dentro. E aquelas cicatrizes das suras que eu levei, aquelas cicatrizes do que eles fizeram comigo, eles me machucaram, mas hoje dentro de mim, está tudo curado e eu consigo conceder o perdão, tanto para mãe dele quanto para ele, porém ninguém nunca vai poder afastar os meus filhos de mim, ninguém nunca vai tirar esse amor que eu tenho pelos meus filhos. Eu vou lutar até o fim se for preciso”.

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER



**Um grito de socorro: “Ele foi preso, mas conseguiu sair. Já tem quatro meses que eu não tenho mais vida. Ele está solto, mas eu estou presa dentro de casa”, Luciléia do Amaral Brito.**



“Eu venho sofrendo agressão doméstica já faz três anos. O agressor já me deixou entre a vida e a morte 14 dias no Hospital, ele foi preso, mas conseguiu sair. E já tem quatro meses que eu não tenho mais vida. Ele está solto, mas eu estou presa dentro de casa. Nas madrugadas de sábado, ele “enche a cara” de drogas, de tudo e vai quebrar o telhado da minha casa. Ele ameaça estuprar a minha filha, que é filha dele também, de apenas cinco anos.

Então, assim, eu peço ajuda a alguém que possa me orientar, eu estou assim, sabe, presa? Sem liberdade para nada. Eu estudo à noite, estou no meu último ano. Na madrugada, durante a semana, ele perturba quando estou indo para casa, ele fica no meio da estrada, em cima de uma moto, me olhando. Ele me persegue e eu não sei o que fazer. Peço ajuda, eu tenho Medida Protetiva, dou queixa de que ele anda descumprindo a Medida, que ele não respeita a Medida Protetiva.

Quando eu chamo, a Polícia vai lá, não vê ele, não pega ele, e larga a mão, vai embora. E eu não entendo, de qualquer jeito, estou de mãos e pés atados. Porque até mesmo sobre a Justiça, eu estou meio que não acreditando mais em nada. Porque se tem a Medida Protetiva e ele não cumpre, o que a pessoa pode pensar ou esperar?

Eu moro na zona rural, na Fazenda Macaco, perto da Vereda do Meio, da cidade até lá são nove quilômetros e ele vai de moto me perturbar. Não tem como eu morar na cidade, porque lá é uma roça minha, não pago aluguel e se eu vier para a cidade, eu terei que pagar aluguel. E ele não dá nada para mim, nem paga pensão. Eu que sustento a menina sozinha, então, não tem como eu morar na

cidade, tenho que morar na zona rural. É uma situação difícil, complicada. Por isso que eu peço ajuda.

A primeira agressão doméstica, a primeira tentativa (de feminicídio), foi em 16 de outubro de 2022. Ele atirou em mim, mas, não acertou em mim. Dei queixa e não resolveu nada. A segunda, eu estava vindo de moto trabalhar, ele me atacou na estrada e atirou, o tiro pegou no cabelo, aí eu voltei, tirei foto da arma e da munição, mostrei para o Delegado, o Delegado foi me enrolando, passou seis meses, nesses seis meses ele ficou escondido.

Um dia à noite, eu ia abastecer a moto, para buscar o meu filho na casa da namorada que é longe, uns dois quilômetros de distância. Era época de pandemia, ninguém saía na rua. Então, eu fui muito criticada porque eu estava na rua nesse horário.

Ele me pegou no Posto de Gasolina, eu tinha abastecido e estava enchendo o pneu. Ele chegou me agredindo verbalmente e ainda disse em depoimento que eu estava agredindo ele, xingando ele. Ele disse que eu estava traindo ele, me xingou de tudo quanto é nome. Bateu no frentista, veio para cima de mim, me bateu várias vezes com golpe de capacete, chute, porrada, quebrou meus dentes, machucou meu olho, puxou meu cabelo, ele enfiou a chave da moto em meu olho, meu nariz está quebrado até hoje porque ele mordeu. Ele cortou meu cabelo com caco de vidro, eu fiquei toda cortada, toda cheia de hematomas.

Fiquei entre a vida e a morte. Eu só mexia as mãos e os pés. Fiquei 14 dias sem conseguir mexer nada, o cabelo para eu conseguir desembaraçar levou mais de 30 dias, porque ele enrolou meu cabelo, e tentou me puxar de moto na rua. uma ambulância

estava passando na hora, eu pedia socorro e eles não deram. Ele batia a minha cabeça e cortava, eu fiquei toda cortada, toda deformada.

Agradeço a Deus por estar viva, porque na hora em que os policiais chegaram, quarenta minutos depois, ninguém me reconhecia, nem meus filhos me reconheciam. Eu estava toda suja de sangue. Estava numa situação que até o Doutor Nilton que me atendeu, achava que eu não ia sobreviver. E mesmo assim, o soltaram. Não era para ter soltado, ficou um ano, dez meses e quatro dias, preso. E nesses quatro meses está voltando tudo de novo, o que ele fazia antes.

Dou queixa, mas o Delegado retorna, como fez no começo e não faz nada. Quem já viveu essa situação sabe do que eu estou falando. É doído, é sofrido e você acaba não acreditando em mais nada na vida.

Você perde a autoestima por conta disso. Não se pode abaixar a cabeça para homem nenhum, tenha coragem de denunciar e sair fora desta relação. Não deixe ele tomar conta, achando que você pertence a ele e não é verdade.

Tenha coragem, levante a cabeça e fale, “não, eu sou mulher, eu sou eu, vou passar por cima”. Você consegue. Porque eu vivi, eu morei com ele quatro anos na base de ameaça, até o dia em que eu falei, eu não vou mais viver a base de ameaças, vou sair fora. E quando eu decidi sair fora, ele tentou me matar, mas, você consegue. Basta você levantar a cabeça e olhar para frente, você consegue. Não pode ficar sendo agredida, na base da ameaça, que é complicado, isso afeta você e seus filhos. Igual minha filha, ela sofre até hoje, por conta das ameaças que ele fez, que ele ainda faz.



**Eu queria deixar um recado para todas as mulheres, por mais que seja difícil, mas podemos sair, podemos sair, basta querer, - Vanusa Gonçalves Souza.**



A minha história aconteceu do nada, de uma hora para outra, meu parceiro acabou me agredindo. Hoje eu vivo com as sequelas da agressão. Estou prestes a fazer outra cirurgia, mas o principal ele levou de mim, que foi a minha alegria, a minha razão de viver.

Mas, eu venho buscando todos os dias forças, na minha bebê. Que também hoje,

ela está num processo de desenvolvimento de Transtorno Mental, e eu me sinto culpada, por ter passado por esse momento e ela estar junto comigo.

Mas hoje, o dia está sendo maravilhoso - durante o Festival de Inverno Bahia, em ação social realizada pelo Instituto Tear - eu estou realizando o meu sonho, eu sempre tive esse sonho de um dia de princesa,

quando eu morava em São Paulo, eu sempre falava que eu ia ganhar um dia de princesa no Programa do Netinho de Paula. E hoje o meu dia de princesa está sendo com vocês, mulheres!

Eu queria deixar um recado para todas as mulheres, por mais que seja difícil, mas, a gente pode sair, podemos sair, basta querer.

◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

“

Quando eu vivia com ele, eu não gostava do canto dos pássaros. Como eu vivia no fundo do poço, eu não gostava do canto dos pássaros, o canto dos pássaros me incomodava - Francinaide Brito Sousa

”

Quando vivia com o meu falecido, que é o pai dos meus filhos, nós convivemos por 20 anos, as cores que eu mais gostava eram cinza e preto. Casa era cinza, roupa era cinza, era preta, marrom, essas cores bem fechadas. Depois que eu me separei eu come-

cei a gostar do rosa, comecei a gostar das cores coloridas, só não gosto do vermelho, mas das outras cores, eu amo.

Inclusive, quando eu vivia com ele, eu não gostava do canto dos pássaros. Como eu vivia no fundo do poço, eu não gostava

do canto dos pássaros, o canto dos pássaros me incomodava, aquilo me deixava mais triste.

Mas hoje, não. Hoje eu sou apaixonada pelo canto dos pássaros, sou apaixonada pela vida, apaixonada pelas cores.

COLABOROU – GABRILEA OLIVEIRA DE JESUS  
jornalismo@jornaldosudoeste.com



**Jornal do Sudoeste**

**TESTEMUNHOU UM FLAGRANTE DE NOTÍCIA?  
QUER RECLAMAR DOS PROBLEMAS DA SUA CIDADE E DO SEU BAIRRO?**

QUER SUGERIR, MANDAR FOTOS E VÍDEOS, DAR INFORMAÇÕES PARA UMA REPORTAGEM?  
FALE DIRETAMENTE COM A REDAÇÃO DO JS ATRAVÉS DO WHATSAPP:

 (77) 99872-5389



**Certificado Digital SPC**

**Adquira já o seu!**



Seja um **ASSOCIADO(A)**  
e construa um comércio  
de **Brumado** mais forte!



**AMIGO DA CIDADE  
COMPRA AQUI**

ic 77-99812-8485

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

FOTO: [HTTPS://WWW.WEBIOGRAFIA.COM/](https://www.webiografia.com/)

# 17 anos de Lei Maria da Penha: O que já avançamos e o que ainda precisamos conquistar.

Especialistas avaliam mudanças que a norma trouxe no enfrentamento da violência contra a mulher.



## ◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Sancionada 17 anos atrás, em 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha estabeleceu direitos e penas específicas e é considerada uma legislação avançada no combate à violência contra a mulher. Com 46 artigos, ela cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro.

A Lei leva o nome de Maria da Penha, Maria da Penha Maia Fernandes, cearense, Farmacêutica Bioquímica, vítima de violência doméstica que se tornou um exemplo de luta pelos direitos das mulheres. Em 1983, Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte de Marco Antônio Heredia Viveros, seu marido na época. Ele deu um tiro nas suas costas enquanto ela dormia. Maria da Penha ficou paraplégica, além de outras complicações físicas e traumas psicológicos. Quatro meses depois, após duas cirurgias, internações e tratamentos, ele a manteve em cárcere privado durante 15 dias e tentou eletrocutá-la durante o banho.

Maria da Penha recorreu à Justiça, mas o primeiro julgamento de Marco Antônio foi realizado oito anos depois da violência e o segundo treze anos depois. Em ambos os julgamentos a sentença não foi cumprida. No ano de 1998, o caso tomou proporções internacionais quando Maria da Penha denunciou o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da

Organização dos Estados Americanos (Cidh/OEA). O Estado brasileiro foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras.

A história de Maria da Penha era mais um exemplo de muitos crimes que aconteciam no Brasil e que os agressores não eram punidos. Por isso, em 2002, um consórcio de Organizações Não Governamentais Feministas se juntou para escrever uma Lei de Combate à Violência Contra a Mulher. Depois de debates com o Legislativo, o Executivo e a sociedade, o Projeto de Lei nº 4.559/2004 da Câmara dos Deputados chegou ao Senado Federal (Projeto de Lei de Câmara nº 37/2006). Depois de aprovada por unanimidade nas duas Casas, em 2006 a Lei foi sancionada pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e levou o nome de Lei Maria da Penha.

### Inovações da legislação

A primeira inovação que a legislação traz é a classificação de tipos de violência doméstica. No geral, as pessoas pensam em violência doméstica apenas como violência física, mas ela pode se manifestar de diferentes maneiras. Com a conceituação de violência doméstica, a Lei facilita o combate, a prevenção e a punição do crime.

Os cinco tipos de violência que a Lei estabe-

lece são:

- Violência física: qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher.
- Violência psicológica: qualquer conduta que: cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões
- Violência sexual: qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.
- Violência patrimonial: qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
- Violência moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Desde sua promulgação, a Lei Maria da Penha trouxe significativos avanços na proteção das mulheres contra a violência doméstica, além de contribuir para sensibilizar a sociedade e aumentar a conscientização sobre a gravidade da situação e incentivar as denúncias e a busca por ajuda. No entanto, apesar dos avanços, a aplicação plena da Lei ainda enfrenta desafios

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

relevantes, entre os quais, a falta de estrutura adequada na maioria dos municípios do país, para receber e acolher as mulheres vítimas de violência, sem contar a falta de capacitação e a cultura de agentes de Segurança Pública que resistem em aplicar integralmente as normas previstas na legislação.

Dezessete anos depois de promulgada, a

Lei Maria da Penha ainda é um desafio para o Brasil no que se refere à sua total implementação. Mulheres, representantes de setores do Poder Público e Especialistas em áreas da Saúde e do Direito, são unânimes ao reconhecer as mudanças trazidas pela nova legislação, mas o coro é o mesmo quando se trata da necessidade de se avançar nas políticas públicas que visem à proteção das vítimas de violência

e, mais ainda, à tão reivindicada igualdade de gênero.

Para falar sobre os avanços e mudanças resultantes da Lei Maria da Penha nesses dezessete anos e apontar o que ainda precisa ser feito para que a norma efetivamente seja cumprida e os desafios superados, o JS ouviu diversos Especialistas que vão permitir uma ampla reflexão sobre o tema.

### ANA CARINE AGUIAR

ADVOGADA, COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CAMVI), ÓRGÃO DA ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POÇÕES

“Atendendo a solicitação do Jornal do Sudoeste, faço breves considerações acerca da Violência contra Mulher”.

O enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar é um dos temas mais desafiadores para o desenvolvimento de políticas públicas. A Lei Maria da Penha procurou tratar o problema de forma integral, sua visão sistêmica possibilita estabelecer não só a punição, mas também as diretrizes para uma mudança cultural, pelos paradigmas já consolidados (machismo estrutural, sexismo, racismo, misoginia). Além de aumentar a pena para agressores, a Lei estabeleceu instrumentos de proteção e acolhimento de emergência às vítimas e previu mecanismos para oferecer assistência social à mulher agredida. Passados 17 anos de vigência da Lei, a real oferta dessa proteção é, no entanto, insuficiente.

Considerando a vivência da Política Espe-

cializada de Proteção às Mulheres ter apenas dois anos no município (Poções), percebe-se que, por mais avanços normativos decorrentes das alterações na Lei Maria da Penha, ainda carecemos de outros meios para atender as premissas de enfrentamento desse fenômeno social e complexo: Prevenção, Combate, Assistência e Garantia de Direitos, visto que a violência contra mulheres constituir-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos.

É indiscutível a contribuição da Lei Maria da Penha no enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar, principalmente pelas alterações que vem sofrendo para atender as novas situações e contextos. Apesar das limitações, ela trouxe empoderamento, uma autonomia e a discussão à tona para a sociedade sobre Gênero, Igualdade de Gênero e Orientação Sexual.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL



**Garantir à mulher a resposta que ela espera, que é sair do ciclo de violência, é muito complexo. O primeiro desafio para uma mulher sair do contexto de violência é se enxergar nessa realidade, nessa condição de vítima, pois a perda de sua autonomia de sujeita de direitos, decorrentes da castração psicológica, do medo, da dependência emocional, afetiva e econômica, das questões religiosas, não a permite avaliar o risco das ameaças, muitas não acreditam que o agressor possa cumprir a ameaça.**



Seus mecanismos de proteção trouxeram avanços, mas ainda nos deparamos com enormes desafios. Garantir à mulher a resposta que ela espera, que é sair do ciclo de violência, é muito complexo. O primeiro desafio para uma mulher sair do contexto de violência é se enxergar nessa realidade, nessa condição de vítima, pois a perda de sua autonomia de sujeita de direitos, decorrentes da castração psicológica, do medo, da dependência emocional, afetiva e econômica, das questões religiosas não a permite avaliar o risco das ameaças, muitas não acreditam que o agressor possa cumprir a ameaça.

Outro fator relevante é a condição do agressor, que também não se reconhece com violador de direitos. A cultura da posse, o machismo estrutural, o sentimento de impunidade, dentre outros fatores, criam obstáculos para enfrentarmos esse tipo de violência

Assim, podemos entender que a luta contra a violência doméstica vai além de Leis mais duras. Enquanto as mulheres não são livres como deveriam, as Leis, são sim, muito importantes,

mas a mudança maior, a mudança no nosso quadro social é bem mais profunda e também mais complexa. E é só através desse processo que passa por rever e quebrar conceitos e preconceitos já consolidados, para efetivamente mudar a condição da mulher em nossa sociedade.

Os termos em que vivemos atualmente, vítimas não se enxergam como vítimas, e agressores mesmo que tenham sido presos, seguem não se vendo como agressores e continuam agindo como tal. Por isso, não podemos duvidar da ocorrência da violência, subestimar os fatos, o benefício da dúvida coloca a vida das vítimas em risco.

Mesmo havendo descrédito dessa luta contra a violência contra a mulher, temos que continuar, a partir de um trabalho estruturado, integrado, com ação sistêmica, com um aparato de proteção à mulher funcionando. Temos que ter a Polícia Militar fazendo trabalho preventivo e enfrentamento nas ruas, a Polícia Civil investigando, o Ministério Público oferecendo denúncia quando tem elementos e o Poder Judiciário

dando a sentença; o Poder Público ofertando políticas públicas efetivas e eficazes e a sociedade denunciando, assim teremos um ciclo completo para combater a violência contra a mulher.

O enfrentamento à violência contra a mulher, não pressupõe apenas a criação de medidas protetivas, disseminação ou estímulo à denúncia, temos que derrubar as barreiras que dificultam o empoderamento feminino, principalmente, no que se refere à Educação e à Empregabilidade, à Autonomia Social, Emocional, Econômica e de Conhecimento.

Sabe-se que, o fim da violência contra a mulher tem sido uma das principais batalhas e desafios enfrentados nos últimos anos. Mesmo que tenhamos ganhado voz nos últimos anos, mas muita coisa precisa ser mudada e melhorada para que nós mulheres possamos evitar e acabar com toda essa desigualdade, precisamos ainda nos unir para conseguir respeito de todos e desconstruir estereótipos já consolidados.

Para tanto, devemos ainda enfrentar desafios como:

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

- Fomentar a implantação de mais Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Priorizar políticas públicas em âmbito federal, para defesa dos direitos das mulheres e igualdade de gênero, principalmente com datação orçamentária e investimentos;
- Criar mecanismos de suporte às vítimas no campo da saúde mental, com estratégias de prevenção ao suicídio e o comba-

te a Violência Contra Mulher;

- Criar outras ferramentas de avaliação de risco que a mulher está sujeita, além dos já existentes, como a análise técnica do formulário FRIDA, mas esse mecanismo não é 100% seguro, não há garantias;
- Fomentar um sistema informatizado, integrado e alimentado para que as autoridades possam ter acesso ao histórico de violência, sobretudo dos agressores;
- Implementar mecanismos que pos-

sibilitem mudanças de cultura, de forma a construir uma sociedade em que as mulheres não sejam mortas por serem mulheres;

- Fomentar a transversalidade das políticas intersectoriais e da participação da sociedade;
- Criar condição para que a mulher saia da condição de vítima para condição de protagonista da própria história, autora de um novo capítulo de sua própria vida, sobretudo sem violência”.

## ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTTE

BACHARELA EM DIREITO, DELAGADA DA POLÍCIA CIVIL TITULAR DO NÚCLEO ESPECIALIZADO EM ATENDIMENTO A MULHER DA 20ª COORDENADORIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL - BRUMADO

“Inúmeros foram os avanços trazidos pela Lei Maria da Penha. Dentre eles, o de trazer responsabilidade a toda a sociedade, na luta e enfrentamento da violência contra a mulher.

A Lei elenca os tipos de violência existentes, como a física, psicológica, moral, patrimonial, sexual e trouxe a obrigatoriedade de maior ce-

leridade aos processos, exigindo prioridade ao atendimento, bem como acarretou numa quebra progressiva do silêncio que antes predominava e trouxe também um agravamento das penas, considerando inclusive, a prisão preventiva do agressor em casos de descumprimento das Medidas Protetivas de Urgência.



**A Lei Maria da Penha é considerada umas das três legislações mais elaboradas e avançadas do mundo de enfrentamento de violência contra a mulher. No entanto, encontra dificuldade em sua aplicação, pois ainda não há eficiência e a eficácia da Lei que estejam envolvidas em uma dinâmica de políticas públicas de prevenção, assistência e proteção**



A Lei Maria da Penha é considerada umas das três legislações mais elaboradas e avançadas do mundo de enfrentamento de violência contra a mulher. No entanto, encontra dificuldade em sua aplicação, pois ainda não há eficiência e a eficácia da Lei que estejam envolvidas em uma dinâmica de políticas públicas de prevenção, assistência e proteção. Essas políticas precisam ser efetivas, em ações conjuntas da União, dos Estados, Municípios, bem como de Organizações Não Governamentais. A falta

de investimento público na ampliação e criação de Unidades de Atendimento específico para mulheres vítimas de violência, bem como a inexistência de programas educacionais ainda são entraves para a efetiva aplicação da própria Lei.

Apesar dos avanços, ainda caminhamos a passos lentos.

Ainda faz-se necessária uma conscientização do que a Lei oferece, programas de publicidade mais efetivos e próximos da população



FOTO: VINÍCIUS CAIRES MARTINS

mais carente e vulnerabilizada, celeridade e eficiência na aplicação das penas, como por exemplo o uso da tornozeleira eletrônica, que não é possível em grande parte dos municípios brasileiros por falta de recursos financeiros. É necessário também conscientizar o próprio Poder Público da necessidade de mais investimentos para fortalecer e diminuir a precariedade das Redes (que geralmente são geridas pelos municípios) de Enfrentamento e Atendimento das Vítimas de Violência”.

## INGRID FREIRE DA COSTA COIMBRA VIEIRA

ADVOGADA PÓS GRADUADA EM DIREITO PÚBLICO COM ÊNFASE EM DIREITO PROCESSUAL E MILITAR E EM DIDÁTICA E METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR, PRESIDENTE DA SUBSEÇÃO BRUMADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL NA BAHIA

“A promulgação da Lei Maria da Penha foi um marco histórico na luta contra a violência em face das mulheres, deficiências existem, mas ao longo do tempo outros artigos foram inseridos e também a aprovação do crime de feminicídio demonstram a preocupação do Legislativo com essa mazela social.

Para que pese as Leis de Proteção vigente é

necessário o maior aparelhamento do Estado, para sua efetividade e cumprimento.

A maior carência nos dias de hoje é garantir a efetividade da proteção, métodos estão sendo testados com tornozeleira eletrônica, “botão do pânico”, Ronda Maria da Penha, mas com todas as dificuldades devemos sempre comemorar os avanços”.



FOTO: LAY AMORIM/BLOG ACHEI SUDOEST

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

### ANDREIA FEITOSA BALBINO MARTINS

(@psicogestantes), MALHADA-PEDRENSE, PSICÓLOGA CLÍNICA, PERINATAL E DA PERENTALIDADE

"A mudança principal depois da Lei Maria da Penha é a de proteger as mulheres que sofrem violência doméstica, dessa forma as mulheres podem contar com medidas que vão ajudá-las a saírem da situação de constrangimento, humilhação... um avanço importantíssimo, pois muitas achavam que tinham que aguentar calada todo um sofrimento, que muitas vezes eram físicos, psicológico, sexual, moral e de patrimônio.

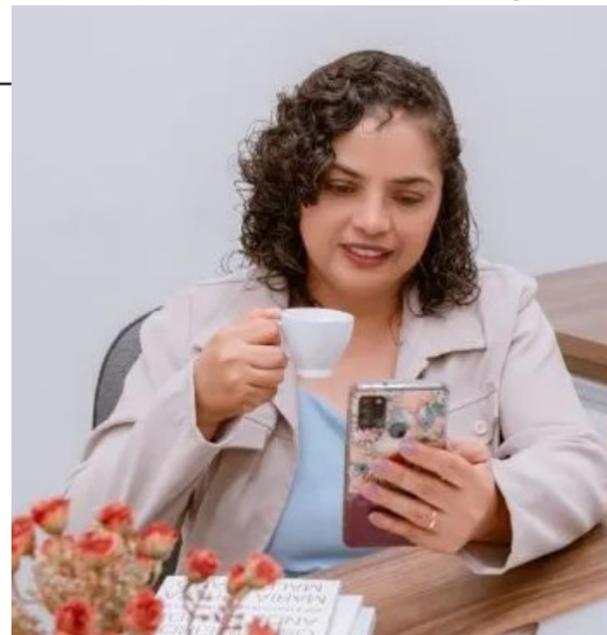
Um avanço também muito significativo é a transferência da vítima para um lugar segu-

ro, pois sabemos que muitos (agressores) não obedecem o afastamento que é determinado.

Isso favorece, principalmente psicologicamente, para o recomeço das vítimas.

Acredito que avançamos muito, mas ainda temos muito caminho pela frente. Ainda falta divulgação a respeito da Lei, por mais que achamos que todos já sabem, na verdade muitos não têm conhecimento, não sabem quem procurar; mais profissionais preparados para atuarem nessas situações e falar sobre o assunto nas Escolas, Igrejas, comunidades..."

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



### POLIANA NERES COSTA

(@psipoliana\_costa), PARAMIRIENSE, PSICÓLOGA, PÓS-GRADUADA EM GESTÃO EM SAÚDE E EM PSICOLOGIA GESTALT, DOCENTE NA ESCOLA TÉCNICA DE ENFERMAGEM DE PARAMIRIM, PSICÓLOGA DO CRAS E FUNDADORA DO PROJETO DESPERTANDO MULHERES.

"A Lei Maria da Penha, para mim se configura como um marco na luta pela proteção e garantia dos direitos da mulher. Muitas mulheres passaram a realizar denúncias após a instituição da Lei, pois de alguma forma a proteção social não era garantida, nem que minimamente. Ainda hoje, o que mais impede as mulheres de realizarem denúncia, é a garantia de sua segurança e proteção. Sabemos que, a Lei Maria da Penha não é só uma Lei, ela também conta a própria história de Maria da Penha e revela um cenário

vivenciado por diversas mulheres. Visto que, nesses 17 anos da Lei muitos estudos foram feitos e isso permite conhecer essa realidade social mais detalhadamente, fazendo com que possamos identificar o percurso das violências e possíveis medidas de enfrentamento.

Assim sendo, avançamos muito, porém ainda se tem muita dificuldade em aplicar a Lei, não pela Lei em si, mas devido à cultura machista que ainda perdura em nosso país, seja por parte de homens ou mulheres".

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



“

**"... avançamos muito, porém ainda se tem muita dificuldade em aplicar a Lei, não pela Lei em si, mas devido à cultura machista que ainda perdura no nosso país, seja por parte de homens ou mulheres.**

”

"Um exemplo disso são os altos índices de feminicídio. A violência contra a mulher está diretamente ligada com a desigualdade, nós precisamos falar mais sobre isso, precisamos juntar todos os recursos que temos até então, para promover mais mudanças neste contexto.

Percebo e ressalto a importância das campanhas, como a do Agosto Lilás que busca conscientizar para o fim da violência contra

a mulher. Acredito que conquistaremos mais mudanças, mas para que a Lei seja mais efetiva e ocorra redução nos índices de violência contra a mulher, muitos caminhos ainda precisam ser percorridos. É preciso que a mulher seja ouvida e seu discurso seja validado, para que essa mulher não seja novamente violentada ao pedir ajuda. Não é por que não tem um hematoma que não exista a violência. É preciso considerar e validar todos os tipos de

violência. Se uma mulher tenta fazer uma denúncia, é fundamental que seja acolhida sem ser julgada. A denúncia traz várias consequências, é fundamental apoiar a mulher em lidar com isso e garantir a sua segurança e proteção. Não podemos tolerar qualquer tipo de violência. O movimento para enfrentar as violências contra mulheres, não deve ser feito só por mulheres, mas sim pela sociedade no geral".

## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

## MAGDA SOUZA BRAGA DAVID

(@magdadavid) – CAETITEENSE, ADVOGADA E LICENCIADA EM LETRAS COM ESPECIALIZAÇÃO EM INGLÊS. PÓS-GRADUADA EM LINGUÍSTICA APLICADA, CIÊNCIAS PENAS E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PRESIDENTE DA ACADEMIA CAETITEENSE DE LETRAS E PRESIDENTE DO UNIÃO BRASIL MULHER DE CAETITÉ.

“Foram profundas as mudanças que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) trouxe no âmbito da violência doméstica e familiar. Antes da Lei, os crimes praticados contra a mulher (por marido, companheiro ou familiar) eram tratados como de menor potencial ofensivo, em que a pena aplicada ao agressor quase sempre era convertida em prestação de serviços comunitários. Com o advento da Lei foram definidas como crime tanto a violência física quanto a violência psicológica, moral, sexual e patrimonial, cujas penas passaram a ser mais rígidas, podendo ser aplicadas, conforme o caso, até mesmo a prisão do agressor. Além do agravamento da pena, é possível afirmar que a mudança mais significativa tenha sido a possibilidade de aplicação imediata das chamadas “Medidas Protetivas De Urgência”, cujo intuito é dar uma resposta

rápida a situações urgentes, que vão desde o afastamento do agressor do lar até a sua prisão preventiva. Tais medidas são dispositivos essenciais para a preservação da integridade da vítima.

Algo interessante e bastante relevante em relação à Lei Maria da Penha é o fato de que, desde a sua entrada em vigor, podem-se verificar grande número de alterações, para ser mais precisa, até o momento foram 25 atualizações legislativas, implementadas no intuito de ampliar a proteção às vítimas. Entre tais mudanças, algumas chamam a atenção, a exemplo do funcionamento ininterrupto das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams, ou seja, atendimento às vítimas por 24h, inclusive nos finais de semana (quando acontece o maior número das ocorrências); a aplicação de Medidas Protetivas de



Urgência já a partir do depoimento feito pela mulher à autoridade policial, independente do ajuizamento de Ação, da instauração de Inquérito ou mesmo do registro de Boletim de Ocorrência; o atendimento à mulher vítima de violência deverá ser feito, preferencialmente, por policiais e peritos do sexo feminino.



**... apesar de a Lei Maria da Penha ser avançada e prever uma total proteção à vítima, na prática, podemos afirmar que, ela ainda está muito distante da sua efetiva implantação que implica a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Casas-Abrigo, Centros de Referência da Mulher, implementação de uma verdadeira Rede de Apoio Multidisciplinar à Mulher, entre outros.**

“Entretanto, apesar de termos uma Lei considerada pela Organização da Nações Unidas – ONU, como uma das três mais avançadas do mundo no enfrentamento da violência contra as mulheres, por qual motivo a violência doméstica e familiar cresce ano a ano, de forma significativa? Podemos arriscar aqui três possíveis respostas a este problema:

1) apesar de a Lei Maria da Penha ser avançada e prever uma total proteção à vítima, na prática, podemos afirmar que ela ainda está

muito distante da sua efetiva implantação que implica a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Casas-Abrigo, Centros de Referência da Mulher, implementação de uma verdadeira Rede de Apoio Multidisciplinar à Mulher, entre outros;

2) o problema da violência doméstica e familiar não deve ser enfrentado apenas com a promulgação de novas Leis, mas através da implementação de políticas públicas, que passam o âmbito criminal, através de investi-

mentos em prevenção, educação e incentivo à independência financeira das vítimas;

3) a prática no enfrentamento e combate à violência doméstica contra a mulher, não acompanha a teoria e a sociedade aguarda passiva que as mudanças surjam de cima para baixo, quando, na verdade, todos nós devemos também nos questionar sobre qual responsabilidade nos cabe nesse contexto e o que estamos fazendo para mudar essa dramática realidade”.



## CAMILA MARY FERNANDES

(77 99911-1067) – CAETITEENSE RADICADA EM IGAPORÃ, ADVOGADA COM ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO E ATUAÇÃO EM DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR

“A violência doméstica contra a mulher, seja física ou psicológica, é algo que sempre existiu. No entanto, não era criminalizado, mas tratado como um problema familiar. Com a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, o assunto passou a ser tratado de um problema social. A campanha Agosto Lilás tem o objetivo de apresentar soluções para este problema, promovendo os direitos das mulheres e chamando a atenção para os desafios enfrentados por elas no combate à violência, através da denúncia.

Porém, é possível perceber que a discussão sobre quais tipos de agressões podem ser denunciadas ainda é constante, visto que grande parte das mulheres não identificam as agressões verbais e psicológicas como merecedoras

de serem denunciadas. Isto se intensifica nos crimes cometidos no ambiente doméstico, praticado majoritariamente por parceiros íntimos ou familiares, por acreditarem que não há algo que tem teor ofensivo.

Então, primeiramente, é necessário destacar os tipos de violências que devem ser denunciadas: violência física, violência psicológica/emocional, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.

Desde a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, diversas alterações do Poder Judiciário e Legislativo incidiram sobre esta Lei e, diante da obrigatoriedade dos Estados e municípios em organizar e divulgar, a campanha Agosto Lilás tornou possível uma aberta expo-



## ◆ CIDADANIA – REPORTAGEM ESPECIAL: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

sição popular, para tornar a discussão mais ampla e acessível a todos.

A supramencionada Lei, trouxe vários mecanismos para proteção das mulheres vítimas de violência doméstica, dentre eles, a criminalização, não somente da violência física, mas também qualquer ação e omissão baseada no fato da vítima ser mulher, causando-lhe algum prejuízo. E assim, os crimes passaram a ter penas mais rigorosas, trazendo mais segurança às mulheres. Outro grande avanço trazido por tal Lei, é a expedição de medidas protetivas para

as mulheres vítimas de violência doméstica e os filhos, que proíbem a aproximação do agressor. E, em caso de descumprimento, pode ter sua prisão decretada.

A demora no Judiciário era considerada um obstáculo para as mulheres denunciarem os agressores. Porém, com a Lei foi possível criar Juizados de Violência Doméstica Familiar Contra a Mulher, com competência para julgar causas cíveis e criminais no mesmo setor, reduzindo os obstáculos que as mulheres enfrentam no acesso à Justiça e acelerando o julgamento.

A manutenção do vínculo trabalhista da mulher vítima de violência doméstica por até seis meses, quando necessário o seu afastamento do local do trabalho para preservar sua integridade física e psicológica, também foi um grande passo.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, apresentou a tese afirmando que, a legítima defesa da honra é inconstitucional, com isso, não é mais possível inocentar acusados de assassinatos com a fundamentação do uso da legítima defesa da honra.

“

... **Todavia, sabemos que mesmo diante destes avanços, encontramos dificuldades para aplicá-los, dentre elas está a falta de preparação de agentes policiais voltados para atender estas vítimas, a falta de recursos públicos para implementação de ações necessárias, uso indevido da denúncia (com finalidade de “dar susto” ou vingar do companheiro) e a aplicação de políticas governamentais apenas em cidades da capital, deixando assim um isolamento de serviços nas cidades afastadas.**

”

Todavia, sabemos que mesmo diante destes avanços, encontramos dificuldades para aplicá-los, dentre elas está a falta de preparação de agentes policiais voltados para atender estas vítimas, a falta de recursos públicos para implementação de ações necessárias, uso indevido da denúncia (com finalidade de “dar susto” ou vingar do companheiro) e a aplicação de políticas governamentais apenas em cidades da capital,

deixando assim um isolamento de serviços nas cidades afastadas.

Outro fator, é a dependência emocional e econômica, que gera uma dificuldade na mulher em denunciar essas agressões, então, como medida prática para facilitar este procedimento, seria necessária a aplicação de políticas públicas voltadas para a geração de renda e trabalhos para mulheres que sofreram um ciclo de violên-

cia, sendo acessível para elas um atendimento psicológico eficaz.

Mesmo com os grandes benefícios que os supramencionados dispositivos trazem, pois podem salvar vidas de muitas mulheres vítimas de violência doméstica que correm risco de morte, não podemos descansar até identificarmos um cenário positivo e tranquilo para as mulheres, identificando os problemas e buscando soluções eficazes”.

COLABORARAM

RALEY MORAES (jornalismo@jornaldosudoeste.com)  
GABRIELA OLIVEIRA (jornalismo@jornaldosudoeste.com)  
LUCIMAR ALMEIDA DA SILVA (lucimaralmeidajs@gmail.com)

### MUDAMOS!

Estamos de cara nova e em nova casa, mas com a mesma missão, que é de entender e cuidar de você!

Ganhamos uma nova identidade visual, moderna, vibrante, atual.

Ganhamos uma nova casa, em um ambiente com designer contemporâneo e sofisticado, climatizado e acolhedor.

Só não mudamos a essência, o compromisso de entender para atender você com qualidade!

Uma nova etapa se inicia e estamos felizes em ter vocês conosco.

Sejam bem-vindos à nova

**anima**  
SAÚDE & BEM-ESTAR

Rua Joana Angélica, 245 – 1º Andar (Acesso por Elevador)  
Centro  
Telefone: (77) 9 9998-7920  
Brumado - BA



## ◆ OPINIÃO



## Gabriela de Diego Garrido

GABRIELA DE DIEGO GARRIDO (@GABRIELADEDIEGO) - BACHARELA EM DIREITO, DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA, PRESIDENTE DO INSTITUTO TEAR. O ARTIGO FOI PUBLICADO ORIGINALMENTE NO LIVRO: "POLÍTICAS PÚBLICAS & INOVAÇÕES LEGISLATIVAS - PROTEÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA", DA QUAL É UMA DAS COAUTORAS.

# Polícia e Educação: possibilidades de articulação no enfrentamento da violência doméstica e familiar.

## 1. Aspectos introdutórios.

Com a constitucionalização dos Direitos Humanos e a promulgação da Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher passou a ser estudada e trabalhada com maior profundidade, uma vez que, o Estado Brasileiro passou a responder às demandas de proteção às mulheres em situação de violência de forma mais eficaz, inclusive no que diz respeito às sanções e punições aplicadas aos agressores.

A violência doméstica e familiar contra a mulher, enquanto fruto de um fenômeno histórico e cultural de uma sociedade pautada nas premissas patrimonialista, machista e misógina, tem se arrastado ao longo dos anos, mesmo com significativos avanços no âmbito legislativo. Constatou-se que, mesmo nos dias atuais, ao observarmos o viés social e cultural no qual estamos inseridos, a violência contra a mulher ainda é vista como algo “natural” e banalizado socialmente, seja no âmbito doméstico, seja em qualquer outro da vida moderna. Apesar das evoluções jurídicas e sociais até então alcançadas, ainda não houve uma efetiva concretização da isonomia constitucional entre homens e mulheres.

Outrossim, mesmo com o advento da Lei Maria da Penha e seu viés punitivista, com a aplicação de penas mais rígidas e medidas protetivas de urgência, não houve, com o passar dos anos, uma sensível diminuição nos índices de violência doméstica contra a mulher registrados em nosso país, no nosso Estado, e onde podemos efetivamente atuar, na nossa Cidade, demonstrando que apenas o combate e a repressão a essa espécie de crime não é o bastante para fazer cessar esse terrível mal que assola nossa sociedade. Pesquisa recente, realizada em 2021 pelo Data Senado, aponta um aumento na percepção das mulheres sobre a ocorrência da violência doméstica. Pois, 86% das entrevistadas declararam que de sua perspectiva, a violência contra mulher cresceu em 2021. Além disso, segundo a mesma fonte, 71% das mulheres entrevistadas nessa pesquisa, afirmam que o Brasil é um país muito machista. E 68% conhecem no mínimo uma mulher que foi, ou é vítima de violência doméstica.

Portanto, é necessária a atuação mediante o uso de outras estratégias de enfrentamento como a Educação para prevenção da violência contra a mulher e educação para a promoção de direitos, tanto no contexto sócio comunitário quanto no escolar e familiar, apontando que a violação aos direitos da mulher é considerada uma violação aos direitos humanos, ou seja, mais do que uma lei punitiva, é preciso ensinar e conscientizar toda a sociedade acerca da necessidade de desconstruir um sistema patriarcal fundado na ideia de que homens são superiores às mulheres.

É fundamental trazer o tema da violência doméstica contra a mulher ao debate no âmbito comunitário, escolar e familiar, como também difundir relevantes informações por meio da mídia e outros meios que estejam ao alcance de todos, cabendo ao Estado a obrigação de delinear e implementar políticas públicas que busquem a desconstrui-

ção de um contexto histórico-cultural deveras ultrapassado. Somente quando as bases estruturais de uma sociedade, puderem dispor de uma educação com isonomia entre homens e mulheres e o Estado realizar efetivamente seu papel, é que as mulheres terão a sua dignidade humana e seus direitos fundamentais plenamente respeitados, formando-se uma base sólida em torno da conscientização de que todos somos sujeitos de direitos, inseridos no mesmo contexto sociocultural.

## 2. Possibilidades de parceria entre Polícia e Redes de Ensino.

A parceria entre a Polícia, a rede municipal, estadual e privada de ensino, em todos os seus níveis, nos parece um caminho efetivo no combate e redução dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, promovendo o ambiente escolar como espaço profícuo para o desenvolvimento de ações que levam ao aperfeiçoamento do trabalho pedagógico, voltado para a promoção do respeito ao ser humano, possibilitando respostas eficazes para o enfrentamento da violência contra a mulher, e talvez, de outras violências estruturais, propondo não só uma realidade de equidade de gênero, mas, fazendo quem sabe, surgir na consciência desta sociedade formas mais respeitadas e pacíficas de resolução de conflitos, agregando novas ferramentas de convivência em nossas crianças e jovens.

A violência doméstica e familiar contra a mulher é configurada como toda e qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, segundo a Lei 11.340/06. De acordo com a exegese da Lei Maria da Penha, verifica-se que esta tem aplicação nos casos de violência ocorridos estando disposto no art. 5º da referida Lei:

- 1) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convivência permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
- 2) no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais ou por afinidade;
- 3) em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independente de coabitação.

São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

- I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde

psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006.)

O corpo docente escolar não tem necessidade técnica de conhecer a lei e sua aplicabilidade, não tendo, também, dimensão exata do fenômeno da violência, e neste âmbito que a Polícia Civil entra, fornecendo conhecimento técnico-legal, assim como informando sobre estatística e mancha criminal. Por sua vez, a escola abre o espaço de diálogo interinstitucional, onde os profissionais podem ministrar palestras e treinamentos de abordagem de temas relacionados às diversas formas de violência contra a mulher, assim como indícios para identificação de possíveis vítimas, para encaminhamento aos serviços disponíveis. Além disso, a presença da Polícia na Escola de forma parceira, desmistifica o estereótipo policial nos alunos e suas famílias, estabelecendo uma relação de confiança e facilitando o processo de denúncia.

## 3. Resultados dos 16 anos de vigência da Lei Maria da Penha.

Apesar de inúmeros avanços alcançados em 16 anos de vigência da Lei Maria da Penha, os índices de violência contra a Mulher não param de crescer.

A violência doméstica e familiar contra a Mulher constitui, atualmente, uma das principais preocupações sociais do Estado brasileiro, pois o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial dos países com maior número de registros de crimes praticados contra mulheres, segundo a Organização das Nações Unidas. O Ministério dos Direitos Humanos (MDH) publicou, em agosto de 2018, o balanço do Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher, com dados de janeiro a julho de 2018. A central registrou 51 homicídios de mulheres, 27 feminicídios, 547 tentativas de feminicídios e 118 tentativas de homicídios. O órgão informou, ainda, que foram relatados 79.661 casos de violência contra mulheres, em todo o País, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ainda segundo a fonte retromencionada, entre 2020 e 2021, houve um acréscimo significativo de 23 mil novos chamadas de emergência para o número 190 das Polícias Militares, solicitando atendimento para casos de

## OPINIÃO

violência doméstica, com variação de 4% de um ano para o outro. Esse número demonstra a assustadora estatística de uma pessoa ligando a cada minuto para o 190, denunciando agressões decorrentes da violência doméstica no nosso país (Anuário de Segurança Pública de 2022).

No município de Vitória da Conquista-BA, foram encaminhados mais de 6.500 Inquéritos policiais de violência doméstica e sexual contra a mulher no biênio de 2021/2022. Este número não inclui a violência de qualquer espécie – mesmo que no âmbito doméstico e familiar – contra crianças e adolescentes, segundo dados estatísticos oficiais da Secretaria de Segurança Pública da Bahia.

A Secretaria de Segurança Pública informou que, de janeiro a junho de 2022 foram registrados 46 feminicídios em todo o Estado. No mesmo período do ano passado, foram - 34 casos, o que resulta num aumento de 35,3 %. A Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Vitória da Conquista, registrou 953 ocorrências de violência contra a Mulher, de janeiro a junho de 2022.

Apesar dos índices relacionados anteriormente, estudos e pesquisas apontam para a existência de uma espécie de conspiração do silêncio, que cerca esse tipo de violência, impedindo que dados quantitativos e qualitativos (subnotificação) possam melhor revelar a magnitude desse fenômeno, bem como o fato do desconhecimento da lei. Índices tão elevados reforçam que, a violência doméstica e familiar contra a mulher é umas das formas mais comuns de violação dos direitos humanos e também a mais praticada.

A subnotificação é percebida se confrontando com dados de pesquisa de fontes oficiais entre as perguntas, “você conhece alguma vítima de violência contra a mulher?” e “você já foi vítima de alguma forma de violência contra mulher?”. Observando as estatísticas, á primeira pergunta, mais de 70% das mulheres respondem que sim, a segunda pergunta geralmente menos de 30% (dados extraídos da pesquisa realizada em 2021 pelo Data Senado e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022).

Não podemos olvidar de uma faceta extremamente cruel da violência contra a mulher, a violência sexual, que atinge de forma exponencial nossas crianças e jovens. Dados do Anuário brasileiro de Segurança Pública de 2022, comprovam que crianças de até 13 anos representam em média 75% das vítimas de estupros registrados. É estarrecedor. Também, está estatisticamente comprovado que, o primeiro parente na lista de estupradores/abusadores é o pai biológico, seguido pelo padrasto e depois demais parentes e conhecidos, estando demonstrado que o perigo para nossas crianças e adolescentes mora dentro de casa.

Ora, se a família é a principal agressora, não é difícil concluir que a escola precisa ter um papel de protagonismo na identificação e denúncia de casos, além de estar constantemente levando conteúdos programáticos, que atuem na desconstrução da cultura patriarcal dominante, pois certamente a esmagadora maioria das famílias não o fará.

Pesquisas realizadas em diversos institutos oficiais e também em pesquisas acadêmicas, comprovam que o maior vetor de denúncias é a Escola, pois a maior parte das violências sexuais praticadas não deixam marcas físicas a ponto da necessidade de intervenção médica, colocando o setor de saúde como o segundo na lista de percepção e denúncias destas gravíssimas violências. Dados demonstram que a maior parte das vítimas é composta de meninas – cerca de 80% das vítimas (Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022). Combinando estes dados aos 20.805 Boletins de Ocorrência de lesão corporal, em contexto de violência doméstica apenas entre vítimas de 15 a 19 anos no Brasil (Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022),

não há como negar que estamos diante de uma sociedade incapaz de proteger suas mulheres, mesmo as mais novas, que vivenciam precocemente situações de violência e marcas que podem perdurar ao longo de toda uma vida.

Também é possível observar que, o crescimento exponencial da violência doméstica e sexual contra a mulher, levarão, em pouco tempo, ao colapso dos sistemas policial e judicial, já bastante sobrecarregado, urgindo em que esse complexo fenômeno seja atacado nas suas causas mais profundas e não apenas quando eclode a situação criminosa.

Trata-se de um fenômeno mundial, disseminada em todas as camadas sociais, independente de raça, religião, etnia, condição financeira ou grau de escolaridade. Assim, além do aspecto jurídico e processual penal punitivo, a Lei Maria da Penha traz em seu bojo um conjunto de normas que visam proteger a estrutura familiar, disponibilizando instrumentos e mecanismos para o enfrentamento dos casos de violência doméstica contra as mulheres, com abordagens de prevenção, proteção das vítimas e responsabilização dos autores de violência.

#### 4. Construindo e implementando políticas.

De acordo com a referida lei, cabe ao Estado brasileiro, por meio de suas instituições e agentes, a elaboração e implementação de políticas públicas eficazes no sentido de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as Mulheres. Em atenção às diretrizes da política pública para coibir e prevenir as diversas formas de violência contra a mulher, o art. 8º da Lei nº 11.340/2006 prevê:

“V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres; e

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher”

Alinhado ao que foi mencionado e partindo da premissa de que a escola é parte fundamental no processo educacional para a formação de uma cultura preventiva e não violenta, faz-se necessárias respostas multidisciplinares, interinstitucional e em redes que, em última análise, signifiquem a implementação de estratégias sócio comunitárias e educacionais de desconstrução dos discursos e práticas violentas e violadoras que recaem sobre a Mulher. Parte-se do pressuposto de que a educação é um fator fundamental para a prevenção e erradicação de violência, por isso, a escola tem papel fundamental na desconstrução da violência contra a mulher. Ao levar o conteúdo da Lei nº 11.340/2006 para as escolas, objetiva-se trabalhar a formação de uma nova consciência das crianças e adolescentes para que, quebrando antigos paradigmas comportamentais, tornem-se verdadeiros agentes multiplicadores e transformadores sociais.

Atualmente, o papel da Escola é “atenuar, em parte, os efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender, nas melhores condições possíveis, no cenário social”. Da mesma forma, envolve, também, preparar os educandos para refletir criticamente e conduzir-se democraticamente em uma sociedade não democrática (GIMENO SACRISTÁN & PÉREZ GOMÉZ, 1998, p. 22-24).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN 9.394/96, Art. 32º, diz que o Ensino Fundamental tem como objetivo a formação básica do cidadão. Destaca-

mos alguns pontos, entre o primeiro e quarto incisos, onde diz que o aluno ao cursar o Ensino Fundamental deve ser desenvolvido na capacidade de compreensão do ambiente natural e social, formado nas atitudes e valores, fortalecido nos vínculos de família, nos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A Lei 14.164/21, que altera o art. 26 da LDBEN 9.394/96, dispõe que, conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino. Instituiu também a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica.

Constatando que as famílias ainda não possuem a estrutura psicossocial, para educar seus filhos para erradicação desigualdade de gênero, ao contrário, reforçam e perpetuam esta estrutura, não por maldade, mas por falta de conhecimento e por reproduzir – na maioria das vezes sem nenhuma forma de reflexão - a cultura dominante. Deste modo, é uma necessidade urgente implantar nos currículos escolares essa discussão, sempre procurando, também, trazer os pais para esse contexto, demonstrando de forma prática e estatística os prejuízos que essa cultura traz não só á família, mas, a todo tecido social.

Comprovada a necessidade social e seguindo o dispositivo legal, é urgente que setores da Educação e da Segurança Pública dialoguem, de forma transversal, adequando á realidade de cada região a implementação deste avanço educacional tão positivo – se bem implementado – ao combate da violência contra a mulher que, comprovadamente tem nefasta influência.

#### Bibliografia:

- ADICHIE. Chimamanda Ngozi. Para Educar Crianças Feministas: um manifesto. Editora Companhia das Letras, 1ª edição, 2017, São Paulo.
- BELIATO. Araceli Martins. IBRAHIM. Francini I. Dias. Lei Maria da Penha no Direito Policial. Editora Mizuno, 1ª edição, 2021, Leme.
- BERTOLIN. Patrícia T. M. ANDREUCCI. Ana Cláudia Torean. (org.) Mulher, sociedade e Direitos Humanos. Editora Rideel, 1ª edição, 2010, São Paulo.
- BLAY. Eva Alterman, Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos. Editora 34, 1ª edição, 2008, São Paulo.
- CUNHA. Rogério Sanches. PINTO. Ronaldo Batista. Violência Doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo. Editora Revista dos Tribunais, 4ª edição, 2012, São Paulo.
- DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Editora Revista dos Tribunais, 3ª edição, 2012, São Paulo.
- LEITE. Miriam Moreira (org). A Condição Feminina no Rio de Janeiro: século XIX. Editora Hucitec, 1ª edição, 1984, Brasília.
- PRIORE. Mary del. Histórias e Conversas de Mulher. Editora Planeta, 1ª edição, 2013, São Paulo.
- TIBURI. Marcia. Feminismo em Comum: para todas, todos e todos. Editora Rosa dos Tempos, 7ª edição, 2018, Rio de Janeiro.
- WOOLF. Virginia. Profissões para mulheres e outros artigos feministas. Editora L&PM, 1ª edição, 2018, Porto Alegre.

## ◆ CIDADES - SEGURANÇA PÚBLICA

# “A Segurança Pública é apenas um dos aspectos da Defesa Social, Juntamente com a garantia dos Direitos Individuais e Coletivos, das ações de Defesa Civil, é apenas um elemento”, pontua o Comandante do 24º Batalhão da Polícia Militar de Brumado, Ten-Cel. PM Élson Pereira

◆ RALEY MORAES  
jornalismo@jornaldosudoeste.com

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, entre outras iniciativas no âmbito do Projeto de Reestruturação da Polícia Militar, cujo objetivo é po-

tencializar o emprego da tropa e o tempo de resposta das ações desenvolvidas para a população, além de reforçar e modernizar a estrutura organizacional da Segurança Pública,

criou o 24º Batalhão da Polícia Militar em Brumado e designou para comandar a Unidade, o Tenente Coronel PM Élson Cristóvão Santos Pereira.

FOTOS: VINICIUS CAIRES MARTINS



Tenente-Coronel PM Élson Cristóvão Santos Pereira.

Soteropolitano, 55 anos, Bacharel em Direito, o Tenente-Coronel PM Élson Cristóvão Santos Pereira, já esteve lotado nos quadros do 17º Batalhão da Polícia Militar de Guanambi no Comando de Operações de Inteligência e foi um dos responsáveis pela criação da Rondas Especiais (Rondesp). Adepto do Policiamento Comunitário, que tem como princípio a parceria entre a Polícia Militar e a comunidade para dar efetividade nas ações – identificação, priorização de atuação – de combate à criminalidade e garantia da Segurança Pública. O Tenente-Coronel PM Élson

Cristóvão Santos Pereira, não só sinalizou como já tem realizado um trabalho voltado para esse fim, buscando dialogar com setores organizados da sociedade e estabelecendo um canal de comunicação para que haja não apenas eficiência, mas cooperação no trabalho desenvolvido nas ruas pela Polícia Militar, além de promover O Policiamento Ostensivo e Blitzes, que considera fundamentais para coibir a ação de criminosos, o tráfego de veículos irregulares e os roubos e furtos.

Na última semana, o Tenente-Coronel Élson Cristóvão Santos Pereira, abriu espaço

em sua agenda de trabalho e concedeu uma entrevista exclusiva ao JS, oportunidade em que falou sobre a organização administrativa e operacional da nova estrutura da Polícia Militar da Bahia no município, destacando o trabalho que vinha sendo desenvolvido no Comando da então 34ª Companhia Independente de Polícia Militar pela atual Subcomandante do Batalhão, Major PM Leila Souza Gonçalves Silva e pelo efetivo lotado na Unidade. O Comandante do 24º Batalhão da Polícia Militar, também pontuou a defesa intransigente da legalidade na atuação da

## ◆ CIDADES - SEGURANÇA PÚBLICA

Força Policial e o propósito de centralizar o atendimento de emergência e de avançar na parceria com a Polícia Civil, reforçando seu entendimento da importância dos Sistemas de Inteligência para planejamento e execução de ações. Ele declarou que a prioridade de sua gestão à frente do 24º Batalhão da Polícia Militar de Brumado, será investir principalmente em treinamento e engajamento dos Policiais Militares da Unidade e no fortalecimento do relacionamento com a comunidade, com ênfase na comunidade escolar.

Questionado, o Tenente Coronel Elson Cristóvão Santos Pereira não se negou a comentar assuntos Administrativos que tem sido tratado como polêmico, entre os quais o uso de câmeras corporais pelos Policiais Militares, a politização das tropas e as questões da Saúde Mental na Corporação.

Confira os principais trechos da entrevista.

**JORNAL DO SUDOESTE:** Quem é o Tenente-Coronel Elson Cristóvão Santos Pereira?

**TEN-CEL PM ÉLSON PEREIRA:** Sou filho de uma família de longa história de ativismo social e político lá em Salvador, devido a isso, possuo uma sensibilidade muito aguçada para questões sociais. Isso me faz olhar a sociedade em que vivemos de maneira bem ímpar, bem singular. Sou um Oficial idealista, que pensa que o aparelho policial, principalmente a Polícia Militar, não pode se afastar do seu mister, que é cuidar do cotidiano das pessoas, e é claro, em momentos singulares, a gente sabe que o aparelho policial faz a repressão. Mas quando isso acontecer, que seja de maneira qualificada, planejada, com suporte de inteligência e com instrumentos jurídicos, como o Mandado de Segurança e o Mandado de Busca e Apreensão. Eu acredito que se nós nos afastarmos do nosso principal objetivo, vamos perder a nossa identidade, vamos perder nossa cultura profissional de promover segurança no dia a dia das pessoas, pois garantir o cotidiano das pessoas e fazer com que as mesmas tenham segurança, seja para ir à Escola ou acessar serviços públicos, como Assistência Social e Saúde, é o nosso foco. Uma tendência meramente repressiva faz com que nós nos afastemos do nosso mister, que é garantir o cotidiano social.

**JORNAL DO SUDOESTE:** Bacharel em Direito, porque a opção pela carreira de Policial Militar?

**TEN-CEL PM ÉLSON PEREIRA:** Bem, na verdade, eu me formei em Direito depois que eu acolhi a carreira de Policial Militar. Sou de uma Turma, a Turma de Aspirantes à Oficial, o primeiro posto que ganhamos depois que saímos formados da Academia, é um "Praça Especial", foi a primeira Turma selecionada pela Uneb (Universidade do Estado da Bahia). Foi uma opção de vida, devido à inclinação, 10 anos de Educação Militar me fizeram acolher. O Profissionalismo Militar em minha vida foi seguir adiante, pensando também em acolher o Direito como uma das Ciências, primeiro as Ciências Policiais, a Segurança Pública, depois o Direito. Inclusive, o Direito me dá mais convicção em tomar decisões com base, e sempre em respeito aos Direitos Individuais e Coletivos do Cidadão. Sempre faço aquela análise Jurídica antes de despachar um documento, isso é extremamente importante para desen-

cadear e desenvolver as minhas atribuições.

**JORNAL DO SUDOESTE:** O senhor assume como o primeiro Comandante Geral do recém-criado 24º Batalhão da Polícia Militar em Brumado, depois de passar pelo 17º Batalhão da Polícia Militar de Guanambi, pelo Comando de Operações de Inteligência, além de ter sido um dos fundadores da Companhia Independente de Policiamento Tático (Rondesp). O que o senhor está trazendo de experiência, que deu certo nas funções que já desempenhou na Polícia Militar da Bahia para implantar em Brumado e municípios jurisdicionados ao 24º Batalhão da Polícia Militar?

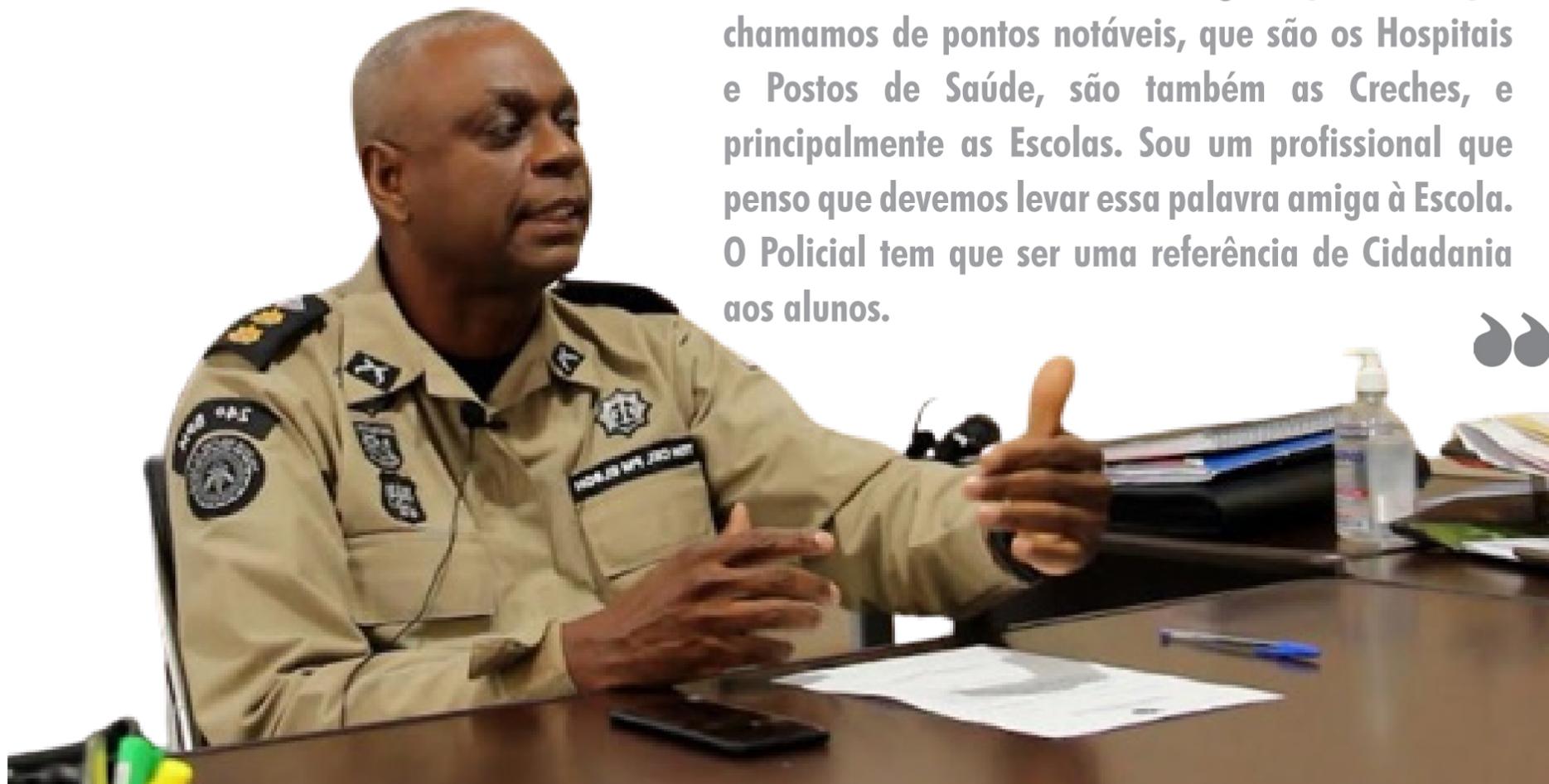
**TEN-CEL PM ÉLSON PEREIRA:** Só uma pequena correção ao amigo: Comando Geral, só um, Paulo José Reis de Azevedo Coutinho, o nosso Comandante Geral, eu sou Comandante do 24º Batalhão, o primeiro Comandante desse Batalhão recentemente criado. Eu trago esse histórico iniciando a minha carreira aqui na Região Sudoeste, por isso o meu carinho pela região, que me acolheu no início da minha carreira como Aspirante Oficial no 17º em Guanambi. Iniciei minha vida no Sistema de Informações, Sipon, Sistema de informação da Polícia Militar, como Oficial de Inteligência, de fato. Depois, segui para Salvador, onde trabalhei no 6º Batalhão sob o Comando de Wellington Muller, que foi meu Comandante no 17º, o mesmo me convidou para o 6º, também assumi a função de Oficial de Inteligência lá. Outro momento marcante em minha vida, como você falou, foi o da Rondesp, foram 6 anos na Rondesp, nos quais eu também trabalhei com repressão de forma qualificada. Interessante, é bom dizer que, quando um Oficial se lança nessa pauta bem intensa da atividade Policial Militar, de vez em quando se depara com alguns importunos jurídicos, mas, eu iniciei a minha missão na Rondesp e saí de maneira impecável, sem nenhum arranhão, seguindo em frente. Fazendo um recorte, passei também em Bairros considerados conflituosos, Bairros complexos, os quais, eu já munido com o conhecimento de Policiamento Comunitário, desenvolvi algumas atividades, operando sempre em Rede, acionando a Rede de Defesa Social daquele local. A Segurança Pública é apenas um dos aspectos da Defesa Social, com a garantia dos Direitos Individuais e Coletivos, das ações de Defesa Civil, é apenas um elemento. Já me aproximei da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, através de uma grande parceira e amiga, Professora Andréia Macedo. O Centro Social Urbano fazia parte da região que servia o Nordeste de Amaralina, que fazia parte da Secretaria, eu me aproximei da Secretaria através desses trabalhos com minha grande parceira e amiga. Saíndo de lá, já promovido, depois de ter ajudado a implantar as 3 Bases Comunitárias de Segurança, ter me envolvido no planejamento da Operação Nordeste em Paz e preparar a recepção das Bases, parti já como Major. Fui promovido de Capitão a Major para o Subúrbio Ferroviário de Salvador, 19º Companhia Independente de Polícia Militar/Paripe, que também era voltada ao desenvolvimento de Policiamento Comunitário, e lá repetia a mesma fórmula. Muita Ação Social Conjunta, com órgãos das três Esferas Administrativas. Lá eu fiz Amizade com Sos-

thenes Macêdo, que é Diretor Geral na Defesa Civil de Salvador hoje, e fizemos Ações Sociais fantásticas, pois eu gosto de utilizar esses instrumentos para desconstruir a imagem de um Aparelho Belicista, que só chega nessas comunidades mais necessitadas empunhando arma, tomando essa decisão para efetuar disparos. Gosto de dizer para essas comunidades mais carentes, que o Aparelho Policial também está em defesa dessas comunidades, inclusive cheguei a fazer Ações Cívicas Sociais com o Exército Brasileiro lá, juntamente com a Prefeitura e alguns órgãos do Estado, também com a Marinha do Brasil, ganhei o Título de Amigo da Marinha do Brasil. Seguindo de Paripe para Valéria, o emblemático Bairro de Valéria, na entrada de Salvador, às margens da BR-324. Seguindo a mesma linha de trabalho, Ação Social e alguns momentos de repressão qualificada, operando com a Polícia Civil e também com a Polícia Rodoviária Federal, fizemos operações conjuntas com excelentes resultados, sempre utilizando do Instrumento de Polícia Comunitária. A exemplo do Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), que já dá para dizer que demos o pontapé inicial aqui em Brumado, o Proerd, com a previsão de 430 alunos, é um instrumento de Polícia Comunitária fantástico. Diga-se de passagem, tenho que evidenciar em um dos recortes de minha carreira, fui Coordenador do Proerd também e me apaixonei mais ainda por esse Programa que leva a palavra amiga e a palavra orientadora aos estudantes de 5º e 7º Ano, e também tem um conteúdo programático voltado ao Ensino Médio, orientando como eles devem se comportar diante do perigo da droga que ronda. Então, estamos trazendo de maneira mais forte, é claro que antes já acontecia, mas, eu tive que fazer algumas mudanças administrativas, a fim de que meus instrutores ficassem mais livres.

**JORNAL DO SUDOESTE:** Como foi feita a transição operacional e de comando da 34ª Companhia Independente de Polícia Militar para o 24º Batalhão da Polícia Militar?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Devo citar o excelente trabalho da minha Subcomandante, a Major Leila. Ela fez um estudo de situação, escalou um Superior da Corporação, mostrando alguns números geopolíticos e geopopulacionais, demonstrando que esses números já pediam um Batalhão, e atualmente, nós não somos responsáveis somente por Brumado, mas por 11 Municípios e 2 Distritos. Então, ela pesquisou e colocou isso no papel de maneira sistemática, e provou para o Escalão Superior da Corporação que Brumado já estava necessitando de um Batalhão, ainda fez algumas considerações sobre o espaço territorial, o número de municípios que atendemos, a população que já está batendo seus 70 mil habitantes somente em Brumado, a população do espaço territorial no todo, já deve estar batendo seus 230 mil, então ela conseguiu provar através de um Estudo bem minucioso ao Comando Geral da Corporação, que Brumado precisava de um Batalhão, e claro, teve a participação do nosso Conselho Comunitário de Segurança nesse objetivo, para que fosse alcançado.

## ◆ CIDADES - SEGURANÇA PÚBLICA



“

Estamos fazendo visitas aos órgãos públicos, que chamamos de pontos notáveis, que são os Hospitais e Postos de Saúde, são também as Creches, e principalmente as Escolas. Sou um profissional que penso que devemos levar essa palavra amiga à Escola. O Policial tem que ser uma referência de Cidadania aos alunos.

”

**JORNAL DO SUDOESTE:** O que a população de Brumado e dos municípios jurisdicionados ao 24º Batalhão da Polícia Militar podem esperar da atuação da Corporação sob o comando do senhor?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Pode esperar uma tropa mais próxima da sociedade, inclusive já estamos utilizando outro instrumento de Polícia Comunitária, as visitas comunitárias, a fim de estreitar os laços com a sociedade a qual nós servimos. Estamos fazendo visitas aos órgãos públicos, que chamamos de pontos notáveis, que são os Hospitais e Postos de Saúde, são também as Creches, e principalmente as Escolas. Sou um profissional que penso que devemos levar essa palavra amiga à Escola. O Policial tem que ser uma referência de Cidadania aos alunos. Estamos também visitando os pontos sensíveis, que são pontos que lidam com valores, inclusive valores em dinheiro, como Banco, Correios, Casas Lotéricas. Então,

isso está sendo feito de maneira sistemática, cada Departamento de Polícia dos meus cinco Pelotões apresentaram um Cartão Programa, eu propus o modelo e todos os Comandantes seguindo esse modelo, elencaram os pontos que deveria ser apresentado. Então, dos municípios mais próximos aos mais distantes, devemos estar presentes.

**JORNAL DO SUDOESTE:** O senhor está a quase dois meses no Comando do 24º Batalhão da Polícia Militar de Brumado. O senhor diria que já tem um diagnóstico do Mapa do Crime em Brumado e nos municípios sob jurisdição do 24º BPM?

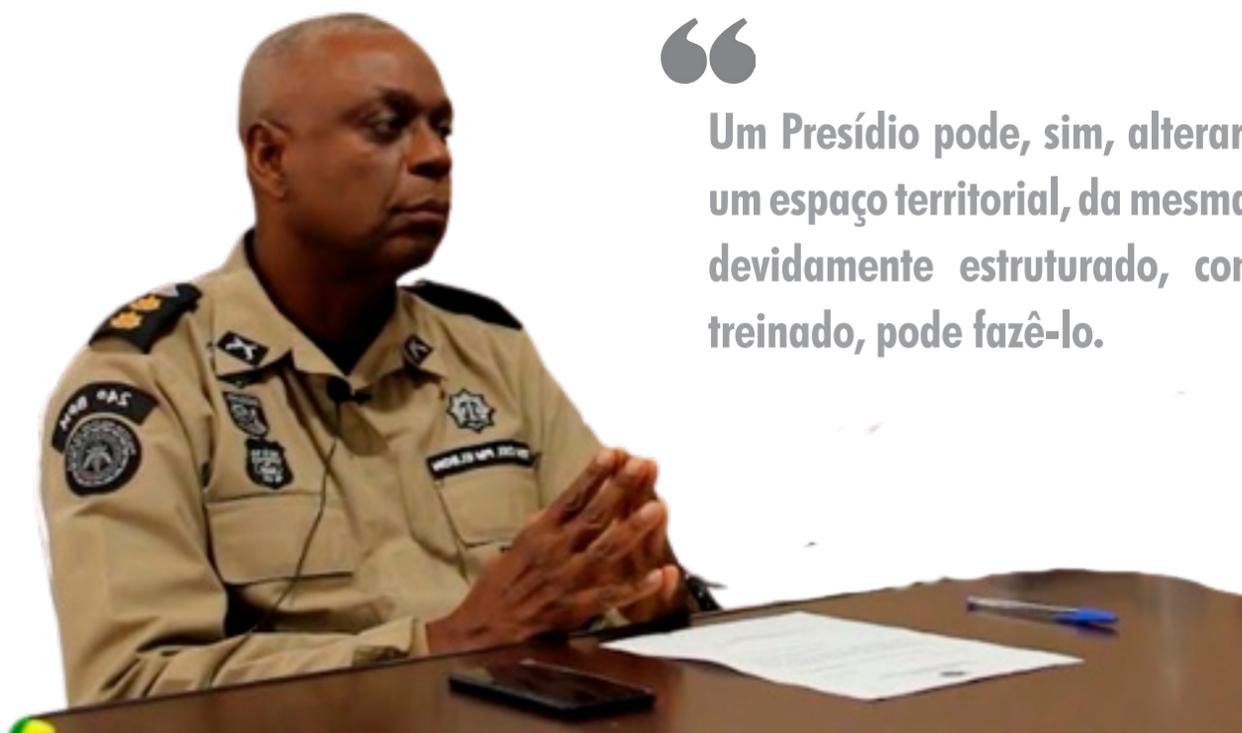
**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Se você observar, eu cheguei aqui, assumi o Comando de fato, em 05 de julho, mas, cheguei na região dia 17 de junho. Houve uma solenidade, essa presidida pelo meu Comandante Regional, Coronel Ivanildo [Cel PM Ivanildo da Silva,

Comandante do Comando de Policiamento Regional do Sudoeste]. Se não me falha a memória, até o presente momento só foi registrado um homicídio, em Barra da Estiva, diga-se de passagem, não foi dentro do Circuito de São João, foi fora do Circuito. E eu fico muito feliz com esses resultados, eu saí com a minha equipe a fim de fazer o reconhecimento do espaço territorial, dos 2.000 Km do Território de Brumado, a fim de entendê-lo. Eu sempre visito os municípios vizinhos aos quais servimos, inclusive, fui em Barra da Estiva no São João, e caí no terreno trabalhando. Tenho mantido contato com os chefes dos Executivos Municipais, os prefeitos, justamente no sentido de propor essa parceria e dizer obrigado pelo apoio. Interessante que às vezes em cidade grande, como Salvador, é difícil manter o contato, já no interior é mais fácil, então tenho que aproveitar essa facilidade.

“

Um Presídio pode, sim, alterar a dinâmica criminal de um espaço territorial, da mesma forma que um Batalhão devidamente estruturado, com efetivo policial bem treinado, pode fazê-lo.

”



## ◆ CIDADES - SEGURANÇA PÚBLICA

**JORNAL DO SUDOESTE:** A implantação do Conjunto Penal de Brumado, na opinião do senhor, estaria ou pode contribuir para o aumento da criminalidade? Por que?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Bem, no momento, estamos convivendo com o Conjunto Penal de Brumado. No início do ano, não estava aqui. No entanto, com informações da minha equipe, todo o Estado ficou estarrecido com os homicídios que aconteceram no início do ano na região de Brumado. Isso foi resolvido através da atuação policial e também considerando medidas administrativas e penais. Um Presídio pode, sim, alterar a dinâmica criminal de um espaço territorial, da mesma forma que um Batalhão devidamente estruturado, com efetivo policial bem treinado, pode fazê-lo. Já estamos trabalhando para viabilizar isso até o final do ano, por meio de um Curso de Patrulhamento e Ações Táticas, visando um aprimoramento técnico e profissional. Um Batalhão, com uma frota compatível, também pode mudar a dinâmica prisional. Assim, acompanhando e observando possíveis indivíduos capazes de perpetuar os atos criminosos ocorridos no início do ano - cerca de 9 homicídios - estaremos preparados caso tentem iniciar uma nova onda. Devemos nos concentrar em tomar as contramedidas necessárias para interromper esse processo.

**JORNAL DO SUDOESTE:** O senhor, desde que assumiu o Comando do 24º Batalhão de Polícia Militar de Brumado, tem adotado o Policiamento Ostensivo como estratégia de combate à criminalidade. Com isso o senhor está sinalizando que o Policiamento Ostensivo será a principal ferramenta de prevenção e combate à criminalidade em Brumado e região?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Deve ser! E não diria a palavra "combate". A missão constitucional da Polícia Militar é a prevenção. Garantir, através de diversos processos policiais, nosso patrulhamento motorizado na cidade de Brumado. Perceba como é bonito e impactante quando eles chegam de moto, através das nossas Guarnições, e também com nossas viaturas de quatro rodas. Estamos empenhados em fazer todo o possível, diante da nossa realidade de efetivo. Já enviamos estudos solicitando melhorias. O Batalhão é recente, sendo a primeira criação da (atual) Administração Pública. Inicialmente por meio de publicação, posteriormente por questões logísticas. O efetivo está sendo aprimorado para melhor servir a cidade e os municípios da região.

**JORNAL DO SUDOESTE:** O senhor também pensa em intensificar a realização de blitzes, principalmente para coibir o furto e roubo de veículos?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Já intensificamos. Estamos ativos com a nossa Operação Cinturão. Realizamos blitzes todas as semanas. Temos a Operação Guardiã da Noite, que funciona durante a noite, com foco principal nos arrombamentos aos nossos comércios. Estou direcionando um aparato para mitigar esses arrombamentos. Além disso, temos nossas Operações Regulares e, adicionalmente, as Operações Extraordinárias. À medida que a demanda aumenta, otimizamos o efetivo disponível durante as folgas. Também realizamos a Operação Rural e a Operação Distrito.

**JORNAL DO SUDOESTE:** Dentro do processo de reestruturação da Polícia Militar, a Secretaria de Estado de Segurança Pública da Bahia está investindo na centralização das Unidades do Cicom (Centro Integrado de Comunicação), que prevê que a Unidade de Brumado será desativada e o município atendido por Vitória da Conquista. Entidades organizadas da sociedade brumadense entendem que essa decisão vai impactar negativamente na Segurança Pública da cidade. O que o senhor tem a dizer sobre isso? Como o senhor pretende conduzir as relações entre a Polícia Militar e a Polícia Civil na área de abrangência do 24º Batalhão da Polícia Militar?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Vou começar pela segunda pergunta. Minha relação com o Dr. Arilano [Arilano Kleber Medeiros Botelho, Delegado Titular da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil] é a melhor possível. Com o Dr. Fábio [Fábio da Silva Lago - Delegado Territorial] e o Dr. Leonardo [Leonardo Souza Soares - Delegado Territorial], inclusive, já participamos juntos de reuniões com o Conseg [Conselho Municipal de Segurança]. Uma evidência dessa excelente relação com a Polícia Civil é a própria campanha que desencadeamos de prevenção contra a violência contra a mulher. A Dra. Ellen [Ellen Mara Lages Neiva Pierote, Delegada Titular do Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher de Brumado], é uma profissional fantástica e ela ministra palestras conjuntamente com a Capitã PM Débora [Capitã PM Débora Brito nascimento Costa, Chefe da Coordenação de Suporte Operacional do 24º BPM] em diversos ambientes. Recentemente, tivemos a segunda palestra em iniciativas privadas.

Vamos também levar informações de prevenção à violência contra a mulher para as Escolas e a zona rural. Essa foi uma iniciativa conjunta e os parceiros são essenciais para alcançarmos resultados. Hoje mesmo conversei com a Letícia do Creas [Psicóloga Letícia Brida]. Também tenho colaborado muito com o Sistema de Assistência Social em nossa área. Terei uma visita agendada (dia 22 de agosto) ao Creas [Centro Especializado em Assistência Social] e ao Cras [Centro de Referência em Assistência Social], com o objetivo de traçarmos estratégias para casos extremamente importantes. Boa parte das vítimas de violência contra a mulher, após serem conduzidas por nossas viaturas, recebem atendimento contínuo no Creas. A Secretaria de Segurança Pública está implementando tecnologia avançada para melhorar a qualidade do atendimento. Serão adotados os melhores Softwares e Sistemas de Comunicação, para que a qualidade do atendimento não seja comprometida.

**JORNAL DO SUDOESTE:** As Secretarias de Estado de Segurança Pública de todo país, inclusive a da Bahia, estão promovendo ações visando a instalação de câmeras corporais nos uniformes dos Policiais Militares. O senhor é favor do monitoramento dos Policiais Militares nas ações que desenvolvem no combate à criminalidade?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Eu sou a favor da legalidade. Aquele que está preparado atua dentro dos parâmetros legais. Portanto, digo que o monitoramento não deve assustar, e não vai assustar minha tropa, pois a preparei para isso, garantindo que tudo seja conduzido dentro da legalidade.

**JORNAL DO SUDOESTE:** No Estado, dentro da tropa há algum tipo de resistência quanto ao eventual uso do equipamento?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Cada profissional tem sua opinião. Estávamos discutindo isso antes da entrevista começar. Dentro da Corporação, existem profissionais que não adotam o meu método de utilização de instrumentos de Polícia Comunitária e que criticam o meu método. Esse método não é adotado somente por mim, mas também por vários outros profissionais que reconhecem que é a melhor abordagem para tratar da prevenção. Portanto, acredito que entre a tropa haja opiniões contrastantes em relação ao monitoramento. Como gestor da Unidade e Especialista em Segurança Pública, devo garantir a preparação adequada para que os Policiais possam utilizar o equipamento que está sendo introduzido.



O Policial é um cidadão e, como tal, tem o direito à sua opinião política. No entanto, essa opinião política pode levar a uma polarização que não é benéfica para o serviço público... O servidor público precisa manter a imparcialidade. Portanto, quando o Comandante de uma Unidade percebe essa polarização (fruto da politização), ele deve agir, advertir e interromper imediatamente esse comportamento prejudicial. Isso se deve ao fato de que experiências passadas nos mostraram que isso pode ter consequências negativas.



## ◆ CIDADES - SEGURANÇA PÚBLICA

**JORNAL DO SUDOESTE:** A politização das tropas preocupa os Comandantes dos Batalhões e Companhias Independentes da Polícia Militar da Bahia?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Bem, acredito que o Policial é um cidadão e, como tal, tem o direito à sua opinião política. No entanto, essa opinião política pode levar a uma polarização que não é benéfica para o serviço público. Isso vale não apenas para a prestação de serviço Policial Ostensivo, que é nossa principal função, mas também para todo o serviço público. Como Servidores Públicos Militares Estaduais, devemos ser imparciais. O servidor público precisa manter a imparcialidade. Portanto, a partir do momento em que o Comandante de uma Unidade percebe essa polarização, ele deve agir, advertir e interromper imediatamente esse comportamento prejudicial. Isso se deve ao fato de que experiências passadas nos mostraram que isso pode ter consequências negativas. Embora eu tenha minha própria opinião política, como Comandante de uma Unidade, não posso expressá-la publicamente, especialmente usando o uniforme da Polícia Militar.

**JORNAL DO SUDOESTE:** É notório que na Polícia Militar existe um expressivo número de casos de depressão na corporação, motivado,

em tese, pela atividade de alto risco no combate direto à criminalidade. Como o senhor, como Comandante Geral do 24º Batalhão da Polícia Militar está ou pretende tratar essa questão?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** O fato de operar em Rede é notável, e hoje o Departamento de Promoção Social da Polícia Militar vem desenvolvendo um trabalho maravilhoso com nossos Policiais. Já durante o período de Formação, nossos Policiais têm contato com práticas de qualidade de vida. Eu também passei pelo Cefap [Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças] e tive a oportunidade de trabalhar com o Coronel PM Saulo Roberto [Cel QOPM Saulo Roberto Costa dos Santos, Diretor da Academia de Polícia Militar], sendo eu o Instrutor Chefe da Turma recém-formada de 2022.1. Existe uma preocupação geral da Corporação com essas situações, e o Departamento de Promoção Social vem realizando um trabalho belíssimo. Além disso, é claro, temos a possibilidade de buscar outros parceiros, como é o caso do Creas e do Cras. Afinal, sei que nesses órgãos de Assistência Social sempre há Psicólogos e Psicopedagogos. Acho interessante operar em Rede, pois os benefícios são proporcionados para a tropa. Não apenas na Promoção da Defesa So-

cial, mas também há uma troca quando nos aproximamos desses órgãos. Estou planejando algumas ações, já que tive a visita das duas Coordenadoras da Samu [Serviço de Atendimento Médico de Urgência], inclusive oferecendo uma instrução de primeiros socorros. O objetivo é alinhar os procedimentos quando a Polícia Militar está atuando em conjunto com os profissionais da Samu. Quero deixar claro que este é o mês dos pais, e uma simples política que implementamos na última sexta-feira (18 de agosto) foi uma confraternização belíssima na AABB [Associação Atlética Banco do Brasil], nossa parceira. Durante esse evento, demos um exemplo simples de valorização profissional. Isso se correlaciona com as questões de Patologia Mental, que estão se tornando mais evidentes entre a Tropa. Tivemos um momento fantástico de confraternização com as famílias dos Policiais que são pais, com brincadeiras e, posteriormente, música e dança. Essas iniciativas tornam o ambiente mais agradável e saudável para que o Policial esteja preparado para o serviço nas ruas. O mesmo carinho que o Comando da Unidade dedica a ele também vai refletir em sua atuação com a comunidade. São ações simples que vamos implementar em nosso comando.



**JORNAL DO SUDOESTE:** Um tema que não poderíamos deixar de abordar, diz respeito ao crescente número de mulheres na corporação, inclusive ocupando cargos de Comando. Como o senhor vê a presença da mulher na Polícia Militar?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Realmente, assim como nós, as mulheres ganharam esse espaço e têm mostrado competência e uma sensibilidade única. Possuem uma percepção fantástica. É interessante notar que a questão do cuidado com a vida parece ser uma caracte-

terística de preservação inerente à mulher. Parece que essa característica é mais acentuada nelas. Temos nossas companheiras aqui no dia a dia, e por vezes falta na Guarnição aquele olhar materno, aquele olhar mais cuidadoso, que somente elas podem oferecer. Eu costumo dizer que Deus fez o homem à Sua imagem, e certamente o ser humano é a maior criação divina. No entanto, a parte feminina da criação parece ser mais refinada e sensível. Elas têm uma percepção mais aguçada da realidade, algo que nós, homens, por vezes dei-

xamos passar.

**JORNAL DO SUDOESTE:** Outro tema relevante tem sido a presença, cada dia maior, de negros ocupando cargos de comando na Polícia Militar da Bahia. Ainda que as escolhas estejam sendo feitas levando em conta a competência, o histórico de trabalho, eficiência e educação, não há como não citar o simbolismo. Pode-se afirmar que a Polícia Militar conseguiu eliminar o racismo em seus quadros?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Bem, eu con-

“

Eu costumo dizer que Deus fez o homem à Sua imagem, e certamente o ser humano é a maior criação divina. No entanto, a parte feminina da criação parece ser mais refinada e sensível. Elas têm uma percepção mais aguçada da realidade, algo que nós, homens, por vezes deixamos passar.

”

## ◆ CIDADES - SEGURANÇA PÚBLICA

sidero que esses pensamentos, usando uma expressão mais enfática, da mesma forma que você tem contato com seres humanos maravilhosos ao longo de sua carreira, nós também temos contato com indivíduos preconceituosos. O racismo é uma ideologia que leva uma pessoa a acreditar que é superior a outra devido à sua raça, o que é absolutamente absurdo. Estamos ainda no início do século XXI, e infelizmente ainda não nos livramos dessa mancha na humanidade. Essa mancha resulta em feridas profundas, como a própria experiência da escravidão negra. Essa escravidão contou com um suporte e um regime jurídico para ser colocada em prática. Um regime que, inclusive, afirmava que homens e mulheres negros não eram considerados seres humanos porque não tinham alma. São alguns dos absurdos da história da humanidade. Acredito que a Corporação está enfrentando esses fenômenos sociais com competência. Como mencionei anteriormente, temos o Departamento de Promoção Social, onde temos um grupo dedicado ao combate ao racismo, composto por profissionais competentes. Tivemos um workshop

no início deste ano, no primeiro semestre, idealizado pelo Coronel Lemos [Coronel Marcos Lemos, Comandante do Departamento de Promoção Social da Polícia Militar], um Oficial negro de alta patente na Corporação. Penso que esses fenômenos não devem ser ignorados. Através da Ciência e de Workshops, eles têm abordado com competência um fenômeno que ainda persiste em nossa sociedade brasileira. O caminho a seguir é esse. Esse foi o primeiro Workshop sobre Relações Raciais, e acredito que deva haver outros, o segundo, terceiro, quarto, e assim por diante. Todos saem ganhando com isso, especialmente os profissionais negros e a sociedade como um todo. Vivemos em um país onde 86% da população é composta por negros, pretos e pardos. Portanto, considero que foi uma excelente iniciativa da Corporação abordar o fenômeno do racismo através de práticas científicas, deixando de lado a negação e admitindo, por meio de Workshops, que esse fenômeno não está isento de se manifestar em determinados momentos pontuais da nossa sociedade.

**JORNAL DO SUDOESTE:** Qual a mensagem que o senhor gostaria de deixar para a população de Brumado e dos municípios sob jurisdição do 24º Batalhão da Polícia?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** Comunicar à população que servimos e que estamos sempre pensando em maneiras de oferecer um serviço de qualidade. Hoje, eles têm um Comandante liderando uma Tropa que não poupará esforços para prestar serviços de alta qualidade, sempre utilizando as abordagens de Polícia de Proximidade, Interação Policial e Polícia Comunitária. Essa é a abordagem adotada pelo Comando, que está alinhado com a doutrina e que sempre se mostrou eficaz.

**JORNAL DO SUDOESTE:** O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?

**TEN-CEL ÉLSON PEREIRA:** O que tenho a acrescentar é semelhante ao jargão dos técnicos de futebol: "Não se mexe em uma estratégia que deu certo". Então, iremos incorporar novas ferramentas de Polícia Comunitária para aplicar diretamente na comunidade, a fim de servi-la de maneira ainda mais eficaz!

COLABOROU VINICIUS CAIRES MARTINS  
jornalismo@jornaldosudoeste.com

crédito: eva darron | unsplash

# QUEM NÃO QUER VIAJAR PAGANDO BARATO?

**Passagens Imperdíveis:**  
promoções de passagens aéreas  
nacionais e internacionais

Baixe nosso aplicativo grátis: **Passagens Imperdíveis** 

## ◆ CIDADES – GESTÃO PÚBLICA

# Governador entrega intervenções de Infraestrutura, Educação e Desenvolvimento Rural em Bom Jesus da Lapa

◆ **LUCIMAR ALMEIDA**  
lucimaralmeidajs@gmail.com

**A**companhado dos secretários de Estado de Relações Institucionais, de Infraestrutura de Transporte, Energia, Comunicação e de Desenvolvimento Rural da Bahia, respectivamente, Luiz Carlos Catano, Sérgio Luís Lacerda Brito, Osni Cardoso de Araújo e o governador Jerônimo Rodrigues Souza (PT), cumpriu agenda de trabalho em Bom Jesus da Lapa na manhã do último dia 8.

Recepcionado pelo prefeito do município, Fábio Nunes Dias (PSD), vice-prefeito Miguel

Leles da Rocha (PSD), membros do primeiro escalão do Governo Municipal, vereadores, prefeitos e lideranças políticas locais e regionais, o governador fez a entrega de importantes intervenções financiadas com recursos do Estado e que vão beneficiar diretamente a população de Bom Jesus da Lapa e sua microrregião.

Inicialmente, o governador fez a entrega das obras de requalificação, ampliação e modernização do Colégio Estadual Monsenhor Turíbio Vilanova, que contemplou a construção de um

Restaurante Estudantil com capacidade para 200 lugares, Quadra Poliesportiva Coberta, Campo de Futebol Society com Pista de Atletismo, Espaço de Vivências Corporais, Piscina Semiolímpica e Vestiários. As intervenções executadas pela Secretaria de Estado de Educação da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder), empresa pública vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Bahia, exigiram investimentos da ordem de R\$ 9,4 milhões.

FOTO: RAFAEL MARTINS/GOVBA



O Complexo Esportivo construído no Colégio Estadual Monsenhor Turíbio Vilanova conta com uma moderna Piscina Semiolímpica.

Após conhecer as novas instalações da Unidade de Ensino, interagir com servidores, estudantes, assistir apresentações esportivas e culturais, o governador foi abordado por alunos da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) – Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia - Campus XVII, sediada no município, que entregaram um documento com uma série de reivindicações, a principal delas, como explicou

uma das estudantes à reportagem do JS, a contratação de professores, cuja carência estaria comprometendo o cronograma de aula e por consequência a graduação, principalmente do Curso de Pedagogia.

O governador assegurou aos estudantes que encaminhariam as reivindicações à Secretaria de Estado de Educação da Bahia, e se empenharia pessoalmente para dentro das possibilidades

atender aos pleitos.

Após a inauguração da ampliação e equipamentos esportivos e culturais do Colégio Estadual Monsenhor Turíbio Vilanova, o governador e comitiva se deslocaram para o Bairro João Paulo II, onde foi feita a entrega das obras de requalificação do Mercado Municipal Claudio Roberto Bezerra Nascimento, popularmente conhecido como 'Feirinha do Bairro João Paulo II'.

◆ CIDADES – GESTÃO PÚBLICA

FOTO: RAFAEL MARTINS/GOVBA



As intervenções para requalificação e ampliação do Mercado Municipal Claudio Roberto Bezerra Nascimento, popularmente conhecido como 'Feirinha do Bairro João Paulo II', inaugurado pelo governador Jerônimo Rodrigues e pelo prefeito Fábio Nunes, exigiram investimentos superiores a R\$ 1,1 milhão.

As intervenções no Mercado Municipal do Bairro João Paulo II, executadas pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), que incluíram a readequação dos boxes de comercialização de peixe, am-

pliação da cobertura metálica, construção de novos quiosques, bares, restaurantes e sanitários feminino e masculino. Nas obras foram investidos mais de R\$ 1,1 milhão. O Novo Mercado Municipal do Bairro João Paulo II, reforça o compromisso dos Governos do Estado e do Município em investir no fomento dos diver-

sos vetores da economia, com ênfase para a Agricultura Familiar.

No ato de inauguração das obras do Mercado Municipal Claudio Roberto Bezerra Nascimento, o governador Jerônimo Rodrigues deu por entregue a Unidade de Beneficiamento de Mel da Comunidade de Mossorongo.

FOTO: RAFAEL MARTINS/GOVBA



A requalificação da Usina de Beneficiamento de Mel da Comunidade de Mossorongo vai permitir um expressivo aumento na produção e fomentar a geração de emprego e renda.

◆ CIDADES – GESTÃO PÚBLICA

A requalificação da estrutura física e aquisição dos equipamentos para produção da Unidade, administrada pela Associação de Pequenos Produtores Rurais Arco Verde, a expectativa é que a produção que hoje é de 20 toneladas anuais de mel passará para cerca de 100 toneladas, ampliando a oferta de empregos e renda. As intervenções que exigiram investimentos de R\$ 536 mil, foram executadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural da Bahia, por meio da Companhia de De-

envolvimento e Ação Regional (CAR), no âmbito do Projeto Bahia Produtiva. A Associação de Pequenos Produtores Rurais Arco Verde, também foi beneficiada com a entrega de kits apícolas e veículo utilitário para transporte da produção.

O governador também fez a entrega do Banco de Alimentos, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, que será responsável pela captação, recepção e distribuição gratuita de gêneros

alimentícios, oriundos de doações ou adquiridos pelo Governo Municipal, prioritariamente da Agricultura Familiar, para Instituições de Assistência Social e de Ensino, além de Unidades de Acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Para implantação do Banco de Alimentos – construção da estrutura física e aquisição de mobiliário – foram investidos R\$ 700 mil, financiados pelo Governo Federal, cabendo ao município as despesas com pessoal e manutenção.

FOTOS: RAFAEL MARTINS/GOVBA



Acompanhado de lideranças quilombolas do Quilombo Rio das Rãs, Jerônimo Rodrigues inaugurou as obras de requalificação do trecho da BA-160 entre a ponte do Rio das Rãs e o entroncamento da BR-430.

Na sequência, Jerônimo Rodrigues, acompanhado do prefeito Fábio Nunes Dias (PSD) e dos demais membros da comitiva, em um gesto marcado pelo simbolismo e sinalizando o respeito e o compromisso do Governo do Estado com as Comunidades Tradicionais, dirigiu-se ao Quilombo Rio das Rãs, comunidade que abriga uma população estimada em 3 mil pessoas, situada à margem direita do Rio São Francisco, a uma distância de sessenta quilômetros da sede municipal, onde fez a entrega,

FOTO: RAFAEL MARTINS/GOVBA

ao lado de lideranças quilombolas, do trecho de 65,7 quilômetros da Rodovia BA-160. O trecho é requalificado entre a ponte sobre o Rio das Rãs, no Território Rio das Rãs, e o trevo da BR-430. As intervenções foram executadas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação da Bahia, por meio da Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia, exigiram investimentos da ordem de R\$ 45,6 milhões, financiados com recursos do Tesouro Estadual.

No Quilombo Rio das Rãs, o governador assistiu a apresentações culturais antes de concluir a visita, aproveitando para dar por inauguradas as obras de pavimentação de vias públicas nos Bairros Carvalhada (oito vias) e Marimbondo (quinze vias). Nas intervenções executadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento urbano da Bahia, foram investidos R\$ 5,2 milhões.



Jerônimo Rodrigues também fez a entrega simbólica de dois Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água no Assentamento Campo Grande, as obras foram executadas pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica e de Saneamento da Bahia.

Também acompanharam a visita do governador a Bom Jesus da Lapa, o Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural da Bahia, Jeandro Laytynher Ribeiro, e o ex-prefeito do município e deputado estadual, Eures Ribeiro Pereira (PSD).

Pavimentação da Travessa Bela Vista, Bairro Carvalhada, Bom Jesus da Lapa.

(\*) COM INFORMAÇÕES DA Secretaria de comunicação social da Bahia

◆ CIDADES – EDUCAÇÃO/CIÊNCIA E TECNOLOGIA

# Estudantes guanambienses criam sistema que monitora qualidade de bebedouros públicos

◆ ASCOM – SECTI/GOVBA

<https://www.bahia.ba.gov.br/2023/09/noticias/ciencia-tecnologia/>

A água desempenha um papel essencial na saúde e bem-estar do ser humano, sendo uma necessidade básica para a vida. Por isso, é crucial garantir a qualidade na hora de consumi-la. A verificação da potabilidade do líquido que é ingerido, especialmente em locais públicos, como bebedouros, é fundamental para evitar potenciais riscos à saúde. Nesse contexto, as alunas do Instituto Federal Baiano (IFBaiano), Campus Guanambi, Eduarda Costa, Ana Gava, Geisiane Martins e Rayssa de Souza, com orientação do professor Woquiton Lima, desenvolveram um sistema chamado Aquality, que monitora a qualidade da água de bebedouros públicos.

O objetivo do Projeto é monitorar remotamente três propriedades físico-químicas da água: pH, temperatura e turbidez. “Primeiro, desenvolvemos a parte física do sistema, que envolve o uso de fios, cabos e ligações dos Sensores ao Microcontrolador. Em seguida, temos a parte lógica com o desenvolvimento do website, a interligação entre os Sensores e o Banco de Dados por meio do software. Os Sensores são colocados em amostras de água para coletar as informações. Os dados coletados são transmitidos para uma Base de Dados, Firebase. Isso ocorre devido à presença do Wi-Fi embutido no Microcontrolador”, diz Eduarda Costa.

A estudante explica como funcionam as análises das informações coletadas pelo Mi-

O produto, que conta com o apoio do Centro de Estudos em Informática e Agropecuária (Ceteia), já tem protótipo testado. Eduarda destaca a importância da proposta para a comunidade. “Muitas pessoas não desfrutam de condições básicas de saneamento ou vivem em áreas em que a água disponível é usada para despejo de substâncias contaminantes. É dentro dessa problemática que nossa ideia se encaixa. O Projeto pode ser expandido e aplicado em outros ambientes aquáticos, como: águas de poços artesianos, rios em comunidades ribeirinhas, dentre outros”.

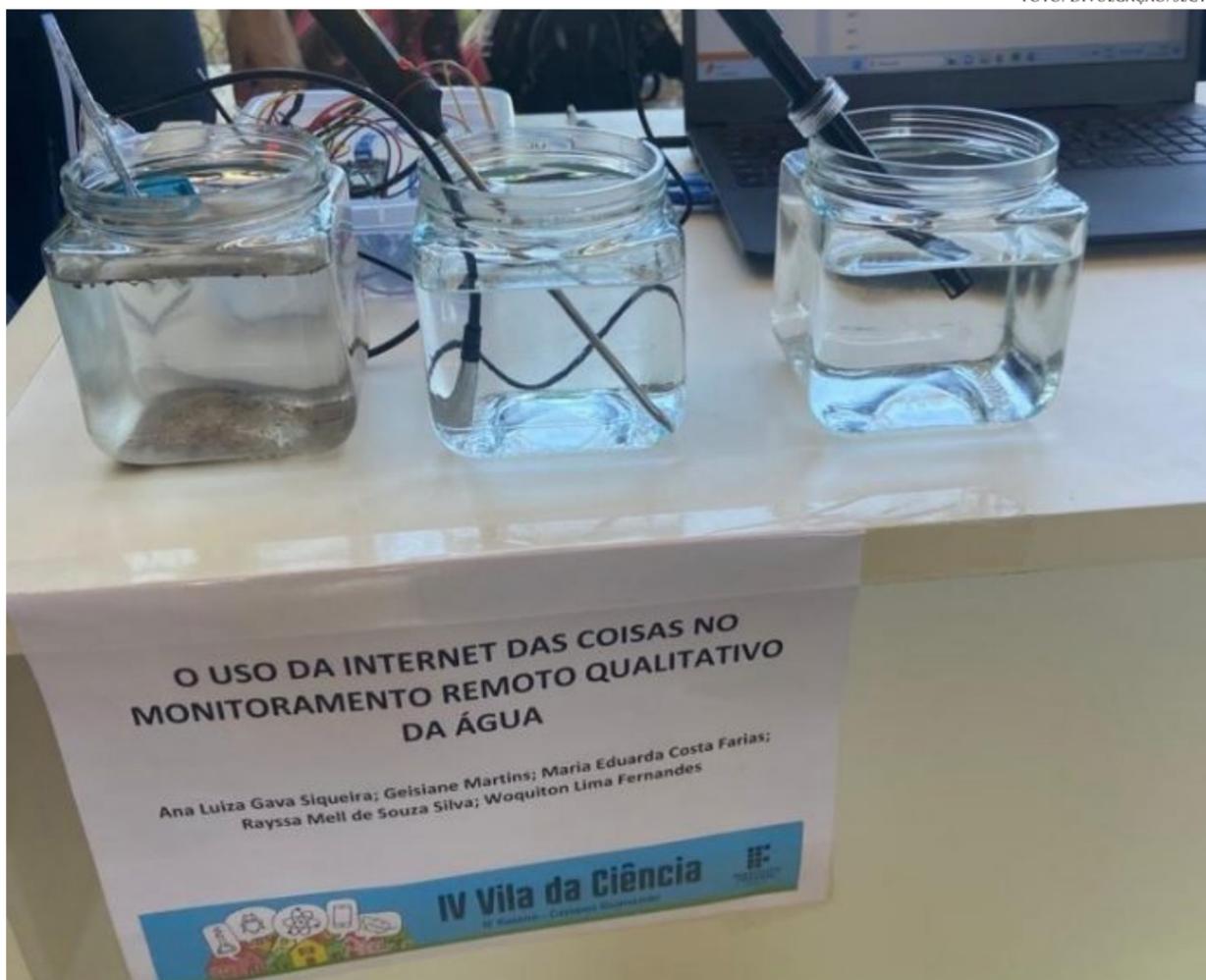


FOTO: DIVULGAÇÃO/SECTI

crocontrolador instalado no bebedouro. “Nós utilizamos um sistema de alertas. Os alertas são emitidos através das variações de temperatura e turbidez. Isso acontece quando os sensores apresentam temperaturas abaixo de 20° C e acima de 40° C e turbidez abaixo de

700 NTU, que indica que na água há partículas em suspensão, ou seja, está suja. Assim, conseguimos realizar o controle da qualidade da água. Além disso, tem o histórico de alerta contínuo, para mostrar ao usuário os valores da temperatura, do pH e da turbidez da água”.



FOTO: DIVULGAÇÃO/SECTI

## ◆ CIDADES – INFRAESTRUTURA URBANA

# Cinco anos após revitalizada, Praça Dr. Nelson Lula, no centro de Brumado, está abandonada e sofrendo ação do tempo e de vândalos

FOTOS: VINICIUS CAIRES MARTINS



## ◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Construída e inaugurada em 1969, na gestão do ex-prefeito Juracy Pires Gomes, para homenagear, onze anos após sua morte, o médico macaubense radicado em Brumado – com destacada atuação profissional na mineradora Magnesita – Dr. Nelson da Silva Lula, foi um importante equipamento de uso comunitário da cidade, tendo sido palco de diversas atividades culturais, tendo sediado, a partir de uma ação do Rotary Club de Brumado, uma Escola de 1º Grau, incorporada à Rede Pública Estadual de Ensino. Em 30 de abril de 2011, a então Diretoria Regional de Educação e Cultura sediada em Brumado (Direc-19), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação da Bahia, formalizou a municipalização da Unidade, que passou a oferecer apenas o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), sendo o Ensino Fundamental (1ª à 5ª Série) transferidos para a Escola Municipal Elcio José Trigueiro. Em 2018, a Unidade foi totalmente desativada e os alunos do EJA transferidos, inicialmente, para a Escola Municipal Elcio José Trigueiro e, posteriormente, de forma definitiva, para a Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães.

Desde a sua inauguração, em 1969, a Praça Dr. Nelson Lula, apesar da importância educacional e cultural, foi abandonada pelo Poder Público, recebendo apenas os serviços de limpeza.

Quarenta e seis anos depois, em dezembro de 2015, diante das recorrentes cobranças da população e no âmbito de um ambicioso projeto de investimentos em obras para fechar sua gestão e consolidar um legado político com o seu perfil através, principalmente, de intervenções de infraestrutura urbana, o então prefeito Aguiberto Lima Dias (PDT) anunciou que aguardava a liberação de recursos de Emenda Parlamentar ao Orçamento Geral da União, através do Ministério do Turismo, proposta pelo então

Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM, atual UB), atendendo a solicitação do então vereador José Carlos dos Reis (à época filiado ao PSB), para iniciar, no ano seguinte, a tão sonhada obra de restauração e requalificação da Praça Dr. Nelson Lula (Praça do Rotary). Reforçou que caso houvesse dificuldades na liberação dos investimentos através do Governo Federal, as obras seriam financiadas com recursos próprios.

Na ocasião, o então prefeito revelou que o Projeto Urbanístico e Paisagístico elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano e encaminhado à Caixa Econômica Federal – agente financeiro que disponibilizaria os recursos – previa, além da demolição do prédio onde funcionou a Escola Municipal Rotary Club, que o novo equipamento seria composto por Quiosques, três Pergolados (estruturas semicoberta e semisombreada para socialização, descanso ou lazer), Playground, Academia de Saúde, Pista de Caminhada, um Chafariz com reservatório de água, bancos de madeira, árvores, jardim e parte da área gramada.

A obra, na gestão Aguiberto Lima Dias (PDT) somente não ficou no palanque por ter o gestor, na última semana como chefe do Executivo Municipal, formalizado junto ao Escritório Regional da Caixa Econômica Federal – à época sediado em Vitória da Conquista – o Contrato nº 832.323/2016, no valor de R\$ 300 mil – dos quais R\$ 18.525,85 de contrapartida do município – para execução dos serviços de revitalização e requalificação da Praça Dr. Nelson Lula.

Com os recursos disponíveis em Caixa, o prefeito Eduardo Lima Vasconcelos, então filiado ao PSB, assumiu o mandato em janeiro de 2017, mas preferiu não dar seguimento imediatamente ao Projeto, como forma de desacreditar o antecessor que já não era mais tratado

como aliado, uma vez que a população desconhecia a formalização do Contrato e a liberação dos investimentos para execução das obras.

Como o Contrato firmado entre o município e a Caixa Econômica Federal previa que as obras deveriam estar concluídas até o mês de outubro de 2018, sob pena dos recursos retornarem para os cofres da União, no dia 6 de junho de 2017 foram iniciadas as intervenções, tendo, na oportunidade, o prefeito Eduardo Lima Vasconcelos, cujo currículo informa a formação em Engenharia, questionado o Projeto elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano na gestão do antecessor e aprovado pela Caixa Econômica Federal, apontando que a ausência de uma rotatória no cruzamento da Avenida Cassimiro Pinheiro Azevedo com a Praça, causaria transtornos para o tráfego de veículos, reforçando seu entendimento que a cidade deve ser “construída olhando não as pessoas, mas os veículos”, deixando claro que os espaços públicos, onde se manifestam as trocas e relações humanas, a diversidade, os conflitos e contradições da sociedade, não entram na cota do que chama de “supremacia do bem comum”.

No início da execução das obras, no entanto, o prefeito fez a opção por não promover as alterações que defendia no Projeto para não atrasar os serviços, deixando claro, o que se confirmou depois, que essa seria uma prioridade, pautada pela insensibilidade e, ainda que, como foi feito, afrontasse o que foi acordado entre o Município e o Agente Financeiro (Caixa Econômica Federal), que intermediou a liberação dos recursos da União para a intervenção e as diversas manifestação dos moradores, que inclusive chegaram a acionar, sem sucesso, a Câmara Municipal e o Ministério Público.

## ◆ CIDADES – INFRAESTRUTURA URBANA



FOTO: VINICIUS CAIRES MARTINS

Para atender a um capricho do prefeito Eduardo Lima Vasconcelos, a rotatória construída na requalificação da Praça Dr. Nelson Lula privou a população de dois equipamentos importantes para a qualidade de vida: a Academia de Saúde e a Pista de Caminhada.

Com a construção da rotatória, descaracterizando o Projeto original, o gestor optou pela manutenção da divisão da Praça, que resultou na perda de dois equipamentos importantíssimos para assegurar ainda mais qualidade de vida às pessoas, a Academia de Saúde e a Pista de Caminhada.

O equipamento foi entregue com pompa e circunstância, pelo prefeito que omitiu o antecedente e todos os que de alguma forma contribuíram para que os investimentos pudessem ter sido disponibilizados para que a obra – ainda que descaracterizada em seu Projeto original – mas atendendo ao clamor da população

que reclamava da sua requalificação, pudesse ter sido executada.

Oito anos depois de revitalizada e requalificada pela Prefeitura Municipal, tendo ainda como gestor Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido), a Praça Dr. Nelson Lula está abandonada e sofrendo a ação do tempo.

FOTO: VINICIUS CAIRES MARTINS



O Chafariz, que deveria ser uma atração, apesar de ter um reservatório próprio de água, nunca funcionou.

## ◆ CIDADES – INFRAESTRUTURA URBANA

O Chafariz, que prometia ser uma atração, jorrando água, apesar de ter um reservatório próprio, nunca funcionou e oferece risco a segurança das pessoas, principalmente crianças,

uma vez que a tampa do reservatório está aberta e com as dobradiças quebradas; as luzes dos Quiosques nunca funcionaram; os bancos de madeira, Pergolatos e brinquedos do Playgroun

apresentam claros sinais de deteriorização e sinalizam que o material utilizado (madeira) não atendeu as especificações técnicas e de qualidade, não oferecendo segurança aos usuários.

FOTO: VINICIUS CAIRES MARTINS



A área dos jardins que deveria ser gramada permanece sem cobertura vegetal e, a cada chuva ou quando molham as plantas, espalha lama pelo passeio.

A área do jardim que deveria ser gramada, permanece sem manutenção e quando molhada – duas ou três vezes por semana – espalha lama pelo passeio. E como o serviço de limpeza da área não é diário, há sujeira por todos os cantos.

Moradores e empreendimentos localizados no entorno da Praça, ouvidos pela reportagem

do JS, sob reserva, reclamam da omissão e ineficiência do poder público e os que ainda o utilizam, por falta de opção, para lazer, principalmente das crianças, explicam os motivos para o afastamento e o que leva a pessoa a não frequentar o espaço.

Além do estado de conservação dos espaços, há equipamentos e brinquedos precários e insuficientes para atender a demanda, alguns apontam

que seria preciso que houvesse uma intervenção do Poder Público – e não apenas na Praça Dr. Nelson Lula, mas nas diversas Praças da cidade – com adoção de políticas públicas com programações culturais para atrair a população. “Mas é esperar demais de uma gestão que tem à frente um homem insensível, como é o caso de Brumado”, concluiu um dos entrevistados.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA PRÉ ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL DA COOPERDOCTOR – COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAÚDE.

O Presidente, da COOPERDOCTOR - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAÚDE, inscrita no CNPJ: 32.117.932/0001-05, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os senhores cooperados dos municípios de Vitória da Conquista e Jequié, situados no estado da Bahia, que totalizam neste ato o número de 260 (duzentos e sessenta) sócios, para se reunirem em Pré-Assembleia Geral Extraordinária Semipresencial que se realizará no dia 22 de Setembro de 2023, através da sala virtual que será acessada mediante o link: <https://meet.google.com/wgp-aoay-hme> e no endereço localizado na Avenida Juracy Magalhães, 25, Boa Vista, Vitória da Conquista - Bahia - CEP: 45.055-155. Para efeitos legais, a pré assembleia ocorrerá na sede da cooperativa, localizada na Avenida Tancredo Neves, 1485, sala 405, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-020. A realização da Pré Assembleia Geral Extraordinária Semipresencial, ocorrerá em primeira convocação às 08:00 horas, com a presença de 2/3 dos cooperados, na falta de quórum, em segunda convocação às 09:00 horas, no mesmo dia e local, com a presença de metade mais um do número total de cooperados, e persistindo a falta de quórum legal, em terceira e última convocação, às 10:00 horas, com no mínimo 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, em terceira convocação, para tratarmos da seguinte ordem do dia: 1) Reforma Estatutária; 2) Alteração do Regimento Interno; 3) Gestão da cooperativa, disciplina, direitos e deveres dos sócios; 4) Planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados, 5) Organização do trabalho; e, 6) Estratégias para implantação do piso da enfermagem nos contratos da Cooper Doctor Saúde.

Salvador, 12 de setembro de 2023.

Jose Leôncio dos Santos Neto  
Presidente

◆ CIDADES – TELECOMUNICAÇÃO

# Conecta Bahia leva internet gratuita para à população de Itarantim

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Previsto no Plano Plurianual 2020/2023, com objetivo de oferecer conectividade ao cidadão, através da popularização da Ciência e da Tecnologia, por meio da disponibilização de serviços públicos de Internet de qualidade e gratuita para Praças e ou-

tros pontos públicos dos municípios do interior do Estado, o Conecta Bahia é um Programa de popularização da Internet desenvolvido pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia, já beneficiou 180 municípios baianos.

No último dia 6, mais um município foi beneficiado com a ação do Governo do Estado. Com investimentos da ordem de R\$ 11,2 milhões, o Governo do Estado implantou o Conecta Bahia na Praça Luís Viana Filho, no centro da cidade.

FOTO: DIVULGAÇÃO/ASCOM SECTI GOVBA



A intervenção do Governo do Estado tem entre seus objetivos, ao oferecer Internet de qualidade e gratuitamente, reduzir a desigualdade social, uma vez que, possibilita o acesso à informação, ao conhecimento e às oportunidades presentes nas Plataformas Digitais. Além disso, o Conecta Bahia também

tem possibilitado a expansão do Programa de Videomonitoramento, proporcionando mais facilidade de acesso aos serviços digitais dos órgãos públicos”.

A entrega do serviço em Itarantim foi feita pelo Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação da

Bahia, Marcus de Almeida Gomes, que representou no ato o titular da pasta, André Pinho Joazeiro, destacando a importância da ação como política pública de inclusão social. Segundo Marcus Gomes, “a questão da conectividade é uma agenda de direito social que iremos atender nos próximos anos”.

**Proativa**  
CONTABILIDADE

**15 anos**  
Atendendo Brumado e Região!

(77) 9 8824 - 9163  
(77) 3441 - 1405  
@proativacontabil

◆ CIDADE – PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL

# Ministério Público ajuíza Ação para obrigar Poderes Públicos a preservar a Capela Nossa Senhora do Carmo em Érico Cardoso

◆ DA REDAÇÃO

[redacao@jornaldosudoeste.com](mailto:redacao@jornaldosudoeste.com)

O Ministério Público Estadual, através do Núcleo do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, por meio do titular da Promotoria Regional do Patrimônio Histórico e Meio Ambiente sediada em Guanambi, o Promotor de Justiça Jailson Trindade Neves, ajuizou Ação Civil Pública no último dia 25 de agosto, na Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Paramirim, para obrigar o Governo do Estado, através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac), autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Cultura da

Bahia, e a Prefeitura Municipal de Érico Cardoso, adotarem providências imediatas para preservação patrimonial da Capela de Nossa Senhora do Carmo, construção histórica da Comunidade de Morro do Fogo, na zona rural do município.

A Capela de Nossa Senhora do Carmo, construída no final do Século XIX, é uma das edificações remanescentes de quando o Povoado (Morro do Fogo) foi o principal centro de povoamento da região, que segundo a história, foi o embrião das cidades de Érico Cardoso (antiga Água Quente) e Paramirim (antigo

Arraial do Ribeiro). O Povoado de Morro do Fogo foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia em 2006.

Segundo o Promotor de Justiça Jailson Trindade Neves, que assina a Ação Civil Pública, apesar das recomendações expedidas pelo Ministério Público em janeiro último, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) e a Prefeitura Municipal de Érico Cardoso, se omitiram e não adotaram as medidas efetivas para preservação do patrimônio tombado.

FOTO: [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/MORRODOFOGOBA/PHOTOS](https://www.facebook.com/morrodofogoba/photos)

Capela de Nossa Senhora do Carmo, construção do Século XIX, no Povoado do Morro do Fogo, em Érico Cardoso.

## ◆ CIDADE – PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL

Ainda na Ação Civil Pública protocolizada na Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Paramirim, o representante do Ministério Público Estadual, opina que o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac), mesmo tendo constatado uma série de danos ao patrimônio público, com mau estado de conservação e com obras irregulares, não cumpriu com sua função constitucional ao deixar de intervir diretamente na Capela de Nossa Senhora do Carmo, que reforçou, é uma construção histórica do final do Século XIX tombada pelo próprio Ipac.

Na Ação, o Ministério Público Estadual, através da Promotoria Regional do Patrimônio

Histórico e Meio Ambiente, requer que a Justiça determine que o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) execute, no prazo de 180 dias, um Protocolo de Fiscalização e Avaliação dos Imóveis existentes no entorno do Povoado do Morro do Fogo e presente, no prazo de sessenta dias, um Plano de Restauração da Capela de Nossa Senhora do Carmo. Solicitou ainda, que a Justiça estipule uma multa diária no valor de R\$ 10 mil em caso de descumprimento das medidas requeridas.

Em relação à Prefeitura Municipal de Érico Cardoso, o Ministério Público requereu a suspensão de autorização de construção de novos imóveis no Povoado até a apresenta-

ção da avaliação do o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac), além de apresentar, um Plano de Controle e Monitoramento dos Bens Imóveis em Morro do Fogo. Em relação à prefeitura de Érico Cardoso, o MP solicita a suspensão de autorizações de novos imóveis no Povoado até a avaliação do Ipac. Além disso, o pedido prevê que o município apresente um Plano de Controle e Monitoramento dos Bens Imóveis em Morro do Fogo e, num prazo de sessenta dias, encaminhe à Câmara Municipal um Projeto de Lei instituindo um Marco Legal de Salvaguarda do Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

## OUTRO LADO

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac), foi contatado pela reportagem do JS através da Assessoria de Comunicação Social, por meio do e-mail institucional (ascom.ipac@ipac.ba.gov.br), para oportunizar que pudesse comentar as recomendações e os pedidos feitos à Justiça pelo Ministério Público Estadual, relacionados à conservação da Capela de Nossa Senhora do carmo, situada no Morro do Fogo, zona rural de Érico Cardoso.

O prefeito de Érico Cardoso, Eraldo Felix da Silva (Republicanos) também foi solicitado, através do Aplicativo Whatsapp, em seu telefone móvel celular pessoal (11 99962-\*\*62), a se pronunciar sobre os pedidos feitos à Justiça pelo Ministério Público relacionados à preservação do patrimônio histórico e cultural do Povoado do Morro de Fogo, mas, apesar de ter sinalizado que gostaria de fazer considerações, não retornou o contato.

(\*) COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL



**Óticas Carol**

**TANQUE NOVO - BA**  
Av. Castro Alves, s/nº, Centro, próximo a Praça da Feira.

**IGAPORÃ - BA**  
Rua sete de Setembro, nº 33, Centro, ao lado da Coelba.

**SERRA DO RAMALHO - BA**  
Av. Sul, Centro, ao lado da Construbahia.

**(77) 981690671**

Proprietário: Gilvanio Rocha da Silva

## ◆ CIDADES - MEIO AMBIENTE

# Prefeito de Ibiassucê poderá responder por suposto crime ambiental.

## Provocada por populares que residem no entorno do lixão da localidade de 'Caminho da Língua da Vaca', Aucib avalia denunciar gestor aos órgãos ambientais e ao Ministério Público.

## ◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O lixão é uma forma irregular e inadequada de disposição final de resíduos sólidos, que se caracteriza pela simples descarga do lixo sobre o solo, sem medidas de proteção ao Meio Ambiente ou à Saúde Pública. É, em síntese, um depósito amontoado de resíduos sólidos urbanos, composto por diversos materiais - papel, plásticos, papelões, madeira, vidro, resíduo de poda, galhada de árvores e principalmente por matéria orgânica. Os impactos mais comuns do lixão são a produção de forte odor do material putrefato em decomposição; atração de animais e insetos transmissores de doenças, além da produção

do líquido percolado ou lixiviado do chorume, que se forma a partir da decomposição de matéria orgânica e dá origem ao poluente, escuro e fétido, que se espalha na superfície da área ocupada, se acumula em depressões no terreno, provocando muito odor e se torna uma grande atração de moscas e insetos vetores de doenças. Ao se infiltrar na superfície e por ser um produto bastante poluente, o chorume pode contaminar o solo e o lençol freático da região. Outro problema recorrente dos lixões são as queimadas, que causam sérios problemas à Saúde, principalmente respiratórios, da população que reside em seu entorno.

O Brasil, desde 2010, foi promulgada a Lei Federal nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determinando que até agosto de 2014 todos os lixões deveriam ser extintos no Brasil. Entretanto, para não fugir à regra, a data limite foi prorrogada para os anos seguintes e não aconteceu. Em junho de 2020, a Lei Federal 14.026/20, que instituiu o Marco Legal do Saneamento Básico, estabeleceu novos prazos para que os municípios se adequassem para extinção dos lixões e adoção de tecnologias corretas de descarte dos resíduos em seus territórios. O descumprimento dos prazos previstos, prevê sanções ao gestor municipal.

FOTO: REPRODUÇÃO.



Em Ibiassucê, o lixão a céu aberto na localidade de 'Caminho da Língua da Vaca', que compromete a Saúde Pública e o meio ambiente, será denunciado ao Ministério Público e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente da Bahia.

Em Ibiassucê, terá de ser promovida a extinção do lixão até o próximo ano, mas que oficialmente não tem divulgado a adoção de qualquer medida nesse sentido, moradores do entorno da localidade conhecida como 'Caminho da Língua da Vaca', onde está localizado o lixão, que recebe o descarte de resíduos residenciais e comerciais da sede municipal e também realizado "clandestinamente" por moradores e comerciantes, destacando a omissão

da Câmara Municipal, representados por Uilson Fernandes Gomes e Wanya Rodrigues, denunciaram à Aucib – Auditoria Pública Cidadã Baiana, Organização Não Governamental que tem por objetivo promover a fiscalização da correta aplicação de recursos públicos e da legalidade das ações praticadas por entes públicos, não apenas o descarte irregular dos resíduos sólidos, orgânicos residenciais e comerciais da sede municipal à céu aberto, como a prática,

também patrocinada pela Prefeitura Municipal, de queimadas no lixão, agravando os danos ao meio ambiente e comprometendo a saúde da população que reside em seu entorno.

Na denúncia, Uilson Fernandes Gomes e Wanya Rodrigues, apontaram ainda, que a Administração Municipal, em suas opiniões, sinalizando claramente o descaso com a Saúde Pública, também tem utilizado o lixão para descartar lixo hospitalar.

◆ CIDADES - MEIO AMBIENTE

FOTO: REPRODUÇÃO.



A denúncia mostra que a Prefeitura Municipal de Ibiassucê estaria descartando irregularmente lixo hospitalar no lixão localizado na localidade de 'Caminho da Língua da Vaca'.

Nas fotos e vídeos que foram juntadas à denúncia protocolada na Aucib – Auditoria Pública Cidadã Baiana, por Uilson Fernandes Gomes e Wanya Rodrigues, é possível ver embalagens e itens hospitalares, inclusive o que parece ser um tubo fino usado em drenos, sondas ou cateteres. No caso do lixo hospitalar, a legislação

vigente prevê uma série de critérios que têm que ser observados no descarte desses resíduos, que vão desde a separação, ainda na Unidade de Saúde, até o transporte, sendo terminantemente proibido, por exemplo, que seja utilizado (no transporte) para o descarte, carroceria de madeira, que facilita a contaminação,

porque o material pode absorver detritos. Além disso, reforça a legislação vigente, a destinação ideal é a incineração. O lixo hospitalar não pode simplesmente ser enterrado, quanto mais, ser depositado a céu aberto, junto com o lixo doméstico e ainda deve passar por processo de descontaminação.

FOTO: REPRODUÇÃO.



Um manancial, nas proximidades do lixão, que não está claro se atende a consumo humano, está sendo contaminado.

## ◆ CIDADES E MEIO AMBIENTE

Com base nos depoimentos e documentos (fotos e vídeos) juntados à denúncia, a Diretoria da Aucib – Auditoria Pública Cidadã Baiana, está trabalhando no documento que será protocolizado no Ministério Público Estadual e no Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente da Bahia, requerendo a adoção de medidas imediatas para que a atividade ilegal de descarte de resíduos na localidade de ‘Caminho da Língua de Vaca’, seja interrompida e as medidas de reparação do meio ambiente providenciadas. A Aucib, segundo apontou o presidente da Entidade, Osmar Botelho, ao JS, vai pedir a responsabili-

zação do prefeito Emanuel Fernando – Nando Alves Cardoso (MDB) e do secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Edno Messias – Didi Brito de Andrade, por crime ambiental e pelos impactos ambientais causados pelo lixão, para que sejam condenados a ressarcir os custos de reparação dos danos causados.

“A situação é gravíssima e tem causado danos à Saúde Pública e ao Meio Ambiente, inclusive com o comprometimento da qualidade da água de um manancial superficial, na área do lixão, que ainda não se sabe se atende a consumo humano ou apenas animal”, aponta o presidente da Aucib – Auditoria Pública Cidadã Baiana, Osmar Botelho Cavalcanti Neto,

acrescentando que além do descarte irregular e das queimadas, ainda há indícios do descarte de lixo hospitalar, “o que torna ainda mais preocupante a situação”.

Segundo Osmar Botelho, a situação de Ibiassucê, independentemente do prazo estipulado para que a Prefeitura Municipal promova as adequações necessárias para extinção do lixão, está caracterizada como crime ambiental, uma vez que tem causado poluição por meio de lançamento de resíduos, além de promover queimadas, agravando as consequências danosas às pessoas que moram em seu entorno e naturalmente, a mortandade de animais e a destruição do que ainda resta de mata nativa.

FOTO: ARQUIVO BLOG SUDOESTE NA MIRA



Por fim, o presidente da Aucib, apontou que a Entidade vai buscar, através dos órgãos de fiscalização e controle, Ministério Público Estadual e Secretaria de Estado de Meio Ambiente da Bahia, medidas que obriguem a Prefeitura Municipal de Ibiassucê, a não apenas cessar com as agressões às pessoas e ao meio ambiente, extinguindo o lixão e adotando as providências necessárias para que o município se adeque à obrigatoriedade de implantar um Aterro Sanitário, bem como, dar destinação correta ao lixo hospitalar.

**Para o presidente da Aucib - Auditoria Pública Cidadã Baiana, Osmar Botelho Cavalcanti Neto, a situação do lixão de Ibiassucê é gravíssima e tem causado danos à Saúde Pública e ao Meio Ambiente.**

## OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu localizar o prefeito Emanuel Fernando – Nando Alves Cardoso (MDB) e o secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Edno Messias – Didi Brito de Andrade, para oportunizar que pudessem comentar a respeito das denúncias e apontar medidas que estariam ou deverão ser adotadas para resolução do problema.

◆ OPINIÃO



## Wagner Balera

WAGNER BALERA - PROFESSOR DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO PUC-SP TITULAR NA FACULDADE DE DIREITO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO. LIVRE-DOCENTE E DOUTOR EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO PELA MESMA UNIVERSIDADE. MESTRE EM DIREITO TRIBUTÁRIO, COORDENADOR DA GRADUAÇÃO E PROACUTE; GRADUAÇÃO EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO NA PUC/SP. AUTOR DE MAIS DE 50 LIVROS EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO.

# O debate sobre a revisão da reforma previdenciária

**A** Constituição está sujeita a reformas.

Em 1988, quando a Constituição foi promulgada, o mundo já tinha iniciado a temporada das reformas previdenciárias. Então, praticamente, nossa Constituição ingressa em época na qual a concepção sobre previdência, sobre seguridade social, se encontrava em plena transformação.

É um contexto reformador do Estado Social ou do Estado do Bem-Estar, cuja crise fora apontada por Pierre Rosanvallon (historiador francês, economista e cientista político).

Aliás, vamos contextualizar o tema.

A Organização Internacional do Trabalho, prudentemente editou as chamadas Normas Mínimas de Seguridade Social. É a Convenção nº 102, de 1952, que o Brasil adotou. A Convenção nº 102 cria um critério, uma padronização, das prestações dentro de certa razoabilidade. É o que hoje se poderia chamar e de o mínimo existencial. É o que a Previdência Social básica deve suportar, do ponto de vista financeiro.

O modelo idealizado pela Assembleia Nacional Constituinte está sendo, com as reformas, ajustado para padrões de sustentabilidade. Portanto, o que se constata, na etapa de reformas iniciada em 1998, é a progressiva restrição de direitos sociais.

A Emenda Constitucional nº 20, de 1998, é restritiva de direitos. Mas essa Emenda não cumpriu o seu principal escopo: a redução das as-

simetrias entre o regime geral e os regimes próprios.

Ocorre que há um abismo entre o regime geral e os regimes próprios, que consomem quantidades quase equivalentes de recursos. A própria Emenda nº 20 criou, nas regras de transição, o prolongamento indefinido das assimetrias. E foi seguida, nesse particular, pelas reformas subsequentes. Ocorre que a Reforma se depara com dados objetivos. O primeiro é o da redução da taxa de natalidade.

Hoje a média de reposição da força de trabalho é de 1,5 de trabalhadores para garantir o sustento dos aposentados e pensionistas. Ocorre que, com essa taxa de reposição, o Sistema não se sustenta. Não haverá força de trabalho suficiente para a manutenção da intergeracionalidade.

O sistema foi pensado com a seguinte modelagem: a geração presente deve sustentar a geração pretérita, a geração futura sustentará a geração presente. Outro dado objetivo é o do aumento da expectativa de vida. Salta de sessenta e dois anos, apurado em 1960, quando foi promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social, para setenta e quatro anos nos dias de hoje. Uma sobrevida de doze anos a mais.

Quanto custarão esses doze anos a mais?

E a discussão de hoje, 2023, é a da desoneração da folha. Vale dizer, redução da arrecadação.

E o cálculo atuarial, que conta com

aquela remuneração e com aquela contribuição sobre a folha? Será que está sendo devidamente considerado na Reforma Tributária que acaba de ser encaminhada ao Senado Federal?

Insisto na proposta da Norma Mínima. O Estado garante as necessidades básicas. Quanto ao mais, cada qual deve cuidar, seja individualmente, seja em parceria com o empregador, de complementar o básico, conforme o respectivo projeto de vida. Como proposta de reforma, entendo que se deva pensar, seriamente, nessa integração da sociedade com o Estado, para a definição do denominador comum da proteção social. Que se proponha uma consulta nacional sobre a futura reforma. Que se decida quem se dispõe a ceder, em benefício de todos. E que cada qual decida como acha justa a divisão da conta Previdenciária.

Na primeira divisão da conta, estabelecida pela Constituição de 1934, ficou definida a divisão em três partes iguais: trabalhador, empregador e União. Depois, a divisão deixou de ser igual, a partir de 1946. Em 1988, o constituinte chamou toda a comunidade a contribuir: Estado e sociedade. Mas não se falou na divisão da conta.

É minha proposta: decisão da comunidade a respeito do ajuste dos benefícios, para todos os regimes previdenciários e decisão a respeito do rateio das contribuições.

Pode ser que, então, a nova Reforma alcance um mais ampliado consenso.

◆ VARIEDADES - LITERATURA, ARTE E CULTURA

# 1º Café Literário do IFBA Brumado marca culminância do Projeto Explorando Novas Vozes Literárias: Descobrendo Talentos Emergentes"

◆ DA REDAÇÃO  
redacao@jornaldosudoeste.com

Como parte das ações afirmativas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito acadêmico e na construção de uma relação mais próxima com a comunidade desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Brumado, que têm como foco a mobilização da Educação e da Cultura como ferramentas de difusão de conhecimento e a inclusão social, tendo por objetivo, abrir espaço, proporcionar suporte e chances para talentos literários emergentes, valorizar e promover a diversidade de vozes, incentivar o crescimento, o desenvolvimento profissional e estimular o empreendedorismo literário, abraçou um Projeto de produção textual autoral, nos gêneros: poesia, conto, miniconto ou composição musical.

O Projeto Literário - "Explorando Novas Vozes Literárias: Descobrendo Talentos Emergen-

tes", uma iniciativa da Coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, Tradutora e Interprete de Libras Roberta Meira Ferreira Pereira, operacionalizado com apoio dos professores Islene dos Santos Roque Benevides, Kátia Quele Ferreira da Silva Rocha; do concluinte do Curso de Edificações Rheilon Meira Ferreira (Mentoria para Instagram), do aluno do Curso de Tecnologia em Jogos Digitais (Mentoria para Ilustração), e da Escritora Lucélia Santos (Mentoria da Escrita), que atua como voluntária, é um espaço de incentivo à literatura, que tem privilegiado discussões e compartilhamentos, individual ou coletivamente, presencial ou remotamente, sobre a criação literária com os escritores inscritos, proporcionando orientações e suportes aos aspirantes a escritores e ilustradores, sobre o processo da escrita, suas técnicas e práticas, dicas literárias,

produção de poesias, e outros aspectos relacionados à produção de textos, através de Mentorias.

Segundo a Coordenadora do Projeto, além da Mentoria para escrita das obras e ilustrações, é disponibilizado para os participantes que solicitam, Mentoria para Técnicas de Marketing no Instagram.

O "Explorando Novas Vozes Literárias: Descobrendo Talentos Emergentes", assegura a todos os participantes a divulgação de seus textos e/ou ilustrações, no Campus e redes sociais do Projeto. "Desse modo, o Projeto 'Explorando Novas Vozes Literárias: Descobrendo Talentos Emergentes' busca ampliar as oportunidades e visibilidade para esses estudantes e servidores do IFBA, como também para comunidade externa, valorizando a diversidade e incentivando a produção literária inovadora", aponta a Coor-

FOTO: FABIANO NEVES/BLOG DESTAQUE BAHIA



Participantes do Projeto e alunos da Instituição prestigiaram o 1º Café Literário do IFBA brumado.

◆ VARIEDADES - LITERATURA, ARTE E CULTURA

Como culminância da Primeira Etapa do Projeto, foi realizado no último dia 5, o 1º Café Literário, com objetivo de mobilizar a comunidade acadêmica e externa sobre a produção textual autoral, nos gêneros de Poesia, Conto, Miniconto ou Composição Musical.

Na programação do evento, além de palestra tendo como tema "Porque é importante discutir a violência contra mulher", o pré-lançamento dos livros "Feridas Incuráveis: Talentos Emergentes", coletânea de textos organizada pela Coordenadora do Projeto, Roberta Meira

Ferreira Pereira, "Marcada para Curar", de autoria da Coach Emocional e Empresarial e escritora Bárbara Cristina Ramos, lançamento do livro Fragmentos de um Olhar da escritora e poetisa Lucélia Santos e o livro infantil A Chave Dourada da Imaginação, do autor mirim de apenas 12 anos, Yudi Santos Gonçalves.

Também estiveram presentes os participantes do Projeto, que foram finalistas da Primeira Etapa do Explorando Novas Vozes Literárias: Descobrimo Talentos Emergentes", os escritores/poetas/ilustradores Aline Lígia Dantas, Anderson Ricardo

Cardoso, Danilo Cabral, Leonardo Lecaviez, Fernando Simões, Franciele Trindade, Ian Mario Oliveira Araújo e Leonardo Lecaviez.

No evento foram anunciados os vencedores da primeira Etapa: Anderson Ricardo Cardoso, Franciele Trindade e Ian Mario Oliveira Araújo.

Todos os escritores/poetas, finalistas e vencedores da primeira Etapa do Projeto, terão seus textos/poesias/ilustrações publicados em um livro que será editorado pela editora Vallet Books e lançado pela coordenação do projeto, através da instituição.

## Em seu livro de estreia, Bárbara Cristina Ramos aborda os abusos e a violência contra mulher

◆ DA REDAÇÃO  
redacao@jornaldosudoeste.com

"Marcada para Curar" é uma obra tão singular quanto imersiva, que mistura ficção com a realidade, retratando uma mulher que carrega na alma os traumas dos abusos que sofreu na infância, da convivência em um lar desfeito e sem qualquer referência familiar, que adulta, se envolveu em uma relação marcada por ciclos de violência e abusos, mas não se entregou. Foi resiliente, enfrentou desafios, foi faxineira, se tornou a patriarca da casa, passando aos filhos os valores que devem preservar nos relacionamentos.



Durante o 1º Café Literário foi feito o pré-lançamento do livro "Marcada para Curar", de autoria de Bárbara Cristina Ramos.

Um livro escrito com uma linguagem, cuja leitura ajuda a entender e a lidar com o universo da violência praticada contra a mulher que, conforme pontua a autora, as agressões não são apenas físicas, podem se apresentar como violência verbal e psicológica, reforçando que a violência (psicológica) silenciosa e invisível, pode ser tão devastadora quanto as agressões físicas.

# VOCÊ NO JS.

**Envie sugestões de  
pautas, fotos, vídeos  
para nossa Redação**

**Escaneie o Código**



**77-998725389**

